

COLETÂNEA
INTERFACES DA MOBILIDADE
HUMANA NA FRONTEIRA
AMAZÔNICA
VOLUME 1



MÁRCIA MARIA DE OLIVEIRA
MARIA DAS GRAÇAS SANTOS DIAS
ORGANIZADORAS

**INTERFACES DA MOBILIDADE HUMANA NA
FRONTEIRA AMAZÔNICA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR

REITOR

José Geraldo Ticianeli

VICE-REITOR

Silvestre Lopes da Nóbrega

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR

Fábio Almeida de Carvalho

CONSELHO EDITORIAL

Alcir Gursen de Miranda

Anderson dos Santos Paiva

Bianca Jorge Sequeira Costa

Fabio Luiz de Arruda Herrig

Georgia Patrícia Ferko da Silva

Guido Nunes Lopes

José Ivanildo de Lima

José Manuel Flores Lopes

Luiza Câmara Beserra Neta

Núbia Abrantes Gomes

Rafael Assumpção Rocha

Rickson Rios Figueira

Rileuda de Sena Rebouças



Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto – CEP: 69.310-000. Boa Vista – RR – Brasil
e-mail: editora@ufr.br / editoraufrr@gmail.com
Fone: + 55 95 3621 3111

A Editora da UFRR é filiada à:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

**INTERFACES DA MOBILIDADE HUMANA NA
FRONTEIRA AMAZÔNICA**

Márcia Maria de Oliveira
Maria das Graças Santos Dias
Organizadoras



EDUFRR
Boa Vista - RR
2020

Copyright © 2020
Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados ao autor, na forma da Lei.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Diagramação

George Brendom Pereira dos Santos

Projeto Gráfico e Capa

George Brendom Pereira dos Santos

Foto Capa

Luis Henrique Alves Pinto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

I61 Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica / Márcia Maria de Oliveira; Maria das Graças Santos Dias, Organizadoras. – Boa Vista : Editora da UFRR, 2020.

156 p. : il.

ISBN: 978-65-86062-11-3

Livro eletrônico Modo de acesso: www.livroeletronico.net

1 - Fronteira Amazônica. 2 - Fronteiras Pan-Amazônicas. 3 - Mobilidade transfronteiriça. 4 - Mobilidade humana. I - Título. II - Oliveira, Márcia Maria de. III - Dias, Maria das Graças Santos.

CDU - 325:316.7(811)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:
Maria de Fátima Andrade Costa - CRB-11/453-AM

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é
de exclusiva responsabilidade dos autores

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
Márcia Maria de Oliveira	
Maria das Graças Santos Dias	
PREFÁCIO.....	13
Francilene dos Santos Rodrigues	
CAPÍTULO I: INTERCULTURALIDADE, MÍDIA E MIGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA	17
Adrián Padilla Fernández	
CAPÍTULO II: BRASIL, VENEZUELA E MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: DISPUTAS PELA HEGEMONIA E A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO BRASILEIRA	31
Américo Alves de Lyra Junior	
Ricardo Abreu de Melo	
CAPÍTULO III: NOTAS SOBRE MIGRAÇÃO NA FRONTEIRA NORTE DO BRASIL: RORAIMA. .	39
Maria das Graças Santos Dias	
Erick Linhares	
George Brendom Pereira dos Santos	
CAPÍTULO IV: PERFIL MIGRATÓRIO VENEZUELANO E DEMANDAS POR POLÍTICAS PÚBLICAS EM BOA VISTA	59
Márcia Maria de Oliveira	
Gilmara Sarmiento	
Joel Valerio	
CAPÍTULO V: RONDÔNIA MUNDO AFORA	93
Renata da Silva Nobrega	
CAPÍTULO VI: CURSOS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA IMIGRANTES E REFUGIADOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS	121
Marília Lima Pimentel Cotinguiba	
Mirla Cristina dos Santos Silva	
Geraldo Castro Cotinguiba	

CAPÍTULO VII: MIGRAÇÕES E FRONTEIRAS: O CASO DA AMAZÔNIA SUL OCIDENTAL . 134

Enock da Silva Pessoa

EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS COMPARTIDAS - I..... 149

Militza Pérez Velásquez

EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS COMPARTIDAS - II..... 155

Paola Valentina Gruber Pérez

APRESENTAÇÃO

Esta é a primeira publicação da coletânea de textos intitulada Interfaces da mobilidade humana na fronteira amazônica. A coletânea será composta por três volumes com publicação sequenciada neste primeiro semestre de 2020, com textos sobre a dinâmica da mobilidade humana nas Fronteiras Pan-Amazônicas.

A coletânea está vinculada às linhas de pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF da Universidade Federal de Roraima e tem como objetivo fazer circular a publicação de artigos, estudos e pesquisas produzidos por pesquisadores/as especialistas nos Estudos Migratórios da Pan-Amazônia, que atualmente representa uma das regiões com maior mobilidade transfronteiriça na nova modalidade de migração sul/sul.

Também é um espaço para publicação de estudos realizados pelo Corpo Docente do PPGSOF/UFRR e entre orientadores/as e orientandos/as, tanto no processo de elaboração da dissertação quanto na qualidade de comunicação de pesquisas finalizadas.

Nesta primeira publicação, a coletânea apresenta pesquisas realizadas no âmbito de universidades da Amazônia Brasileira e da Venezuela. O primeiro capítulo, intitulado ‘Interculturalidade, Mídia e Migração na América Latina’, de autoria do Professor Doutor do Adrián Padilla Fernández da Universidad Simón Rodríguez e atualmente professor visitante do PPGSOF, amplia os horizontes dos estudos migratórios e os relacionada com a temática da mídia. Trata-se de um estudo valioso para aprofundar a temática migratória à luz dos estudos da comunicação e ampliar os “debates sobre as políticas restritivas que, nesse sentido, implantam os Estados-nação de destino, que às vezes colidem com as disposições de acordos internacionais sobre migração e direitos humanos”.

Fundamentado em um farto debate teórico, Fernández nos convida a aprofundar a questão da mobilidade humana contemporânea que “tem no tratamento midiático um terreno fértil para entender quais são as construções simbólicas que falam da diversidade cultural e da interculturalidade, não apenas nos países do norte global, mas também em territórios como a América Latina, que são cobertos por fluxos migratórios sul-sul”.

No segundo capítulo o professor doutor Américo Alves de Lyra Junior e o mestre Ricardo Abreu de Melo, ambos vinculados à área das Relações Internacionais apresentam o debate ‘Brasil, Venezuela e Migração Internacional: disputas pela

hegemonia e a nova lei de migração brasileira'. Discutem “a migração venezuelana em Roraima, dando atenção às disputas entre as forças políticas do país vizinho em torno do conceito de democracia e da busca da hegemonia sobre a realidade para validar uma ideologia que torna “verdade” suas concepções acerca da vida econômica, política e social”. Por um lado, apresentam um panorama geral sobre a conjuntura política da Venezuela e sua estreita relação com os deslocamentos migratórios. Por outro lado, analisam o alcance e as lacunas da “Lei de Migração (Lei 13445, de 2017) brasileira que possui tem forte índole democrática e preocupa-se em “garantir o respeito aos direitos humanos, o combate à xenofobia e a todas as formas de discriminação da imigração, a acolhida humanitária, o direito à reunião familiar, a inclusão social, laboral e produtiva do imigrante, entre outras medidas”. Trata-se de um debate atual e de grande relevância para os estudos migratórios.

Em ‘Notas sobre Migração na fronteira norte do Brasil: Roraima’, a professora doutora em História, Maria das Graças Santos Dias, juntamente com o juiz de direito Erick Linhares, doutor em Relações Internacionais e o mestrando do PPGSOF, George Brendom Pereira dos Santos apresentam o contexto das migrações venezuelanas nesta região. Apontam categorias teóricas importantes que contribuem para “discutir o papel do Judiciário de Roraima frente aos refugiados, com enfoque no acordo firmado do Tribunal de Justiça de Roraima e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR), juntamente com as ações implementadas pelo referido Tribunal para atender a demanda dos migrantes venezuelanos.

Os/as referidos/as autores/as aprofundam a temática à luz do direito e afirmam que “migrar é uma atividade inerente da humanidade, seja por necessidade ou por vontade própria”. Por fim, apresentam a “fronteira como um lugar de observação sociológica, onde conhecemos os conflitos e dificuldades próprios da constituição do humano, nesse contexto, em Roraima, houve diferentes ondas de migrações, cada uma em seu tempo e a seu modo”.

O quarto capítulo intitulado “perfil migratório venezuelano e demandas por políticas públicas em Boa Vista” é parte de um relatório de pesquisa realizado recentemente pelos pesquisadores/as doutoras Márcia Maria de Oliveira e Gilmar Sarmiento e o discente do Curso de Ciências Sociais, Joel Valerio, bolsista do Programa de Iniciação Científica - PIBIC/UFRR e pesquisador do GEIFRON.

Neste capítulo são apresentadas algumas das principais conclusões da pesquisa realizada com migrantes venezuelanos entre julho e dezembro de 2019 na cidade de Boa Vista, capital roraimense. A pesquisa foi uma demanda da Fundação Fé

e Alegria que atua no atendimento aos migrantes em toda Pan-Amazônia. Foi realizada com equipe do Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras – GEIFRON, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima e representa um recorte do Projeto Migrações, violência e Direitos Humanos, em Roraima – GEIFRON/UFRR, financiado por meio do edital 01/2018; UFRR/PRPPG/PRO-PESQUISA-AGP, coordenado pela professora doutora Francilene dos Santos Rodrigues.

A metodologia envolveu pesquisa de campo com amostra de 357 pessoas, superando a proposta inicial que era de 100 pessoas. Diversas atividades foram desenvolvidas simultaneamente durante os cinco meses de duração da pesquisa, dentre as quais se destacam as oficinas pedagógicas e a formação permanente desenvolvida pela Fundação Fé e Alegria com os migrantes. Numa perspectiva interdisciplinar, ao longo do texto são debatidos temas relacionados com a produção e reprodução da xenofobia, inclusive em nível institucional, o tráfico de pessoas, de maneira especial de mulheres e crianças, e as demandas pela educação intercultural apresentada pelas lideranças do Povo Warao que participaram de forma ativa e efetiva de toda pesquisa de campo.

O quinto capítulo ‘Rondônia mundo afora’ amplia o contexto transfronteiriço para outra região também muito marcada pelas migrações. A professora doutora Renata da Silva Nobrega nos brinda com alguns recortes de sua tese doutoral realizada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas e defendida nos primeiros dias de 2016. De acordo com a autora, “em tempos de deportações em massa por parte do governo estadunidense com o apoio incondicional do presidente brasileiro, o debate apresentado nesta tese defendida em 2016, ainda é bastante atual e necessário nos estudos migratórios. De modo especial, apresenta elementos para aprofundamento de categorias teóricas ainda pouco aprofundadas nos contextos migratórios que envolvem fronteiras transnacionais e transcontinentais”.

No decorrer do texto, a autora afirma que “ao longo dos últimos dois séculos, o território que hoje conhecemos como Rondônia tem sido alvo de diferentes iniciativas de povoamento ou ocupação, acentuadas pelos programas de colonização executados pelos governos da ditadura militar a partir de 1968”. Décadas mais tarde, muitos de seus moradores passariam a frequentar os circuitos internacionais de migração. Nesta perspectiva, a pesquisa trata da transformação de uma área de expansão da fronteira agrícola na Amazônia brasileira em um significativo foco de

emigração internacional, examinada a partir das histórias de pessoas cujas trajetórias de vida são marcadas por mobilidades”. Com debates atualizados e provocativos, a autora nos convida a acompanhar as migrações dos rondonienses “mundo afora”. Uma riqueza de detalhes e subjetividades nos permitem aprofundar a dureza da temática migratória numa linguagem convidativa e quase poética.

Também de Rondônia nos chega a partilha de um informe detalhado do ‘Cursos de Língua Portuguesa para Imigrantes e Refugiados: Desafios e Perspectivas Teórico-Metodológicas’. De autoria de uma equipe que acompanha a migração haitiana desde 2010 com inúmeras publicações, os/as professores/as doutores/as Marília Lima Pimentel Cotinguiba e Geraldo Castro Cotinguiba, juntamente com a bolsista Mirla Cristina dos Santos Silva, graduada em Letras (Língua Portuguesa), descrevem em detalhes, neste sexto capítulo, a estratégia das aulas de português como uma forma de acompanhar e integrar os migrantes em Rondônia.

De acordo com os/as autores/as, “esses novos e intensos fluxos migratórios na contemporaneidade, representam um acontecimento relevante que estimula a reflexão sobre a concepção do ensino de português brasileiro e seus conceitos teóricos, sobretudo pela complexidade e diversidade da migração contemporânea”. E continuam firmando que “é necessário um olhar novo para o ensino e a aprendizagem da língua ao imigrante considerando as diversas causas que influenciam a mobilidade e o contexto plural em que essa população vinda de outros países está inserida”.

O texto traz ainda elementos conceituais e categorias de análise vinculadas aos estudos migratórios numa perspectiva interdisciplinar com o projeto de pesquisa ‘o português como língua de acolhimento no Brasil para imigrantes: mapeamento e análise dos cursos a partir de 2010’, institucionalizado na Universidade Federal de Rondônia no Programa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI/UNIR, no âmbito do Projeto temático do Observatório das Migrações em Rondônia (OBMIGRON). De forma interdisciplinar, mobiliza outras áreas do conhecimento, quais sejam, a Sociologia e a Antropologia. De acordo com os/as autores/as “as migrações internacionais atuais no Brasil fazem emergir temas importantes para os estudos linguísticos, principalmente acerca dos aspectos socioculturais que envolvem esses novos fluxos migratórios no Brasil”. Informam que “de meados de 2010 e início de 2011 até o presente momento, o Brasil se tornou o destino do movimento migratório de pessoas oriundas do Haiti. Além dos haitianos, o fluxo migratório de outras nacionalidades, como senegaleses, venezuelanos, cubanos, dentre outros, tem se intensificado em nosso país nessa

última década”.

De outro extremo da fronteira Pan-Amazônica o sétimo capítulo é uma contribuição preciosa do Professor Titular do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre, doutor Enock da Silva Pessoa. Com o título ‘Migrações e Fronteiras: o caso da Amazônia Sul Ocidental’ o autor nos brinda com um belíssimo texto que, “sob o olhar da psicologia política, discute as migrações mais significativas ocorridas na Amazônia Sul Ocidental, nas fronteiras entre Brasil, Bolívia e Peru, em períodos históricos distintos: primeiramente, a partir do final do Século XIX, com a ocupação da região pelos “retirantes” nordestinos; em segundo lugar, na época da Segunda Guerra Mundial, com a criação do programa federal dos soldados da borracha; em terceiro lugar, com a vinda dos “paulistas” para a Amazônia Sul Ocidental, quando parte dos seringais falidos se transformaram em campos de gado a partir da década de 1970; em quarto lugar, os deslocamentos dos “brasilvianos” para a faixa de fronteira da Bolívia, formados por seringueiros brasileiros sem-terra; em quinto lugar, mais recentemente, com a passagem dos haitianos pela Amazônia Sul Ocidental, especialmente na cidade de Brasileia/Acre, entre os anos de 2012 a 2014”.

De acordo com o autor, “em todos os casos, pode-se notar que as motivações dessas migrações foram de natureza ambiental aliadas a problemas sociais ou a políticos regionais e internacionais”. Este panorama das migrações nesta referida região fornece chaves interpretativas importantes. O texto nos informa que “dentre os migrantes que vieram para a Amazônia no final do século XIX havia asiáticos e europeus, sendo em grande parte composta de portugueses, sírios e libaneses, que em sua maioria, se tornaram regatões, isto é, pequenos comerciantes em barcos, chamados de batelões, cuja atividade consistia na troca de produtos industrializados por borracha”. Com uma densa descrição das migrações na tríplice fronteira Brasil/Peru/Bolívia, o autor nos insere numa viagem neste outro lado da Pan-Amazônia.

A coletânea se encerra com um grande presente: duas memórias migratórias compartilhadas por mulheres venezuelanas em circunstâncias distintas de mobilidade humana. Transcritas em espanhol, língua das autoras, intituladas ‘Experiências Migratórias compartilhadas’, a primeira memória nos é contada por Militza Pérez Velásquez. A segunda história de vida e de trajetória migratória compartilhada é da jovem Paola Valentina Gruber Pérez. Ambas ricas em subjetividades, carregadas de lutas, sonhos e esperanças nos caminhos e descaminhos migratórios nessa imensa Amazônia.

Por fim, resta-nos encorajar a leitura e o aprofundamento dos textos desta primeira publicação da coletânea que contribuirá para ampliar nossos horizontes nos Estudos Migratórios dessa região profundamente marcada pela mobilidade humana.

Boa Vista, 08 de março de 2020.

Data solene de comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Márcia Maria de Oliveira
Maria das Graças Santos Dias
ORGANIZADORAS

PREFÁCIO

Mobilidade humana na fronteira amazônica é o primeiro artigo da Coletânea *Interfaces da mobilidade humana na fronteira amazônica*, publicada pela Editora da Universidade Federal de Roraima e organizada pelas professoras Maria das Graças Santos Dias, doutora em História (PUC-RS) com ênfase em história socioeconômica da Amazônia, e Márcia Maria Oliveira, doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM) com larga experiência e publicações sobre tráfico de pessoas e migrações na Amazônia. O excelente resultado desta parceria é um presente aos/as leitores/as, especialistas e estudiosos/as do tema das migrações e cumpre, de certa forma, com o apelo de Saskia Sassen (2016) ao meio científico e popular para incorporar ao debate acadêmico e teorizar sobre os sujeitos expulsos e marginalizados e, ao mesmo tempo, garantir-lhes o “lugar de fala” e descolonizar o conhecimento.

Dessa forma, de maneira subversiva, inverte a ordem das coisas e começo pelo final, pelas *Experiências Migratórias Compartidas e Compartilhadas*. O belíssimo e comovente texto de Paola – uma adolescente, venezuelana que, de uma dia para outro, se viu forçada a deixar sua casa, seus amigos, sua família e seus *pets* – vale ser lido. Este artigo foi agigantado pela narrativa de Militza, uma mulher empoderada e que reafirma sua identidade cultural e de gênero, mas sem deixar de admitir seus medos, suas inseguranças e seus estranhamentos diante de uma sociedade cada vez mais aterrorizada pelos “estranhos que batem à sua porta”. A frase de Militza Perez “apesar del miedo, es no perder la sensibilidad, es no perder ese sentido humanitario que debemos tener y de reconocemos en el otro (...), vernos en los otros”, coincide com o que ressaltou Bauman(2016), para quem a humanidade está em crise e não lhe resta saída a não ser a solidariedade, o abandono à alienação mútua e à indiferença.

Enock Pessoa, em *Migrações e fronteiras: o caso da Amazônia Sul Ocidental*, caminha, a meu ver, próximo às autoras citadas, ao conclamar que devemos ser respeitosos/as com as pessoas diferentes, uma vez que a Amazônia e, em particular, a tríplice fronteira Brasil, Bolívia e Peru se constituiu a partir dos diversos fluxos migratórios em contato com as populações nativas. Dentre esses fluxos, chama atenção a mobilidade interna que se caracteriza por um acelerado processo de urbanização das populações rurais e ribeirinhas, de forma compulsória, devido ao avanço da fronteira do capital sobre as terras originárias (OLIVEIRA, 2016). Conclui, então, sobre a necessidade do diálogo entre os povos fronteiriços como forma de dar significados à “luta maior que visa preservar a humanidade, a partir do respeito ao direito às diferenças”.

Ainda, falando de *Rondônia mundo afora*, Renata da Silva Nóbrega traz outras narrativas migratórias em que estabelece o elo entre história e memórias e, por meio delas, aborda o *continuum* entre migração interna e internacional. O uso dos filmes “Fronteira das Almas” e “Carta-Azulejo”, como instrumento metodológico ou como a autora denomina “poéticas da migração”, nos proporciona uma viagem ao encontro das experiências de mobilidade narradas por seus interlocutores e reproduzidas nos filmes.

De Rondônia vem também o trabalho em equipe de Marília Lima Cotinguiba, Mirla Cristina dos Santos Silva e Geraldo Castro Cotinguiba, *Cursos de Língua Portuguesa para imigrantes e refugiados: desafios e perspectivas teórico-metodológicas*, no qual analisam as diversas metodologias dos cursos de língua portuguesa como língua de acolhimento para migrantes e refugiados. Este texto é de suma importância para os/as profissionais e entidades que trabalham com populações migrantes, uma vez que o idioma é um facilitador do processo de integração de refugiados e migrantes. A análise dessas experiências desenvolvidas no Brasil, em grande parte, em parcerias com instituições de ensino superior têm contribuído para o fortalecimento das atividades de extensão e pesquisa acadêmica. O ensino da língua portuguesa como estratégia de recepção voltada aos/às migrantes, de um lado, favorece a recuperação da sua autoestima e dignidade, por outro, funciona como um grande laboratório de exercício da alteridade, ou seja, possibilita à pessoa colocar-se no lugar do outro e, ao mesmo tempo, criar as “oportunidades de entrar em contato estreito e cada vez mais íntimo com o estranho que bate à nossa porta” (BAUMAN, 2017, p. 23).

A interação entre universidade e sociedade, entre extensão e pesquisa está presente, novamente, no texto *Perfil migratório venezuelano e demandas por políticas públicas em Boa Vista*, produzido por Márcia Maria de Oliveira, Gilmara Sarmento e Joel Valerio, resultado da pesquisa realizada junto aos/às warao, deslocados/as de forma compulsória do Delta Orino, no acampamento *ka'ubanoco*, na periferia de Boa Vista. Os autores traçam um panorama das condições de vida em contexto migratório, das suas expectativas e das violências institucionais. Fazendo alusão a escritos de Bauman (2015), o referido texto não nos revela apenas o cenário sombrio em que vivem “aqueles deixados do lado de fora, excluídos do mundo social e do progresso da modernidade”, mas representa um sopro de esperança e aprendizado por meio da organização e resistência dos povos warao em manter a autogestão e a interculturalidade como elementos constituintes de sua identidade.

Como resultante desse processo de reconhecimento do migrante como pessoa de direito, o texto *Notas sobre migração na fronteira norte do Brasil: Roraima*, de autoria

de Maria das Graças Santos Dias, Erick Linhares e George Brendom Pereira dos Santos, descreve de forma detalhada o papel crucial do judiciário brasileiro, a partir da provocação do Núcleo em Roraima, na garantia de direitos, do acesso à justiça e às políticas públicas e assistência social às pessoas migrantes e refugiadas venezuelanas.

Já o Texto Brasil, *Venezuela e migração internacional: disputas pela hegemonia e a nova Lei de Migração brasileira*, de autoria de Américo Alves de Lyra Júnior e Ricardo Abreu de Melo, faz um abordagem do processo migratório para o Brasil e Roraima, em particular, a partir da compreensão da disputa discursiva sobre a democracia e o papel da grande mídia opositora. Os autores realçam os aspectos ideológicos que associam de forma negativa a militância, a participação popular e a criminalização dos movimentos populares e dos atores políticos que sustentam o governo venezuelano. Além disso, os autores apontam aspectos positivos da lei das migrações, aprovada no Brasil, em 2017, ressaltam seus avanços em relação à lei anterior; por um lado, destacam sua insuficiência se não for associada a planejamentos para a inserção da população migrante na sociedade local e, dessa forma, aproveitar suas capacidades e saberes para a construção de processos de cooperação entre os países fronteiriços.

Como disse no início do prefácio, a inversão da ordem de apresentação foi apenas um outro caminho que percorri ao ler os textos da Coletânea *Interfaces da Mobilidade Humana na Fronteira Amazônica*. Dessa forma, o primeiro texto da coletânea *Interculturalidade, Mídia e Migração na América Latina*, de autoria de Adrián Padilla Fernández, aqui assume o papel de fechar com *chave de ouro* as discussões apresentadas no decorrer desta obra. O autor chama a atenção para a “simplificação nas narrativas midiáticas que geram percepções em um senso comum que não explica os contextos onde acontecem os deslocamentos e, ainda menos, a força cultural que os sujeitos das migrações levam como bagagem vital nos seus percursos pelos novos territórios”, sendo assim, um dos grandes desafios que há diz respeito à possibilidade de utilizarmos a comunicação e a educação como instrumentos de sensibilização e superação da indiferença e do desprezo aos povos migrantes e refugiados na América Latina.

Espero que o/a leitor/a desfrute da leitura e do conhecimento socializado neste livro.

Boa Vista- RR, 20 de março de 2020.

Profa. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues
(PPGSOF/PRONAT/UFRR)

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. La modernidade y sus parias. Paidós: Barcelona/Espanha, 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. 1ª. edição. Rio de Janeiro, Zahar, 2017.

OLIVEIRA, Marcia Maria. **Dinâmica Migratórias na Amazônia Contemporânea**. São Carlos: Scienza, 2016.

SASKIA, Sassen. 2016. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. 1.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra.

CAPITULO I INTERCULTURALIDADE, MÍDIA E MIGRAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Adrián Padilla Fernández¹

As culturas nacionais são compostas
não apenas de instituições culturais,
mas também de símbolos e representações.
Uma cultura nacional é um discurso
–um modo de construir sentidos que influencia
e organiza tanto nossas ações quanto
a concepção que temos de nós mesmos...(p.50)
Stuart Hall ²

Em tempos de globalização do capitalismo transnacional, o desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicação (TICs) permite que transações econômicas e comerciais sejam realizadas 24 horas por dia em nível internacional, muitas vezes sem barreiras governamentais e isenta de impostos, esse dinamismo que é mostrado como um sinal de “desenvolvimento económico” contrasta com toda a problemática relacionada à mobilidade humana através das fronteiras internacionais.

Nesse contexto, destacam-se os conflitos relacionados aos fluxos migratórios, sobre tudo os dos países do sul para os países do norte global (Estados Unidos e Europa), que geram intensos debates sobre as políticas restritivas que, nesse sentido, implantam os Estados-nação de destino, que às vezes colidem com as disposições de acordos internacionais sobre migração e direitos humanos. É uma temática que está na pauta dos conglomerados de comunicação, que circula nas plataformas das redes sociais eletrônicas, alimentando a chamada opinião pública internacional.

Entendemos a migração como um processo sociocultural que configura a sociedade em escala planetária e está presente no trânsito da humanidade desde tempos imemoriais. Mas, como fenômeno contemporâneo, localiza-se de maneira relevante em meados do século XX, relacionado à crise do modelo capitalista e às conseqüências das guerras europeias com seus conhecidos impactos globais.

Segundo um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), publicado em 17 de setembro de 2019, o número de migrantes no mundo chegou a 272 milhões em 2019. É dizer, 51 milhões a mais que em 2010, a maioria deles abrigados na

¹ Professor-pesquisador do CEPAP-UNESR (Venezuela). Professor Visitante no PPGSOF da UFRR.

² HALL, Stuart (2006). **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A, Rio de Janeiro.

Europa (82 milhões) e América do Norte (59 milhões), de acordo com o relatório atualmente, os migrantes representam 3,5% da população mundial, contra 2,8% no ano 2000³. Em relação à dinâmica da migração internacional em escala global, autores como Salim (1992)⁴ e Soares (2002)⁵ identificam como ponto fundamental para a compreensão desse fenômeno as condições socioeconômicas favoráveis à mobilidade no nível planetário motivadas tanto pela busca por trabalho quanto pela possibilidade de melhores condições de vida. É assim que a migração está sujeita a diferentes formas de incorporação e articulação de países de origem e destino em um sistema mais amplo de organização política global no macro, mas também depende das conexões e laços que as redes sociais fornecem para a conquista da migração no micro.

Em uma perspectiva problematizadora Márcia de Oliveira (2016) afirma que a temática das migrações tem sido bastante refletida e sistematizada no campo teórico contemporâneo, porém, em muitos estudos as elaborações se debruçam sobre questões estruturais do campo da economia, o direito, as relações internacionais, enquanto dizem pouco dos migrantes como sujeitos desses processos socioculturais.

Nesse sentido, afirma que

Se, por um lado, é possível identificar convergências epistêmicas nas teorias das migrações, em sua abordagem multidisciplinar, por outro, o migrante, em sua pluralidade, continua desafiando os pensadores sociais que se ocupam em elaborar conceitos e teorias da subjetividade. Nas teorias das migrações é muito comum perceber determinado distanciamento entre a teoria e a realidade dos sujeitos teorizados (OLIVEIRA, 2016, p.50).

Por sua parte, Bauman (2016) afirma que a migração em massa não é um fenômeno novo. A mobilidade humana acompanha à modernidade desde o seu início (embora mudando continuamente e, às vezes, até revertendo seu significado) com a expansão do capitalismo nas suas distintas fases do seu desenvolvimento. Entretanto, sua representação atual enquanto dimensão que ameaça conformações sociais pretensamente homogêneas e estabelecidas se institui como manipulação política. Esta última é preocupante por seu potencial de levar as sociedades no eixo ocidental, idealizadas enquanto prósperas (sobretudo após os anos 1950), à antessala

³ Tomado de La Jornada (México), quarta-feira, 18 de setembro de 2019, p. 26.

⁴ SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: **Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. São Paulo: ABEP, 1992. v.3, p.119-144.

⁵ SOARES, W. Para além da concepção metafórica de redes sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. In: **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto, 2002.

de conflitos multitudinários e aniquiladores dos fundamentos dessa pretensa prosperidade.

O autor do conceito de *modernidade líquida* mostra seu interesse pelos dilemas humanos ao focalizar africanos, árabes, latinos, entre outros, locomovendo-se pelo planeta em busca de sobrevivência material e, sobretudo, de garantias frente ao iminente perigo para suas integridades físicas. São vidas ameaçadas por perseguições políticas e religiosas, doenças crônicas, guerras intermináveis, entre outras formas de violência que se reiteram, tendo na motivação para a discriminação étnica um ingrediente fundamental a ser considerado.

A representação da migração contemporânea possibilitada pela rede imaginária de circulação simbólica incide nas criações dos sujeitos respeito a processos socioculturais com implicações multidimensionais. Os símbolos revelam o que está por trás da organização da sociedade e da própria compreensão da história da humanidade. Por exemplo, no campo da política a sua eficácia está relacionada com a existência do que Bronislaw Baczko (1985) chama de *comunidade de imaginação* ou *comunidade de sentido*. As significações imaginárias despertadas por imagens determinam referências simbólicas que definem, para os indivíduos de uma mesma comunidade, os meios inteligíveis de seus intercâmbios com as instituições. Os sistemas simbólicos emergem para unificar o imaginário social. Eles, de alguma maneira, constroem as finalidades e funcionalidades das instituições e dos processos sociais.

Nesse sentido, Baczko (1999) assinala que o imaginário social se expressa por ideologias e utopias, e também por símbolos, alegorias, rituais e mitos. Tais elementos plasmam visões de mundo e modelam condutas e estilos de vida, em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças. Poder-se-ia dizer que um conjunto de relações imagéticas, que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, compõem o imaginário social. Trata-se de uma produção coletiva, já que é depositário da memória que a família e os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano.

Nessa dinâmica complexa das representações do poder, dos partidos políticos, dos movimentos sociais, da cultura popular, etc., o simbolismo ou a simbologia têm um papel fundamental. O autor polonês, ainda, traz à tona alguns pontos de referência que marcam as rupturas mais significativas na história dos discursos sobre o imaginário social. Começa na polis ateniense onde, com o advento da democracia, a assembleia deixa de ser um lugar onde se exercem os ritos e onde são reproduzidos

os mitos, para se tornar em um lugar de deliberação —o espaço público— e confronto de rivais que visam tanto o poder efetivo como o controle dos símbolos.

Em torno aos processos de mobilidade humana se configuram imaginários paradoxais que tanto dizem das terras prometidas do capitalismo de primeiro mundo como da diáspora de invasões ameaçadoras da estabilidade das sociedades receptoras dos fluxos migratórios.

O relatório da ONU de setembro de 2019 sobre o aumento da migração a escala planetária, também indica que esse crescimento se reflete nos fluxos migratórios entre os países do sul. No caso da América Latina, embora os países do norte global continuem sendo o destino predominante da mobilidade humana gerada nesta região⁶, nos últimos anos tem aumentado significativamente as ondas migratórias entre os próprios países do sul.

Quando procuramos os fatos que expliquem esse crescimento do deslocamento regional aparecem vários fatores a levar em conta. Destacam-se as assimetrias socioeconômicas geradas pelas dinâmicas do capitalismo globalizado com seus ciclos de crises se refletindo nas economias dos países latino-americanos, além de problemáticas políticas que criam situações de instabilidade. Só para nos referir a alguns deles poderíamos indicar:

- a) os quadros crônicos de crises políticas, econômicas e humanitárias combinado com efeitos de desastres naturais que marcam os fluxos migratórios haitianos;
- b) os processos de confrontação política, com conflitos de caráter bélico, por mais de 5 décadas na Colômbia que tem gerado um significativo descolamento humano tanto internamente como fora de suas fronteiras nacionais⁷, e
- c) no caso da Venezuela⁸ localiza-se em um contexto de confrontação geopolítica, onde se pode destacar um projeto político progressista não alinhado às diretrizes políticas do governo dos Estados Unidos, e um bloqueio econômico e financeiro declarado abertamente pelo governo estadunidense desde o ano 2015⁹. Nesse marco de dificuldades socioeconômicas tem tido

⁶ As chamadas caravanas migratórias com origem em países centro-americanos como Honduras e Guatemala com destino aos Estados Unidos em 2018, 2019 e 2020 ratificam essa tendência histórica.

⁷ Com 7,7 milhões de deslocados em 2017, a Colômbia foi o país que teve a maior mobilidade deste tipo no mundo, de acordo com um relatório de Tendências do ACNUR (jornal El Tiempo, 19 de junho de 2018).

⁸ País petrolífero com os maiores reservatórios de petróleo certificados no mundo.

⁹ Uma ordem executiva do governo de Barak Obama estabeleceu sanções econômicas e financeiras contra o governo da República Bolivariana de Venezuela, porque esse governo representaria uma ameaça inusual e extraordinária para a segurança nacional dos Estados Unidos. O governo de Donald Trump ratificou essa ordem executiva.

lugar uma onda migratória¹⁰ de grandes proporções, jamais acontecida nesse país andino-caribenho-amazônico.

Como esse fenômeno ocorre? Quais são suas implicações ético-políticas e culturais? Acreditamos que essa mobilidade humana além das fronteiras de nossos países, neste caso na América Latina, onde tivemos e podemos continuar a ter em comum: histórias, valores, idiomas, gestos e desejos coletivos, traz à tona temáticas como a diversidade cultural e interculturalidade para desde diferentes dimensões (educação, comunicação, entre outras), pensar as possibilidades para erradicar todas as formas de estigmatização e exclusão do outro, baseadas em interdependências criativas com os culturalmente diferentes e o culturalmente diferente.

DIVERSIDADE CULTURAL E SUAS PROBLEMATIZAÇÕES

Poderíamos começar colocando sob suspeita a própria categoria de diversidade cultural, tentando caracterizar, em poucas palavras, a herança do projeto educacional do século XIX na América Latina. Ali, talvez, possa-se dizer que ele combinou o desejo de unificação nacional e a anulação da diversidade cultural: dois lados da grande proposta política voltada para a organização e consolidação dos Estados-nação. Projeto no qual o vínculo estabelecido entre a unidade de propósitos educacionais e a unidade da nação, tornando a educação o principal dispositivo de homogeneização linguística e cultural, isto é, a imposição dos códigos dominantes a partir dos quais absorver-dissolver a pluralidade de formas culturais coexistentes nas fronteiras nacionais.

A imposição de uma língua e uma cultura civilizadora, de uma ordem, de uma moral: essa era a lógica na qual, ao mesmo tempo, estabeleceu-se a legitimação do saber como aquilo que era institucionalizado e, correlativamente, da instituição educacional como a sua portadora.

Precisamente, é deste lado da utopia educacional moderna na América Latina que se inclina o equilíbrio da agenda educacional do século XX, ainda definida a partir do centrismo estatal incorporado na monopolização estatal das decisões em matéria educacional: uniformidade de fins, conteúdos e meios, para que a educação continue cumprindo sua função central, a saber: unificação nacional baseada no fechamento da pluralidade cultural, desconhecimento do outro e de o outro,

¹⁰ Segundo ACNUR e OIM a cifra da migração venezuelana alcançou os 4 milhões em 2019 (site ACNUR 07/07/2019).

diferente das codificações da racionalidade dominante. Assim, no século XX, como Calderón, Hopenhayn e Ottone (1996) afirmam, que persistiram

grandes marcas da história cultural da região (...) essa longa tradição de(...)a dialética da negação do outro, onde a negação cultural (do índio, do negro, do pagão, do mestiço, do camponês, do marginal-urbano, etc.) constitui o fundamento sobre o qual, por sua vez, é montada uma longa tradição de exclusão e dominação socioeconômica e dominação sócio-política¹¹.

Deve-se notar que, entre os séculos XX e XXI, surgem novos desafios em questões econômicas, sociais, políticas e culturais para nossas sociedades, pois tem a ver em como lidar com eles em um mundo cada vez mais globalizado, no qual a perda da nitidez das fronteiras nacionais (econômico, político e cultural) nos coloca diante de um conjunto de transformações que deslocam e recolocam o papel da educação, a comunicação e a política, bem como nosso modo de pensar essas dimensões.

De fato, desde o último terço do século XX, as sociedades latino-americanas são caracterizadas por uma complexidade crescente resultante do cruzamento de dinâmicas que contêm, por um lado, sinais de expansão dos direitos democráticos dos cidadãos, produto das lutas realizadas pelos movimentos sociais; e, por outro, a acentuação dos processos e efeitos da desigualdade e exclusão no campo econômico e social vinculados às formas de reintegração nas economias globalizadas e de reconversão produtiva¹².

Toda uma complexidade redimensionada nas dinâmicas de desenvolvimento tecnológico y práticas comunicativas como marcas relevantes de uma época que alguns autores já definiram como *Idade Mídia*¹³.

Partimos do fato de que as práticas socioculturais vinculadas à mídia não são apenas informativas, mas também formativas; entendemos a mídia como um

¹¹ Fernando Calderón, Martín Hopenhayn, Ernesto Ottone(1996). “*Desarrollo, ciudadanía y la negación del otro*”. Trasiago, nº 9 y 10, p.102. **Revista de la Facultad de Humanidades y Educación**, ULA. Venezuela.

¹² A partir dessa acentuação, eles já estavam inequivocamente conscientes dos sinais que compõem o que foi chamado de “balanço vermelho” dos ajustes estruturais da economia sob a fórmula neoliberal; entre eles: o desmantelamento das políticas sociais do Estado, com seu conseqüente impacto na deterioração de serviços como saúde e educação pública; as dimensões brutais alcançadas pela pobreza extrema e a crescente pauperização dos setores sociais médios; o comportamento negativo da quantidade e qualidade dos empregos e a deterioração dos salários; o aumento das desigualdades sociais e as várias formas de exclusão social. Situação registrada na “Apresentação” do Projeto Principal de Educação. UNESCO, documento nº 36, abril de 1995, nos seguintes termos: “Nos anos 80, o crescimento da pobreza na América Latina e no Caribe foi de 8%; para que esta década permaneça como acentuação da herança histórica da pobreza, desigualdade na distribuição de renda, no acesso à educação e ao conhecimento”.

¹³ RUBIM, Antônio Albino Canelas. *ACM: Poder, Mídia e Política. Comunicação & Política*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 107-128, maio-ago. 2001.

componente constituinte da sociedade industrial e o novo contexto global; o discurso midiático teve incidência no desenvolvimento do paradigma do cidadão consumidor dentro da estrutura de uma sociedade industrializada, o significado educativo desse processo reflete-se na modelagem de comportamentos e na formação de subjetividades na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, Martín-Barbero (2002) afirma que existe um *tecnicismo da mídia que representa uma dimensão estratégica da cultura contemporânea*. A partir daí, destacamos a importância de conhecer e refletir sobre uma linguagem da mídia - que responde principalmente a uma lógica mercantil. Hoje somos testemunhas e protagonistas de mudanças vertiginosas nas tecnologias da comunicação, caracterizadas por autores como Manuel Castells (1999), sob o nome de *Era da Informação*¹⁴, para se referir a um mundo de intensos fluxos globais de informação, riqueza, poder e imagens.

O sociólogo espanhol afirma que a tecnologia é sociedade e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas. Talvez nessas contribuições encontremos algumas pistas para entender um processo iniciado no norte do planeta, entre as décadas de 40 e 60 do século XX, na indústria eletrônica, com a participação do conhecimento produzido no campo da Cibernética e financiamento militar. Processo que tecnologicamente é suporte de um conjunto de práticas sociais em escala planetária, definidas por alguns autores como *Cibercultura*¹⁵ que inegavelmente afetam a aprendizagem social e a construção dos imaginários coletivos.

Nas palavras de Baudrillard (2006), nessa dimensão da mídia de massa, a sociedade se curvou à obscenidade de uma cena em que a informação circula, sim, fazendo-a de todos os lugares para todos os lugares, como se fosse uma obrigação moral de trocar informações.

Em seu livro: *O crime perfeito*¹⁶, voltando-se para Borges, fala dos “povos do espelho” para se referir a todas as formas de alteridade que a tradição racionalista ocidental estaria sujeita à mesmice do sujeito, condenando-os a serem imagem servil, representação e singularidade aniquilada, imolada “ao serviço do mesmo”. No livro *A transparência do mal*¹⁷ o autor francês faz uma análise exaustiva do processo contemporâneo de extermínio da alteridade. Seu princípio motor é a hipertrofia do Mesmo e seu sintoma mais característico é semelhante ao das duas grandes doenças virais de nosso tempo: AIDS e câncer. A mesma coisa sobre essas doenças é que elas

¹⁴ CASTELLS, Manuel (1999). **A sociedade em rede**. Paz e Terra. Sao Paulo.

¹⁵ LÉVY, Pierre (2007). **Cibercultura**. Editora 34, Sao Paulo.

¹⁶ BRAUDRILLARD, J (2006). **El crimen perfecto**. Anagrama. Barcelona.

¹⁷ BAUDRILLARD, J (1991). *La transparencia del mal*. Anagrama. Barcelona. pp. 134-35.

são produto da desorganização dos sistemas de defesa, mas não porque eles falham diante de um inimigo que não podem dominar, mas porque são nossos próprios anticorpos que nos destroem. É a consequência de nossa “cultura de assepsia”, de um sistema que aponta para sua total positividade, consegue eliminar tudo o que é diferente.

Essa ideia nos coloca de cara à questão da diversidade e aí encontramos as reflexões de Carlos Skliar (2007). Para o autor argentino, a entrada da diversidade no campo discursivo da ordem fez com que sua mera menção a tornasse “uma virtude democrática, política, cultural e pedagógica, impossível de ser colocada sob suspeita, como uma referência irrepreensível para o outro”.

No entanto, sua posição nos discursos de ordem não apenas determina uma linearidade com a qual a palavra diversidade se refere a categorias como raça, etnia, sexualidade, geração, religião, mas também sua remissão à mera existência do outro, ditar que existe diversidade, o que demonstra uma ideia de diversidade segundo a qual “a diversidade são os outros, ele e eles”. Assim, o “eu” e o “nós” mantêm novamente para si o privilégio da palavra e do olhar. São “ele / eles”, os diversos, os estranhos, que se identificam como detentores de condições que são nomeadas e acentuadas como “diversidade”.

Portanto, com relação ao uso da palavra diversidade, Skliar pergunta se não é que ela atua exatamente na direção oposta, isto é, fazendo da diversidade um deslizamento perigoso, por exemplo, em direção à figura arquetípica e secular de outro como um ser de identidade específica (e apenas uma identidade) geralmente inferior, marginal, empobrecido, estrangeiro e ameaçador? Assim, a diversidade inscrita no discurso da ordem parece ocorrer:

... mais uma vez, imponha essa figura do outro de maneira fina e perigosa. Este é outro relacionado a uma imagem já desbotada e desalinhada (por engano, desajeitada e repetida) de pobreza, estrangeiros, marginalização, exclusão, imigração clandestina, desespero, violência, maldade, traição, crime, homossexualidade, heroísmo e/ou vitimização, falta de educação, loucura, desamparo, orfandade, esquecimento e negligência, deficiência, etc.; imagens, em resumo, que provocam e produzem uma suspeita permanente sobre a humanidade do outro ou, em outras palavras, a suspeita sobre se o outro pode ser “tão humano” quanto nós, aparentemente, nós mesmos (“aqueles corpos paralisados são corpos?” O que “os surdos usam é uma linguagem?” O que “os cegos fazem para ler é a leitura?” Essa “maneira de aprender com quem tem problemas de aprendizagem é, na verdade, aprendizagem?”)¹⁸.

¹⁸ Skliar, C.(2007). **La pretensión de la diversidad o la diversidad pretenciosa**. Disponible en: http://www.feeye.uncu.edu.ar/web/posjornadasinve/Pretension_diversidad_o_Diversidad_pretenciosa.pdf

Conseqüentemente, essa diversidade arrogante reproduz, reforça e difunde uma lógica divisória e antagônica entre o “nós” e os “outros” construídos como o negativo em que podemos nos reconhecer e afirmar. Portanto, diante dos discursos sobre diversidade, devemos exercer suspeitas e perguntar, como Skliar: de quem é a questão da diversidade? ou quem diz diversidade? É uma preocupação ética em relação a qualquer outra figura de alteridade? ou uma obsessão de tipo legal / legalista em relação a outra já tipificada por nós?

E diante da pergunta do outro, implícita nesses discursos, nos perguntamos: de quem é essa pergunta? É uma pergunta nossa sobre o outro? Uma pergunta que é direcionada para o outro? Uma pergunta que pressupõe que o outro é quem deve obrigatoriamente responder? Ou é uma pergunta que pertence ao outro, sua propriedade, uma pergunta que nos chega do outro?

A primeira pergunta em relação à outro é nossa ou é a de outro? Da mesma forma, pergunte-se se por diversidade entendemos uma certa atenção em relação a um tema específico ou se entendemos diversidade pela atenção que direcionamos a um assunto específico, ou se entendemos por diversidade - sinônimo de responsabilidade em relação às relações de alteridade. Ou se o relacionamento eu-nós / outros implica uma decisão que se opõe fortemente a uma questão moral versus uma questão política?

Essas abordagens são de importância vital para se pensar no papel da mídia na construção-circulação de discursos de diversidade politicamente corretos que tiveram a ver com a pretensão de converter as imagens homogeneizadoras de alguns grupos sociais em noções difusas de *multiculturalismo* e *interculturalismo*. Logo, a diversidade também se relacionou com as noções igualmente difusas de integração e inclusão e, paradoxalmente, a diversidade foi inaugurada com uma curiosa fórmula que a inclina, como sentido e significado, para desigualdade. Nesse caso, o olhar para o outro se torna especialmente problemático: o outro diverso é um outro desigual, ou seja, diversidade se torna sinônimo apenas de exclusão, marginalização, pobreza, analfabetismo, etc.

MIDIATIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO E INTERCULTURALIDADE

A questão da mobilidade humana contemporânea tem no tratamento midiático um terreno fértil para entender quais são as construções simbólicas que falam da diversidade cultural e da interculturalidade, não apenas nos países do norte global,

mas também em territórios como a América Latina, que são cobertos por fluxos migratórios sul-sul.

A pesquisadora brasileira Denise Cogo (2012) chama atenção para algumas matrizes culturais na construção midiática das migrações. Refere-se aos referentes e processos que são produzidos a partir do entrelaçamento, interação, combinação e disputas envolvendo uma variedade de repertórios e experiências de identidade derivadas das etnias, rurais, urbanas, de gênero, geracionais etc., constitutivo de sujeitos situados socioculturalmente.

Esses processos configuram e (re)configuram a dinâmica sociocultural e identitária contemporânea. Nesse sentido, vale ressaltar que nos quadros noticiosos a *Nação* é predominante como matriz simbólica que se refere aos países de origem e destino dos migrantes, bem como aos cenários de disputas geopolíticas. Ligados a essa matriz estão, por um lado, os governantes e outros agentes oficiais que atuam diretamente na realidade migratória e, por outro, os grupos de migrantes nomeados por suas nacionalidades (brasileiros, mexicanos, venezuelanos, bolivianos, outros) que se mobilizam para as nações do destino. Isso é traçado em construções informativas (especialmente nas manchetes) em que a *Nação* interage, repele ou evita aos migrantes.

Além da produção jornalística, chama-se atenção para outros produtos culturais, como filmes e seriados, que em suas narrativas fazem ênfase na criminalização das migrações contemporâneas quando os imigrantes são denominados ilegais, clandestinos, irregulares, refugiados, deportados. Ou, ainda, com um universo semântico relacionado à intolerância, violência, desemprego, invasão, avalanche, morte, naufrágios, acidentes, isolamento, preconceito, pobreza, condenação, inspeção, deportação, expulsão, tráfico ou detenção. Tal mecanismo colabora para um tipo de construção de sentidos sobre migrações centradas na associação entre criminalidade e local de origem dos imigrantes.

Por sua parte, Teun van Dijk (2008), desde sua experiência na Europa, observa que qualquer estudo acadêmico sobre migração e da sociedade cada vez mais culturalmente diversificada, deve ser articulado pelo critério da dupla orientação. Não apenas temos que estudar o impacto da migração sobre nós, ou nossa sociedade, ou focarmos apenas nos problemas que eles criam para nós - às vezes problemas muito exagerados, como o uso do véu de algumas mulheres muçulmanas - também deve ser levado em consideração a perspectiva das mulheres, homens, meninos e meninas que acabaram de chegar, ou que uma ou várias gerações já estão aqui, bem como suas experiências e opiniões. A sociedade diversificada e verdadeiramente democrática não é construída sem *Eles* e sem *Elas*.

O autor holandês afirma que a ideologia da imprensa quando se trata de cobertura de migração é obviamente a ideologia do grupo dominante - ou seja, do grupo europeu do grupo branco. Essa ideologia é caracterizada por uma polarização entre *Nós* e *Eles*, e associa-se a uma avaliação para *NÓS* que é superior à *ELES*. *Nós* “*somos más modernos, más avanzados, más democráticos, más inteligentes, más pacíficos, etc.*” (p.14). Nesse sentido indica que é

de suma importancia para poder comprender las experiencias diarias de los y las inmigrantes es que las reacciones de los pueblos europeos con el Otro han estado marcadas por varias formas de racismo, como manifestaciones de un sistema étnico dominante de prácticas discriminatorias e ideologías de superioridad europea. Aunque tal vez las prácticas racistas son más radicales en otras partes de Europa que en España, no debemos olvidar que también en España esas manifestaciones racistas, más o menos sutiles e indirectas, son parte de la vida cotidiana de los y las inmigrantes, en general negadas o ignoradas por Nosotros (VAN DIJK, 2008, p.13).

Tal como assinalado por autores como Cogo e Van Dijk o tratamento midiático dos processos de mobilidade humana tem contribuído na configuração de narrativas que trazem à tona a questão da interculturalidade e diversidade cultural em nossas sociedades.

A violência simbólica que se reflete na estigmatização do outro/outra, nos preconceitos, a xenofobia é marcante na percepção que se tem das sujeitas/sujeitos migrantes construídos na mídia como a causa de muitos, quando não todos, os problemas das sociedades de receptoras. A complexidade de processos socioculturais que estão presentes nas dinâmicas migratórias fica não visibilizada pela construção de matrizes hegemônicas de um modelo que gera a migração enquanto criminaliza aos migrantes.

DESAFIOS DESDE UMA AMÉRICA LATINA POSSÍVEL... NECESSÁRIA

O que acontece nesses espaços físicos e simbólicos nos quais as experiências democráticas precisam ser construídas? Como experimentar e promover a interculturalidade? O ponto de partida para possíveis respostas é que esses espaços condensam um conjunto de mutações características da atual condição cultural nos países da região e torná-lo um emaranhado que pode muito bem ser considerado refratário, pelo menos, em suas tendências predominantes.

De fato, a complexidade da vida social é parte do fato de que o exercício das relações de alteridade parece estar se tornando cada vez mais difícil, nas sociedades democráticas que procuram se sustentar nelas, o que é radicalmente diferente do exercício da tolerância e do reconhecimento, de acordo com a linguagem neoliberal.

Após esse fato, múltiplos mecanismos associados, entre outros fenômenos, trabalham com a crescente opacidade dos laços sociais, o fechamento narcisista dos indivíduos e sua falta de compreensão das questões da vida em comum; à marca diferenciada, mas comum em nossas sociedades, das desigualdades econômicas e sociais, formas de exclusão cultural e dominação política; às manifestações de violência que abalam não apenas a vida cotidiana dos indivíduos, mas também as que são projetadas no nível social e político; ao império da lógica da mídia de massa e à midiaticização da política, com seus consequentes efeitos de deslocar o confronto de ideias no diálogo e na opinião pública, pela fabricação e venda de uma boa imagem, pelos circuitos de perguntas e respostas mediadas, os exercícios comunicativos redimensionados pelas tecnologias digitais. As pesquisas de opinião feitas com público segmentado e a construção simbólica do espaço público como um território do que ameaça, e acima de tudo, o efeito da aniquilação da dúvida perante o que se mostra como realidade e como verdade.

Tudo isso levanta a tarefa crucial de repensar a democracia, a comunicação e a educação na América Latina a partir do reconhecimento do caráter constituinte da cultura democrática e do que está em jogo em sua construção.

CONCLUSÃO

A partir dessas coordenadas epistêmicas, acreditamos que essa abordagem permita nos aproximar do que está em jogo hoje quando, a partir do reconhecimento da incidência da dimensão comunicacional nas sociedades, assumimos seu caráter vital na realização de projetos que possibilitem a reinvenção da democracia solidária como modo de vida diante da predominância de modelos e práticas que promovam a construção de subjetividades individualistas, competitivas, discriminatórias, estigmatizantes e negativas do outro; isto é, não apenas alheio aos outros, mas contrário às experiências de alteridade e, portanto, à construção de uma cultura democrática atravessada pela diferença, pela irrupção do outro que altera-nos, perturba-nos, instiga-nos, ao nos tirar de nossas certezas, enfim, não nos deixa ser idênticos a nós mesmos.

No contexto dos fluxos migratórios, das implicações que esses processos sociohistórico geram nas dinâmicas de nossas sociedades latino-americanas, temos múltiplos desafios, de ordem políticos, éticos e estéticos, para desde a comunicação, a educação e a política contribuir na compreensão-sensibilização da relação da alteridade como uma dimensão vital das formas de vida democráticas e daí a necessidade da construção de subjetividades democráticas autênticas.

O significativo aumento dos fluxos migratórios a escala planetária, e particularmente no território latino-americano, é um fato que deveria nos levar a propor agendas de debates, de pesquisa, de produção de conhecimentos, que colaborem na compressão desses processos socioculturais complexos. Na atualidade o que predomina é uma conveniente simplificação nas narrativas midiáticas que geram percepções em um senso comum que não explica os contextos onde acontecem os deslocamentos e ainda menos a força cultural que os sujeitos/sujeitas das migrações levam como bagagem vital nos seus percursos pelos novos territórios.

REFERÊNCIAS

- BACZKO, Bronislaw (1985). *Imaginação Social* In: Románo, Ruggiero (Dir.). Enciclopédia Einaudi. (Trad.). Lisboa, **Imprensa Nacional/Casa da Moeda**. 5o Vol., 1985, p.296-332.
- _____. (1999). **Los imaginarios Sociales**. Memorias y esperanzas colectivas. Nueva Visión, Buenos Aires.
- BAUDRILLARD, J (1991). **La transparencia del mal**. Anagrama. Barcelona.
- _____. (2006). **El crimen perfecto**. Anagrama. Barcelona.
- BAUMAN, Zygmunt (2016). **Extraños llamando a la puerta**. Paidós, Barcelona.
- CALDERÓN F., HOPENHAYN M., OTTONE E. (1996). “Desarrollo, ciudadanía y la negación del otro”. **Trasiego**, N° 9 y 10. p.102
- CASTELLS, Manuel (1999). **A sociedade em rede**. Paz e Terra. Sao Paulo.
- COGO, Denise Maria (2012). **Latino-americanos em diáspora: usos de mídias e cidadania das migrações transnacionais**. Rio de Janeiro: Tribia.
- HALL, Stuart (2006). **A identidade cultural na pós-modernidade**. DP&A, Rio de Janeiro.

HOPENHAYN, M. (Septiembre/98 marzo/99). **La enciclopedia vacía**: desafíos del aprendizaje en tiempo y espacio multimedia, en *Nómadas*, N° 9. Fundación Universidad Central Santa Fe de Bogotá.

LÉVY, Pierre (2007). **Cibercultura**. Editora 34, Sao Paulo.

MARTÍN-BARBERO, J. (1987), **De los medios a las mediaciones**. Comunicación, cultura y hegemonía. Gustavo Gili, Barcelona.

_____. (2002). **La educación desde la comunicación**. México: Gustavo Gili.

OLIVEIRA, Márcia de (2016). **Dinâmicas migratórias na Amazônia Contemporânea**. Scienza, São Carlos (SP).

RUBIM, Antônio Albino Canelas (2010). ACM: Poder, Mídia e Política. **Comunicação & Política**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 107-128, maio-ago.

SALIM, C. A. (1992). Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: **Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. São Paulo: ABEP. v.3, p.119-144.

SKLIAR, Carlos (2007). **La pretensión de la diversidad o la diversidad pretenciosa**. Disponible em: http://www.feeye.uncu.edu.ar/web/posjornadasinve/Pretension_diversidad_o_Diversidad_pretenciosa.pdf. Consulta en: 10/05/2018.

SOARES, W. (2002). Para além da concepção metafórica de redes sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. In: **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto.

UNESCO (1995), **Documento N° 36, Proyecto Principal de Educación para América Latina y el Caribe**.

VAN DIJK, Teun A. (2008). Escribir y hablar la inmigración. In: **Inmigración, Discurso y Medios de Comunicación**. María Martínez Lirola (editora) Instituto Alicantino de Cultura Juan Gil-Albert. Alicante.

CAPÍTULO II

BRASIL, VENEZUELA E MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: DISPUTAS PELA HEGEMONIA E A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO BRASILEIRA

Américo Alves de Lyra Junior¹
Ricardo Abreu de Melo²

INTRODUÇÃO

O presente artigo discute a migração venezuelana em Roraima, dando atenção às disputas entre as forças políticas do país vizinho em torno do conceito de democracia e da busca da hegemonia sobre a realidade para validar uma ideologia que torna “verdade” suas concepções acerca da vida econômica e política e social.

Nesse contexto, analisa-se extratos de jornais e autores que discutem o tema como também coloca-se em debate o relatório do parlamentar brasileiro, o Deputado Federal Orlando Silva e a nova Lei de Migração (Lei 13.445, 2016).

Para isso discutem-se aqueles conceitos através de dois campos de força distintos e rivais, os quais concorrem para o fenômeno da migração. Também se analisa a nova Lei de Migração (Lei 13.445, 2016) em uma perspectiva de alento à integração da América Latina.

CONTEXTO IDEOLÓGICO E POLÍTICO DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA

O estado brasileiro de Roraima, a fronteira mais setentrional ao Norte do país, passou a ter maior visibilidade na imprensa corporativa nacional por volta do ano de 2015. A razão dessa evidência deve-se a um fato e a interpretação que lhe foi dada por setores da imprensa ocidental, em especial a latino-americana e com relevo a brasileira. Nesse período começa a intensificar-se o fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil, em consequência de dificuldades socioeconômicas.

Depois de muitas vitórias eleitorais e alguns poucos revezes desde a eleição de Hugo Chávez em 1998, em 2015, no período mencionado, registra-se a derrota nas

¹ Pós Doutor em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL-UnB). Professor Associado 1 da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e vice-reitor da instituição.

² Mestre em Integração da América Latina pelo PROLAM da Universidade de São Paulo (USP), e membro do Grupo de Reflexão em Relações Internacionais (GR-RI).

eleições parlamentares venezuelanas do *oficialismo*, conjunto de partidos políticos que apoiavam o governo do presidente Nicolás Maduro, para o bloco de oposição *Mesa de la Unidad Democrática*, o MUD. A vitória desta aliança foi significativa e o próprio Chefe de Estado do país a reconheceu em discurso transmitido pela TV estatal. Ele teria destacado que a constituição e a democracia foram fortalecidas, comentado sobre uma “guerra econômica” que teria favorecido os vencedores do pleito.

Na ocasião, Henrique Capriles Radonski³ e Lilian Adriana Tintori Parra⁴ deram entrevistas a jornais internacionais, destacando a conquista de 99 cadeiras, do universo de 167, na Assembleia Nacional. Ao mesmo tempo, lançavam dúvidas quanto ao futuro da Venezuela ao sugerir que o governo não aceitaria o resultado. Atitude que, na política, contribui para criar ou fortalecer um ambiente de desconfianças e hostilidades. Sentimentos que diversos órgãos de imprensa salientaram em suas manchetes.

O *El País*, de 8 de dezembro de 2015, anunciava que a “Venezuela dá as costas ao chavismo” reproduzindo as ideias de Henrique Capriles e Lilian Tintori. Na reportagem pode-se ler que

[...] Apesar do sistema eleitoral estar concebido para favorecer o chavismo, graças a várias medidas adotadas nos últimos anos, no final da manhã o Governo sentiu a necessidade de acionar sua máquina. Maduro convocou uma “ofensiva popular” para que ninguém ficasse em casa, e os militantes chavistas intensificaram a pressão sobre seu eleitorado quando faltavam duas horas para o fechamento das urnas, às 18h (20h30 em Brasília) (EL PAÍS, 8 dez. 2015)

A mesma concepção de incerteza no futuro, então apresentada por Capriles e Tintori, é reafirmada nesse artigo do *El País* por meio de outra argumentação. O sistema eleitoral venezuelano foi formulado para beneficiar o chavismo, portanto, para promover o êxito de uma coalizão política. A dúvida que resta é: como a

³ Advogado e político venezuelano. Iniciou sua carreira pelo Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI), pelo qual se elegeu deputado federal em 1998. Foi o mais jovem presidente da Câmara dos Deputados, deixando o cargo no ano de 1999 em decorrência da dissolução do Congresso pela Assembleia Constituinte Nacional. Ao lado de Eduardo Leopoldo López Mendonza, funda o *Primero Justicia (PJ)* em 2000. Neste ano, se elege prefeito de Baruta, município do estado de Miranda e fortalece laços com o *International Republican Institute (IRI)*, órgão vinculado ao Partido Republicano dos Estados Unidos da América. Participou do fracassado Golpe de Estado contra Hugo Rafael Chávez Frias em 2002. Reeito prefeito no ano de 2004, sofrerá duas derrotas quando da disputa à presidência. A primeira em 2008, ao concorrer com Chávez e a última contra Maduro em 2013.

⁴ Esposa de Eduardo Leopoldo López Mendonza, julgado culpado por diversos crimes, dentre eles o de assassinato e lesões graves. Lilian Tintori colabora com a *Fundación BFC* e com a *Jóvenes por los Derechos Humanos*.

oposição, nesse contexto, conquista algo como 2/3 do parlamento? As sugeridas modificações não são suficientes para explicar o resultado final.

A indefinição do conceito de máquina, também revela uma disputa de concepções sobre a democracia. A retórica do jornal a trata como representação fundada no voto e condena, de forma subliminar, a militância e a participação popular. Dá-se a entender que estas práticas extrapolam, são demais, pervertem.

Esse ponto de vista, próprio dos setores conservadores, criminaliza movimentos populares e atores políticos vinculados a eles. No caso discutido, o chavismo e as forças que impulsionam a sociedade venezuelana, são hostilizados como atos promovidos por delinquentes, mercenários a serviço “de chefes de grupos”. Com isso, a política dos grupos subalternos é associada a banditismo.

Nesse contexto, a linha discursiva do *El País* e de outros jornais, como *O Globo* e a *Folha de São Paulo*, se alinham a construção de um discurso hegemônico, que carrega consigo aquelas concepções de democracia e nação que rivalizam com as ideias de inclusão e participação popular no jogo político. Condena-se, assim, a organização por meio da militância e de esforços coletivos.

O pano de fundo se baseia em uma ideologia que, como todas elas, precisa da universalização dos seus valores e da aceitação geral. Conceito fundado no mercado e no mérito, mascarando a complexidade dos problemas experimentados pelos venezuelanos, que tangenciam, igualmente, questões econômicas, políticas e sociais.

A par dessa discussão, Gustavo Simões (2017) compreende a crise na Venezuela como resultado do esgotamento do modelo bolivariano, que começaria no ano de 2015 por razões anteriormente aludidas. Além do que, aquele enfraquecimento se baseia em três fatores, quais sejam: o econômico, o político e o social⁵.

Já Juan Martorano (2018) compreende que se verifica na Venezuela “la escalada especulativa en precios de alimentos, medicamentos, productos bienes y servicios de primera necesidad. Alimentos y productos de limpieza del hogar y personal presentan un alza desproporcionada en sus costos”. Em função disso, diz Martorano, há um forte impacto e uma “precarización de las condiciones de vida de la ciudadanía.”

Apesar das dificuldades econômicas que se intensificam a partir de 2015 na Venezuela, o governo de Nicolás Maduro teve várias vitórias eleitorais desde a convocação de uma nova Assembleia Constituinte que foi escolhida em 30 de julho de 2017, e Maduro foi reeleito Presidente da República Bolivariana da Venezuela em maio de 2018 com aproximadamente 68% dos votos válidos.

⁵ Essa discussão e a que segue sobre migração e Roraima, com alguns ajustes, foi realizada na Primeira Brigada de Infantaria da Selva na cidade de Boa Vista e intitulada de movimentos migratórios regionais e transnacionais em 2018.

Com a polarização política e o acirramento das opiniões na sociedade, com a instabilidade decorrente da base de um consenso mínimo entre os atores, e o agravamento das dificuldades socioeconômicas, o processo migratório começa a se acentuar com a entrada de venezuelanos em Roraima através de fronteira terrestre que irmana as cidades de Santa Elena de Uaiarén e Pacaraima. Frisa-se que nosso entendimento é o de que as disputas intestinas representam uma inflexão acentuada de dois projetos que se opõem, aparentemente de forma quase irreconciliável, de modo a se ter, no curto prazo, uma conciliação.

Uma das consequências sociais da crise econômica e social na Venezuela é o aumento constante do fluxo de migrantes, o que levou as autoridades brasileiras a registrar perfil desses venezuelanos que, segundo Simões (2017), buscam o refúgio por o entenderem como forma de assegurar a sua permanência a médio e longo prazos no Brasil, além de permitir a estada regular com documentação, em especial a carteira de trabalho.

No tocante ao perfil dos migrantes, Simões (2017) informa que:

[...] em primeiro lugar, identificamos uma maior presença masculina. Segundo dados da PF, os venezuelanos em Roraima que solicitaram refúgio são divididos em 58,28% homens e 41,72% mulheres. No caso dos indígenas localizados no abrigo do Pintolândia, essa porcentagem é de 54,55% de homens e 45,45% de mulheres. Com relação à idade, o número de jovens e adultos é maioria, o que classifica essa migração como uma migração de trabalho e oportunidades. Segundo dados da PF, 80% dos venezuelanos em Roraima que solicitaram refúgio encontram-se nas faixas etárias de 20 a 39 anos e 40 a 59 anos. As faixas etárias abaixo de 18 anos e 60 anos ou mais encontram-se respectivamente em cerca de 15% e 5% respectivamente, o que coloca a migração venezuelana como uma migração majoritariamente jovem. Por outro lado, o casos dos indígenas é um pouco diferente. Dos 143 indígenas *Warao* registrados no maior abrigo público, 52 eram crianças, totalizando cerca de 36% do total de indígenas no abrigo. Esse número maior de crianças pode apontar para uma migração em família no caso dos indígenas e uma migração de homens e mulheres solteiras no caso dos não-indígenas. Ressalta-se que a grande maioria dos *Warao* não solicitou refúgio, como fizeram a maioria dos *criollos*, como são conhecidos os não-indígenas. Por outro lado, os idosos (60 anos ou mais) indígenas no abrigo totalizam apenas 5 dos 143, representando cerca de 3,5% do total, número próximo aos 3% dos que solicitaram refúgio (SIMOES, 2017).

Para Simões (2017), a questão do emprego é problemática por que o mercado de Roraima não tem condições de absorver todos os venezuelanos que chegam. A migração, segundo ele, provoca mal-estar em função do estado não possuir experiência no recebimento de migrantes nessa quantidade. Além do que, até então, o movimento migratório era o inverso.

Coincidentemente, o aumento do fluxo de migrantes venezuelanos, que gera uma forte polêmica no Brasil, em especial no estado de Roraima, que recebe a maior parte desses imigrantes, se dá no mesmo momento em que passa a vigir uma nova legislação sobre o tema no Brasil.

Recentemente o Congresso Nacional brasileiro aprovou a nova Lei de Migração, em substituição ao anterior Estatuto do Estrangeiro (Lei 6815, de 1980). Segundo o Relatório do Deputado Orlando Silva (Congresso Nacional do Brasil, 2016), a nova lei visa “tomar o tema do migrante (...) a partir do enfoque da dignidade da pessoa humana e do desenvolvimento econômico e social”, reforçando “o caráter de abertura do Brasil para com a recepção e integração do imigrante à nossa vida social”.

Segundo o relatório do Deputado Orlando Silva, com relação ao Estatuto do Estrangeiro, promulgado durante a ditadura empresarial-militar no Brasil, “os princípios e muitos dos dispositivos da citada norma jurídica são incompatíveis com o atual ordenamento constitucional e com os preceitos do Estado Democrático de Direito” (Congresso Nacional do Brasil, 2016).

Efetivamente, ao contrário do Estatuto do Estrangeiro, a sucedânea Lei de Migração (Lei 13445, de 2017) brasileira tem forte índole democrática e preocupa-se em “garantir o respeito aos direitos humanos, o combate à xenofobia e a todas as formas de discriminação da imigração, a acolhida humanitária, o direito à reunião familiar, a inclusão social, laboral e produtiva do imigrante, entre outras medidas” (Congresso Nacional do Brasil, 2016).

A nova legislação brasileira, em seu artigo 3º inciso XI ainda assegura aos imigrantes o acesso a “serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social” (Congresso Nacional do Brasil, 2017). Tais direitos, no caso da imigração venezuelana para Roraima, para serem assegurados de forma objetiva, precisam de uma participação do governo federal e de uma política nacional de atenção ao imigrante, pois as limitações objetivas do estado de Roraima não permitem, por mais esforços que possam ser feitos pelas autoridades roraimenses, a garantia desses direitos a todos os imigrantes que tem chegado da Venezuela desde 2015.

Não obstante a imigração criar sérios constrangimentos ao estado de Roraima, a nova Lei brasileira vê a migração com perspectiva positiva, em que o fluxo migratório enriquece o Brasil com novas capacidades e saberes, e também é oportunidade para o desenvolvimento econômico e social do país.

Ensejam-se, desse modo, processos de cooperação entre as nações latino-americanas. No caso particular da presença venezuelana no Brasil, tem-se a ocasião de dispor de mão-de-obra altamente qualificada além de pesquisadores presentes em redes científicas internacionais. Pessoas que podem trazer, consigo, conhecimentos e contribuições técnicas que favoreçam a sociedade brasileira, em especial a de Roraima. Além de propiciar esforços regionais no sentido de uma integração latino-americana que faça frente ao violento processo de globalização, defendendo suas indústrias, povos e a soberania dos seus países.

Além do que, se houver uma política nacional de absorção do fluxo migratório, e uma melhor distribuição desses migrantes pelo território nacional, é possível a superação desses impactos de curto prazo, no caso de Roraima, e uma verificação prática da perspectiva que moveu os legisladores.

Outro princípio da nova Lei de Migração é o inscrito no inciso XIV do artigo 3º, que versa sobre o “fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas” (Congresso Nacional do Brasil, 2017). Com efeito, a Venezuela, terra natal do Libertador Simon Bolivar, é estado membro do Mercado Comum do Sul (Mercosul), da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac).

Essa é uma condição distintiva da migração venezuelana, pois a comunidade de nações latino-americanas é preceito da Constituição de 1988 e agora essa distinção é ressaltada pela legislação brasileira sobre migrações, que visa a promoção da integração dos países e povos da região.

O Brasil pode contribuir diplomaticamente para uma pacificação interna na Venezuela, e para o desenvolvimento econômico e social do país vizinho, se tiver para isso uma postura de respeito à soberania nacional da Venezuela e às escolhas eleitorais de seu povo, que vive uma disputa de hegemonia entre dois projetos políticos opostos.

Quanto aos fluxos migratórios que o Brasil recebe, em verdade estes ainda são pouco significativos quando comparado com uma população nacional de mais de 220 milhões de habitantes. Em relação a Roraima, já não se pode dizer o mesmo. As dezenas de milhares de cidadãos venezuelanos que ingressaram e continuam a ingressar em território nacional a partir do estado, são uma soma populacional bastante relevante se comparada à população roraimense.

Daí a necessidade de um planejamento e de medidas em âmbito nacional, que assegurem os direitos que os migrantes têm no Brasil, e que fortaleçam assim os

laços de solidariedade e de comunidade de nações entre os países e povos latino-americanos, da Venezuela e do Brasil em particular.

CONCLUSÃO

Como visto, a migração venezuelana através do estado de Roraima encerra mais questões do que as anunciadas pela imprensa corporativa ocidental. Tem-se, envolto à matéria, uma dura disputa de conceitos relativos à democracia e à política. De um lado forças que limitam a liberdade ao binômio votar/ser votado e outras influências que defendem essa concepção por meio da participação popular dada através de organizações e partidos políticos.

Esse litígio provocou grave divisão na sociedade venezuelana, sobretudo, a partir das eleições parlamentares no ano de 2015. A associação de interesses entre setores da imprensa e de grupos políticos conservadores, também opositores aos denominados “chavistas”, concorreu para dar maior visibilidade a problemas econômicos e ao desejo de construir a hegemonia do discurso sobre a realidade do país.

No contexto dessa rivalidade, a presença popular no processo eleitoral continuou a favorecer o *oficialismo* com derrotas dos opositores. Em paralelo, a crise econômica se acirrou com o aumento crescente do preço dos alimentos, medicamentos, produtos de higiene e serviços de primeira necessidade. Situação que corroborou para a migração de venezuelanos para o Brasil.

Migração que impactou o estado de Roraima, gerando constrangimentos à sociedade local. Ao mesmo tempo, o Congresso Nacional Brasileiro aprovava a nova Lei de Migração (Lei 13445, de 2017) para substituir o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815, de 1980). Este promulgado ao longo da ditadura empresarial-militar. De acordo com o Relatório do Deputado Federal Orlando Silva (Congresso Nacional do Brasil, 2016), superou-se o Estatuto do Estrangeiro que era incompatível com o ordenamento constitucional e com os preceitos do Estado Democrático e de Direito.

A nova Lei de Migração se pauta pela preocupação com os direitos humanos, protegendo o sujeito da xenofobia e outras formas de discriminação. Ela também indica a necessidade do fortalecimento da integração cultural, econômica, política e social dos povos latino-americanos.

Por fim, compreende-se a necessidade do planejamento e medidas, por parte da União, para assegurar os direitos dos migrantes no Brasil e fortalecer laços de solidariedade com as nações e os povos da América Latina.

REFERÊNCIAS

- Congresso Nacional do Brasil. **Relatório do Deputado Orlando Silva**. Mimeo. 2016.
- Congresso Nacional do Brasil. **Lei de Migração**. Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm. Acesso em: 29 mai. 2018.
- SIMÕES, Gustavo. “Venezuelanos em Roraima: migração no extremo norte do país”. Mundorama – **Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais**. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=23834>>. Acesso em: 25 mai. 2018.
- MARTORANO, Juan. “El peso histórico de la victoria de Maduro y del Frente Amplio de la Patria”. **Alainet**. Disponível em: www.alainet.org.br/es/articulo/193167. Acesso em: 29 mai. 2018.
- Venezuela dá as costas ao chavismo. **EL PAÍS**, 8 dez. 2015. INTERNACIONAL. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/07/internacional/1449454340_373673.html>. Acesso em: 25 mai. 2018.

CAPITULO III

NOTAS SOBRE MIGRAÇÃO NA FRONTEIRA NORTE DO BRASIL: RORAIMA

Maria das Graças Santos Dias¹

Erick Linhares²

George Brendom Pereira dos Santos³

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é apresentar uma abordagem introdutória sobre migrações em Roraima. Nesse contexto, discutir o papel do Judiciário de Roraima frente aos refugiados, com enfoque no acordo firmado do Tribunal de Justiça de Roraima e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), juntamente com as ações implementadas pelo referido Tribunal para atender a demanda dos migrantes venezuelanos”. Retomam os princípios que garantem a migração como um direito afirmando que “migrar é uma atividade inerente da humanidade, seja por necessidade ou por vontade própria”. E concluem que “tal temática é pertinente, considerando o grande interesse por esse “fenômeno histórico social”. investigar a migração têm sua complexidade e interdisciplinaridade, um olhar não somente voltado aos problemas, mas aos atores no sentido de compreender e analisar as diferentes formas de migração.

CARACTERÍSTICAS DA FRONTEIRA

O estado de Roraima está localizado quase inteiramente no Hemisfério Norte, abrangendo uma extensão territorial de 224.273,831km². Essa área corresponde a

¹ Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade da Amazônia (1986), Especialização em Educação na área de Ciências Sociais (1989), mestrado em História das Américas, pela Universidad Católica Andrés Bello, Caracas, Venezuela (1995) e doutorado em História pela Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2006). Atualmente é professora Associada da Universidade Federal de Roraima e membro do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da UFRR. E-mail: mdgsdm@uol.com.br

² Doutorado pela UNB em Relações Internacionais e Pós Doutorado em Democracia e Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra... Juiz de Direito do TJ Roraima e professor da Universidade Estadual de Roraima.

³ Possui graduação em História pela Universidade Federal de Roraima (2018); Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima. Atualmente é professor celetista horista ministrando a disciplina de história do Colégio Agnus Dei; Membro dos Grupos de Pesquisa: “Histórias das Religiões e Religiosidades” e “Paulo Freire e Educação de Adultos na Amazônia Setentrional”. E-mail: george.brendom@ufrr.br

cerca de 2,6% da superfície total do Brasil e é equivalente a 5,9% da região Norte. O estado é cortado pela linha do Equador ao sul. Os seus limites estão estabelecidos geograficamente da seguinte maneira, ao norte tem seu limite com o encontro com a Venezuela e a República Cooperativa da Guiana; ao sul, com o estado do Amazonas; a leste com a República Cooperativa da Guiana e com o estado do Pará; a oeste, com o estado do Amazonas e com a Venezuela. Suas fronteiras chegam a uma extensão de cerca de 958km com a Guiana. Segundo os dados do IBGE (2018) sua população é estimada de 576.568 habitantes, com uma densidade demográfica de 2,57 hab/km².

Já o território da República Bolivariana de Venezuela tem uma extensão de 912.050 Km², e estabelece fronteira ao sul de seu território com o Brasil, sendo a Venezuela território limítrofe com Roraima; a oeste limita-se ao encontro com a Colômbia; ao leste estende-se até a República Cooperativa da Guiana; e ao norte se finda com o mar do Caribe e oceano Atlântico. Sua população é estimada de cerca de 32.381.221 habitantes, com uma densidade demográfica de 35,50 hab/km². (IBGE, 2018)

A cidade venezuelana de Santa Elena do Uairén faz limite com o município de Pacaraima, no Brasil. A ocupação humana das fronteiras Brasil/Venezuela é um processo antigo. Contudo, os brasileiros que vivem na fronteira não conseguiram construir uma identidade. Segundo Marcano (1996, p. 1850) os principais conflitos vividos pelos brasileiros da fronteira estão relacionados com a ilegalidade de sua permanência em Santa Elena do Uairén ou em outras regiões, ao sul da Venezuela; razão pela qual muitos são expulsos de onde trabalham, principalmente na extração de minérios.

O município de Pacaraima é ligado a Boa Vista pela rodovia BR 174 até Santa Elena do Uairén, que se liga a Caracas por estrada de rodagem. (DIAS, 2007) Atualmente a Venezuela vive uma crise humanitária, milhares de venezuelanos entram no Brasil através da fronteira com o estado de Roraima/Brasil.

A República Cooperativa da Guiana tem seus limites estabelecidos, ao norte estende-se até o Oceano Atlântico; a leste limita-se ao Suriname pela extensão do rio Courantyne; ao sul e sudeste, faz fronteira com o Brasil; e a oeste, tem seu encontro com a República Bolivariana de Venezuela. Estabelecendo uma área de 214.999 km², com uma população de cerca de 746.500 habitantes, estabelecendo desta maneira uma densidade demográfica de 3,8 hab/km². (IBGE, 2018). A República Cooperativa da Guiana tem um envolvimento com as disputas territoriais entre o Suriname e a Venezuela, que se prolongam desde o domínio colonial. Tais

litígios tiveram a interferência da Organização das Nações Unidas, no qual o tribunal marítimo internacional resolveu, em 2007, uma disputa de fronteira oceânica de longa data entre a República Cooperativa da Guiana e o Suriname. Além deste conflito por essa área, existe ainda a reivindicação pelo Triângulo Novo Rio, que é uma área de cerca 15.600 km² que se localiza ao sul da República Cooperativa da Guiana, tal área está localizada entre dois afluentes do rio Courantyne. A fronteira atualmente que se estabelece entre o Suriname e a República Cooperativa da Guiana ao longo do Courantyne, também é uma área de em disputa, sendo reivindicada pelo Suriname a soberania sobre o rio. Já a disputa entre a República Cooperativa da Guiana e a Venezuela tem sua perduração desde 1895, período em que o governo britânico havia reivindicado a posse do rio Essequibo. No ano de 1899 um assentamento concedeu à República Bolivariana de Venezuela parte da área, todavia, no ano de 1962 é reivindicado todo o território a oeste do Essequibo pela República Bolivariana de Venezuela. (Encyclopædia Britannica, 2019).

Não obstante a crise fronteiriça entre a Venezuela e a Guiana, Georgetown tem recebido os refugiados de braços abertos. Recentemente, em janeiro de 2020, o presidente guianense David Granger anunciou que 36 mil refugiados venezuelanos entraram na Guiana. Granger disse ainda que o *Direct Aid Programme* da Austrália, que ajuda aos indígenas guianenses, tem sido usado para ajudar aos migrantes⁴. Nessa discussão, Trinidad e Tobago, outro país de língua inglesa da região, recebeu até o final de 2019, quase 20 mil venezuelanos. Seu Primeiro-ministro, Keith Rowley, foi mais direto, disse que a primeira prioridade do governo é o bem estar do povo de Trinidad e Tobago. E afirmou que: “As agências internacionais, muitas delas com agendas diferentes dos interesses do nosso país, querem transformar essa pequena ilha, na boca do Orinoco, em um campo de refugiados para venezuelanos”. E completou: “para proteger os interesses de nosso país, temos que nos proteger na falência da Venezuela”⁵.

ASPECTOS SOCIODEMOGRÁFICOS DE RORAIMA

Até a década de 1970 o crescimento populacional do estado de Roraima se apresentou de maneira tímida. Somente a partir desta década que se pode observar um crescente número na taxa populacional, registrando um índice elevado. O censo

⁴ STABROEK NEWS. *Over 36,000 Venezuelans now in Guyana*. **Stabroek News Archive**. 13 Jan. 2020. Disponível em: <www.stabroeknews.com> Acesso em: 15 fev. 2020.

⁵ STABROEK NEWS. *Trinidad PM: Volume of Venezuelans will become a burden*. **Stabroek News Archive**. 03 Feb. 2020. Disponível em: <www.stabroeknews.com> Acesso em: 15 fev. 2020.

realizado no ano de 1950, no antigo Território de Federal de Roraima aponta uma população estimada de 18.116 habitantes morando na região, que passou a ser de 215.950 habitantes em 1991. Já no ano de 2003 a população correspondia a 357.936 habitantes, segundo dados do IBGE. Em 2014, o índice populacional estava em 496.936 habitantes. No censo de 2018, o aumento populacional continua o estado passa a ter 576.568 habitantes. Mesmo ultrapassando uma população de 500 mil habitantes (índice alcançado em 2017), Roraima continua tendo o menor índice populacional do Brasil, de acordo com os dados do IBGE de 2018.

Tabela 1: População de Roraima 1950/2018.

Censos	1950	1960	1970	1980	1991	2003	2014	2018
Roraima	18.116	28.304	40.885	79.159	216.950	357.302	496.936	576.568

Fonte: IBGE, 2018.

A despeito do dinamismo populacional que se desenvolve a partir da década de 1980, Roraima encontrava-se dentro de uma unidade federativa um baixo índice demográfico, isso em comparação com os demais estados do Brasil e mesmo entre os estados que compunham a região norte. É notadamente afirmado que a partir da segunda metade da década de 1980, com o auge da frente garimpeira, ocorre um crescente aumento no índice populacional. Essa erguida no que e refere a presença habitacional em Roraima está intrinsecamente relacionada ao “boom” do garimpo e ao incentivo de políticas locais que promoveram a entrada de uma leva de migrantes. A consequência desses dois fatores foi o surgimento de diversos bairros periféricos, que não dispunham de uma infraestrutura adequada para a recepção de um elevado número de habitantes.

Tabela 2: Densidade demográfica de Roraima, da Região Norte e do Brasil.

ANO	RORAIMA	REGIÃO NORTE	BRASIL
1950	0,08	0,51	6,10
1960	0,13	0,72	8,23
1970	0,18	1,00	10,24
1980	0,34	1,64	13,98
1990	0,93	2,63	17,10
2014	2,21	4,50	23,8
2018	2,57	4,68	24,48

Fonte: IBGE, 2018.

Mesmo o Roraima ainda tendo o menor índice populacional do Brasil, fica nítido o desequilíbrio em relação à sua distribuição espacial. A capital do Estado, que é o município de Boa Vista, é tendencioso a urbanização, que é uma característica que se tornou emblemática a partir dos últimos 40 anos. Sendo que concentração populacional está estabelecida no núcleo urbano da capital. Já no interior do estado, a predominância da população rural sobre os núcleos urbanos fica demonstrada. Todavia, a exceção do município de Caracará. Vale ressaltar que a capital de Roraima, Boa Vista, de acordo com o censo de 2018 do IBGE, ela passa a ser a 25ª mais populosa, deixando a última colocação e estando a frente de Palmas (TO) e Vitória (ES).

Mas, não obstante ao fato histórico que possibilitaram esse aumento no índice demográfico de Roraima, e principalmente de sua capital, Boa Vista, foi estabelecido a partir da década de 1970, onde somente Boa Vista se constituía como núcleo urbano do estado. Nesse período a predominação da migração de nordestino foi o fator principal, tais migrantes se deslocavam pela busca de trabalho na agricultura como em cargos públicos. tal movimento migratório teve sua ligação estabelecida ao PIN⁶, promovido pelo Governo Federal, que foi particularmente executado pela abertura da Perimetral Norte (BR-210) no ano de 1975, que tinha como finalidade atravessar o sul de Roraima e a BR-174 (Manaus-Boa Vista-BV 8) (SOUZA, 2000). Todavia, no ano de 1988, devido à promulgação da Constituição e com a transformação do Território em Estado membro da Federação, ocorreu o impulsionamento da corrente migratória devido à busca de novos empregos públicos.

Para Patarra e Cunha (1987), ao se falar de migração é realizada uma associação de imediata a pessoas carentes que se deslocam por meio de familiares, amigos, redes sociais para grandes cidades na busca de sua sobrevivência, tendo como objetivo a obtenção de um trabalho, em outras palavras, em busca de uma melhoria em sua condição de vida. Em uma diversidade de casos, entende-se essa chegada do migrante como um descontrole do aumento populacional das áreas urbanas, fato que pode acarretar a elevação dos índices de insuficiência de benefícios sociais e da taxa de desempregos.

Nesse sentido, Castiglioni (2009) apresenta a migração que pode ser assim compreendida:

A migração sempre faz parte das vidas das populações. A decisão de migrar, que implica trocar o ambiente familiar e social por uma situação muitas vezes desconhecida, é movida por forte motivação, que traduz a insatisfação do indivíduo com sua situação na

⁶ Programa de Integração Nacional.

região de origem como também seu desejo de encontrar uma nova terra, na qual todas as suas aspirações serão concretizadas. A migração é um processo complexo em suas características, mensuração, causas e efeitos. O estudo da migração é relevante não só para a compreensão dos seus determinantes políticos, sociais e econômicos, como também para o conhecimento dos efeitos que ocorrem em várias esferas: o processo afeta a vida e o comportamento dos migrantes, suas famílias e suas redes parentais e seu caráter bilateral, a migração provoca modificações na distribuição, na dinâmica e na composição da população, interferindo na vida econômica, política e social das comunidades de partida e de chegada dos migrantes. (Castiglioni, 2009, p. 39)

Dentro desse conceito, analisa-se que a década de 1990, o estado de Roraima é marcado pelo sonho de enriquecimento rápido, motivado pelo garimpo de ouro e diamantes. Desta maneira, a chegada e recepção de novos migrantes não foi obstruída. O crescente índice de aumento demográfico foi em expressivamente causado pela grande mobilidade de migrante. Mas, devido algumas restrições que foram impostas no final da década de 1990 no que se concernia ao extrativismo mineral em terras indígenas causou uma diminuição deste fluxo migratório. Os garimpeiros que permaneceram realizaram seu deslocamento para os assentamentos rurais promovidos pelo INCRA, indo principalmente para o sul do Estado de Roraima.

Dentro desse cenário, os migrantes são oriundos predominantemente dos estados Maranhão, seguido por Pará e do Amazonas. No estado de Roraima, dentre os seus municípios, os migrantes continuam buscando em primeiro lugar preferencialmente a capital Boa Vista, considerando sua estrutura econômica e a infraestrutura.

O segundo lugar, a busca do migrante no estado de Roraima, é Rorainópolis, município de atividade econômica que tem suas estruturas voltadas para a extração vegetal, a pecuária e a agricultura. Dessa forma, em tese, a delimitação do perfil desta população através das razões históricas e econômicas pode ser definida como heterogênea, sendo composta por brasileiros oriundos do norte ao sul do país, que tem ainda a presença dos primeiros habitantes indígenas que são presença marcante em Roraima.

Silveira e Gatti (1988) ao se referirem a esse processo, propõem que antes da realização da abertura das rodovias já se era possível verificar uma espontaneidade na migração para Roraima, que era estabelecida por vias fluviais. Segundo Souza (2001, p. 82 e 84) “o processo de ocupação humana de Roraima se, por um lado, sempre foi muito dependente da iniciativa oficial, por outro, apresenta alto grau de espontaneidade”. Dessa maneira, o fluxo migratório para uma dada região ou

local pode ter uma associação com a disponibilidade de terra ou disponibilidade de emprego.

Entretanto, com a construção da BR 174 e do trecho roraimense da BR 210, ocorre a migração de centenas de pessoas, atraídas para a região, causando o surgimento de vários povoados na parte sudeste e sul de Roraima, fato que acarretou no crescimento da posse integral da terra, dando origem a chamado “migrante-poseiro”. Dentro desse cenário, se configuram os projetos de assentamentos rurais que são desenvolvidos no sul de Roraima, nos quais configuram sua importância em termos demográficos. Nesse contexto a migração segundo VALE (2012) não é um processo espontâneo, pois é promovido pelo capital para áreas urbanas e por incentivos públicos para áreas rurais nos assentamentos do INCRA, e por fim se consolida pelas redes sociais.

Nessa discussão convém mencionar o deslocamento de um número expressivo de indígenas para as áreas urbanas. Merece destaque o deslocamento de migrantes provindos da região amazônica, principalmente do estado do Amazonas e do estado do Pará já referido, bem como a participação estrangeira na região, dentre as quais estão migrantes árabes, italianos e suíços e atualmente haitianos, cubanos e venezuelanos. (SOUZA; SILVA, 2006)

MIGRAÇÃO VENEZUELANA

Somente a partir do ano de 2014 que o processo migratório volta a crescer e influenciar no estado de Roraima, causando uma discussão que rompe a esfera local, chegando a debates internacionais. A motivação desse fluxo migratório se estabelece pela crise econômica e a instabilidade política da República Bolivariana de Venezuela, que motivou o deslocamento de milhares de venezuelanos para o Brasil.

Silva (2017) afirma que no que concerne aos fluxos migratórios iniciados em 2015, o ponto chave está na questão de pertencimento a uma determinada classe social que não é tão evidente, onde os grupos mais populares de venezuelanos que tiveram sua ascensão social durante os anos chavistas na Venezuela também passam a migrar de forma forçada, em virtude da situação econômica e social. Dessa maneira, o movimento migratório que ocorreu a partir de 2015 é causado por um fator de expulsão expressivo, e estabelece uma situação de fraqueza extrema econômica, social e de segurança, fazendo com que muitos venezuelanos venham a deixar seu país no desejo de outras localidades, como a região norte do Brasil, mais precisamente Roraima.

Nesse panorama pode-se estabelecer uma ligação ao que Betts (2013) delimitou como migração de sobrevivência, onde, mesmo a migração sendo causada por um motivo forçado em detrimento as condições que a região de origem vem sofrendo, a existência de maiores resguardos por parte do sistema internacional, tais como os refugiados. Desta maneira, as migrações forçadas são estabelecidas como a impossibilidade do indivíduo de permanência no seu local de origem, sendo impelidos. Nesse sentido, a Organização Internacional de Migração (OIM), descreve que a migração forçada se estabelece por movimentos de pessoas nos quais são impelidos ou obrigados, mediante, quer seja por ameaça, desastres ou causas naturais, a realizarem a migração.

Em dados disponibilizados pela Polícia Federal, até meados do mês de agosto de 2018 foram realizados 46.761 pedidos de refúgios por parte de venezuelanos e mais 14.935 pedidos de residência temporária, ainda constam a cifra de 8.000 agendamentos para realização de atendimentos. Consta como dados que, entre os anos de 2017 e 2018 adentraram um total de 154.920 venezuelanos na cidade de Pacaraima/RR, e a uma saída de 79.402.

Esse processo de migração Venezuela será certamente um mecanismo de produção e inclusão de novos valores e significados, não a curto prazo, mas em certa medida prolongada, sendo geradores de agregação de aspectos da cultura venezuelana dentro da sociedade em que estão se inserindo. Dentro da vasta bibliográfica que se refere aos processos migratórios nacionais e internacionais para o Brasil até século XIX os estudos estavam voltados para uma abordagem de caráter econômico. Todavia, a partir do século XX em meados da década de 70 começam a serem elaboradas novas tipologias teóricas voltadas em outros campos, que tem como foco a aproximação com as áreas culturais.

Sahlins (1997) elabora um conceito que retrata esse novo tipo de experiência como migração transcultural, na qual consiste em um estudo a partir da análise de como o migrante se torna e se apresenta ao mundo, defendendo o conceito de migração que permita pensar “[...] na dialética da circulação cultural entre terra natal e os lares alhures, as práticas e relações tradicionais ganham novas funções e talvez novas formas situacionais”. (SAHLINS, 1997, p. 114)

Desta maneira, não se pode negar que as evidências históricas no que se refere a ocupação do território desde o período colonial até os constantes processos de migração, quer seja de caráter nacional ou internacional, se estrutural de maneira direta ou indireta pelas influências políticas e as suas relações etnoculturais, sendo elas repercutidas em elaboração de políticas públicas, nas tradições, no canto, na música, na dança, na literatura, no teatro, sendo essa a influência para os povos

sucessivos a esse processo, abarcando culturas que possibilitem a formulação da sociedade atual. Nesse contexto não podemos deixar de fazer uma reflexão sobre os refugiados venezuelanos e a justiça brasileira.

OS REFUGIADOS VENEZUELANOS E O ACESSO À JUSTIÇA: O PAPEL DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO NA GARANTIA DE DIREITOS

O papel tradicional de nosso sistema de Justiça, para os refugiados, tem sido a verificação do preenchimento ou não dos requisitos formais para a concessão do refúgio. Não há registro de atuação judicial posterior ao exame da solicitação. No entanto, a Justiça pode assumir atitude mais ativa na integração do migrante à sociedade brasileira. Justamente porque esse é um processo multidimensional e que envolve vários atores políticos, inclusive o Judiciário, cuja participação, nesses atos, é o objeto deste tópico.

OS REFUGIADOS EM RORAIMA E O PAPEL DO JUDICIÁRIO

A crise humanitária que acomete a Venezuela levou ao êxodo de aproximadamente quatro milhões de pessoas⁷. Mais de duzentos mil venezuelanos ingressaram no Brasil e desses, sessenta mil estão em Roraima, muitos vivendo em abrigos públicos e praças. Atualmente, estima-se que quatorze por cento da população desse estado seja de migrantes e o número continua crescendo⁸. A constatação de crises e da situação de vulnerabilidade em que se encontravam os migrantes venezuelanos, levou o Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR) a elaborar o Termo de Cooperação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), com o objetivo de criar atendimento judicial nos abrigos de imigrantes (Procedimento Administrativo TJRR n.º0004176-38.2018.8.23.8000). É o primeiro acordo do gênero que se tem notícia nas Américas.

Quando da assinatura desse acordo, no dia mundial do refugiado (21 de junho de 2018), a representante do ACNUR no Brasil afirmou que “este é mais um importante passo que está sendo dado em prol da integração e da garantia de direitos

⁷ Agência Brasil. Número de refugiados e migrantes da Venezuela chega a 4 milhões. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-06/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-chega-4-milhoes/>> Acesso em 08 jul 2019.

⁸ Agência Brasil. Roraima pede apoio para conter impactos da migração de venezuelanos. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-05/roraima-pede-apoio-para-conter-impactos-da-migracao-de-venezuelanos>> Acesso em 08 jul 2019

dos venezuelanos em Roraima”.⁹ Ao optar pela integração, o Judiciário passou a se relacionar com o ACNUR e com as muitas agências e entidades que trabalham com os refugiados, o que tornou possível a união de esforços e o compartilhamento de recursos humanos e materiais, para que fosse exitosa a prestação de serviços judiciais às populações refugiadas.

Por oportuno, em importante estudo sobre o Judiciário e o refugiado, Thaís Guedes Alcoforado Moraes¹⁰ observa que existem três fases bem definidas na integração do migrante e que a atuação do Poder Judiciário deve extrapolar a mera verificação formal e documental de requisitos para concessão do refúgio:

[...] o papel do Judiciário não se restringe ao momento da determinação da condição de refugiado. O mecanismo do refúgio é complexo e envolve diversos aspectos, que podem ser resumidos em três fases: a primeira seria o momento de chegada ao Brasil, a segunda seria a fase de determinação do *status* de refugiado e a terceira seria a fase em que, uma vez deferida a solicitação de refúgio, o indivíduo passa a integrar-se à sociedade de acolhida de maneira mais ou menos definitiva.

E conclui:

Em linhas gerais, na primeira fase, o Judiciário tem papel importante na garantia de não devolução e não penalização pela entrada irregular. Na segunda fase, tem-se o controle de legalidade, tanto do aspecto formal quanto do material, do procedimento administrativo de determinação da condição de refugiado. Por fim, uma vez deferida a solicitação, o Judiciário continua exercendo papel decisivo, pois pode atuar pela garantia de acesso dos refugiados às políticas públicas e assistência social, impulsionando o processo de integração local destas pessoas. Tampouco se pode olvidar da atuação das instituições essenciais à Justiça, mormente o Ministério Público e a Defensoria Pública, que tem cooperado de formas diversas com a causa do refúgio e que ainda apresentam enorme potencial de atuação estratégica neste sentido. Em suma, o Poder Judiciário desempenha o papel fundamental de efetivação dos direitos dos refugiados, solicitantes de refúgio e apátridas. Este papel é subsidiário e excepcional, mas muito relevante, pois garante a observância dos compromissos internacionais de direitos humanos e de Direito Internacional dos Refugiados assumidos pelo Brasil.

Essa cooperação entre o Judiciário de Roraima e a ONU, por intermédio do ACNUR, se insere sobretudo na terceira fase descrita acima, isto é, na integração do refugiado e tem vários objetivos declarados, a saber:

⁹ ACNUR Brasil. Acordos de cooperação vão acelerar integração de venezuelanos em Roraima. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2018/06/21/acordos-de-cooperacao-va-acelerar-integracao-de-venezuelanos-em-roraima/>> Acesso em 05 jun 2019.

¹⁰ MORAES, Thaís Guedes Alcoforado. O Papel do Judiciário na Proteção aos Refugiados. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS – Volume Especial, 2014. pp. 166 e 179.

- (a) reconhecer que o Judiciário pode ter papel importante na integração dos refugiados à sociedade brasileira;
- (b) proteger as crianças e os adolescentes imigrantes que muitas vezes estão separados dos pais e sob o risco de várias formas de negligência, violência ou exploração;
- (c) garantir o acesso dos refugiados a políticas públicas negadas por embaraços administrativos ou burocráticos;
- (d) reconhecer os vínculos afetivos e matrimoniais entre os refugiados, o que possibilita o abrigo e a interiorização como unidade familiar.

Na consecução desses objetivos, o citado acordo de cooperação se funda em várias premissas, dentre as quais se destaca o reconhecimento que “a efetivação dos direitos humanos dos venezuelanos, que se encontram em situação de vulnerabilidade, depende da cooperação entre múltiplas esferas internacionais, nacionais e locais” e que é “obrigação do Poder Público, inclusive do Judiciário, em assegurar a brasileiros e estrangeiros, os direitos inerentes à dignidade da pessoa humana, nos termos dos artigos 1.º e 5.º da Constituição Federal”. Confira-se:

Acordo de Cooperação Judicial (TJRR e ACNUR) n.º 01/2018 [...] “CONSIDERANDO o deslocamento de venezuelanos para o estado de Roraima, sem condições para a própria manutenção e em situação de extrema vulnerabilidade;

CONSIDERANDO que esse cenário de deslocamento dos venezuelanos não demonstra ser resolvido em curto prazo; [...] CONSIDERANDO a obrigação do Poder Público, inclusive do Judiciário, em assegurar a brasileiros e estrangeiros, os direitos inerentes à dignidade da pessoa humana, nos termos dos artigos 1.º e 5.º da Constituição Federal; [...] CONSIDERANDO que a efetivação dos direitos humanos dos venezuelanos, que se encontram em situação de vulnerabilidade, depende da cooperação entre múltiplas esferas internacionais, nacionais e locais.

Ao optar por essa linha interpretativa sobre o papel do Judiciário na garantia de igualdade do estrangeiro na sociedade brasileira, o referido Acordo de Cooperação se vincula a importante decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no Recurso Extraordinário (REExt) n.º 587.970-SP que estendeu aos estrangeiros residentes no Brasil o direito à igualdade, inclusive na assistência social. Destaca-se o voto do Ministro Alexandre de Moraes:

O *caput* do art. 5º da CF expressamente assegura a observância dos direitos e garantias fundamentais aos estrangeiros residentes no Brasil, o que bem demonstra a sua característica de universalidade, pois destinados a todos os seres humanos sujeitos à soberania do Estado brasileiro, a justificar, inclusive, a extensão desses direitos a estrangeiros não residentes, como registra a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (HC 74.051, Rel. Min.

MARCO AURÉLIO, Segunda Turma, DJ de 20/9/1996; RE 215.267, Rel. Min^a. ELLEN GRACIE, Primeira Turma, DJ de 25/5/2001).

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) afirmou a igualdade de direitos entre brasileiros e estrangeiros no acesso ao Judiciário e, por via de consequência, no direito à gratuidade:

RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA INDEFERIDO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS - PESSOA ESTRANGEIRA RESIDENTE NO EXTERIOR - ART. 2º, LEI 1.060/50 REVOGADO PELO NOVO CPC - NORMA PROCESSUAL - APLICAÇÃO IMEDIATA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Hipótese: Trata-se de pedido de concessão do benefício da justiça gratuita por estrangeiro residente no exterior, o qual fora negado pelas instâncias ordinárias ao fundamento de que se trata de pessoa estrangeira não residente no país.

1. O artigo 2º da Lei 1.060/50 fora revogado pelo Novo Código de Processo Civil, cuja matéria passou a ser disciplinada no artigo 98 do CPC/2015, in verbis: “A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.” 1.1. Trata-se de norma de direito processual, portanto, a sua incidência é imediata, aplicando-se aos processos em curso, consoante dispõe o artigo 14 do CPC/2015.

2. Em que pese à época da apreciação da matéria pelo Tribunal de piso, a legislação em vigor não prever a possibilidade de concessão da assistência judiciária ao estrangeiro residente no exterior, com a vigência das novas regras processuais passou-se a admitir tal hipótese. 2.1. O caput do artigo 98 do Código de Processo Civil vigente ampliou o rol dos sujeitos que podem ser beneficiados pela concessão da assistência judiciária, em relação ao disposto no revogado artigo 2º da Lei 1.060/50. Portanto, não há qualquer impeditivo legal à pessoa estrangeira residente no exterior de postular a assistência judiciária gratuita e ter seu pedido apreciado pelo juízo. 2.2. A análise dos demais requisitos exigidos pela legislação para obtenção do benefício devem ser aferidos pelas instâncias ordinárias, visto que o presente apelo fora proposto nos autos de agravo de instrumento.

3. Recurso especial conhecido e parcialmente provido¹¹.

Essa decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ampliou o acesso à Justiça e permitiu o deferimento da gratuidade para estrangeiro não residente no Brasil. Na prática, viabilizou o atendimento judicial gratuito aos imigrantes venezuelanos, pois muitos têm apenas o protocolo do pedido de refúgio, mas não obtiveram a residência no Brasil.

Consequentemente, passou a ser um direito do refugiado o acesso ao serviço judicial, ainda que gratuito, o que nos termos da terceira cláusula do acordo, compreende ações litigiosas e não-litigiosas.

¹¹ Resp. 1225854/RS, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 25/10/2016, DJe 04/11/2016.

Na esfera consensual, destacam-se a homologação de acordo envolvendo o reconhecimento de união estável, a extinção de união estável, o reconhecimento de paternidade, a fixação de alimentos, a revisão e exoneração de alimentos, a posse e guarda de filhos menores, a regulamentação de visitas e a autocomposição extrajudicial.

Abrange também o processamento e julgamento dos pedidos de registro de crianças nascidas no Brasil e sua retificação, a emancipação, a interdição e as causas dos Juizados Especiais Fazendários, essenciais para garantir o acesso à saúde e educação públicas.

Os refugiados têm que superar uma série de obstáculos para acessar as políticas públicas pela via administrativa, em razão de embaraços burocráticos, como por exemplo, solicitação de comprovante de residência para quem vive em praças ou abrigos de imigrantes, o que torna necessária a solução judicial para impulsionar o processo de integração.

Como bem salienta Milesi¹² (2009, p. 323):

Mesmo que haja políticas abertas a todos – nacionais e refugiados – são necessários mecanismos específicos para que estes últimos tenham acesso a elas. Por exemplo, experiência prévia para o acesso ao mercado de trabalho, histórico escolar e classificação qualitativa para o acesso à universidade, tempo de residência na localidade para o acesso à moradia, são condições que podem inviabilizar ou afastar definitivamente os refugiados, se não forem adotados critérios que levem em conta suas condições específicas em relação aos nacionais.

Para superar esses obstáculos, até culturais, o parágrafo primeiro da terceira cláusula do acordo TJRR - ACNUR traça os princípios orientadores do atendimento judicial nos abrigos de refugiados e deixa expresso que se trata de procedimento predominantemente oral, ancorado na imediatidade, na concentração de atos, na informalidade e na simplicidade. Veja-se:

CLÁUSULA TERCEIRA - Ao Serviço Judicial Itinerante compete: [...] § 1.º O Serviço Judicial Itinerante é informado pelos princípios da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, priorizando, sempre que possível a conciliação ou a transação.

A opção pela simplicidade evidencia que o rito processual deve ser de fácil compreensão pelos jurisdicionados, por isso o serviço judicial é adaptado à realidade dos refugiados. As audiências podem ser realizadas em espanhol e os documentos

¹² MILESI, 2009 *apud* MORAES, op. cit., p. 11.

apresentados para a instrução da causa não precisam ser traduzidos, até por causa da situação de vulnerabilidade em que se encontram. Confira-se:

CLÁUSULA TERCEIRA - Ao Serviço Judicial Itinerante compete: (...) § 2.º As audiências poderão ser realizadas em espanhol, mas o atos processuais deverão ser redigidos em português. § 3.º os documentos apresentados não precisarão ser traduzidos para o idioma nacional.

O objetivo é a realização dos atos processuais segundo os costumes e o idioma dos refugiados, para assegurar a efetividade da resposta jurisdicional. Respeitando-se, evidentemente, a supremacia do ordenamento jurídico nacional.

Nessa linha, após a formalização do Acordo de Cooperação n.º 01/2018 entre o TJRR e o ACNUR, incorporou-se à equipe, como conciliador voluntário, um ex-magistrado venezuelano refugiado no Brasil (Procedimento Administrativo TJRR n.º 0008583-87.2018.8.23.8000). Esse ex-juiz venezuelano estabeleceu uma ponte entre os dois sistemas legais e transmitiu segurança aos migrantes jurisdicionados. Também facilitou o diálogo com seus concidadãos que estão em situação análoga a sua.

O acordo de cooperação, na forma em que foi concebido, deu agilidade à Justiça Itinerante que pode, inclusive, expedir portaria para disciplinar o acordo, firmar parcerias com outros órgãos, para a atuação do programa em todo o território de Roraima.

CLÁUSULA QUARTA - Incumbe ao magistrado da Vara da Justiça Itinerante:

I - Assinar atos jurisdicionais, assim como os administrativos necessários à concretização do Serviço Judicial Itinerante; II - Expedir portaria para esmiuçar este Acordo; III - estabelecer calendário de atendimento em refúgios, praças e logradouros onde se encontrem os refugiados, com pelo menos uma semana de antecedência; IV - Firmar parcerias com os Municípios e Estado de Roraima para auxílio no Serviço itinerante, bem como para atendimento às demandas fazendárias submetidas ao rito da Lei n.º 12.153/2009.

A vigência do acordo abrange o período em que durar a situação emergencial dos venezuelanos (cláusula sétima do acordo). O prazo, como se vê, é definido pela necessidade do serviço, o que se revela acertado, ante sua natureza social e peculiar.

Na busca da efetivação do acordo, no início de julho de 2018, definiu-se, junto com o ACNUR, o cronograma de atendimento em todos os abrigos de imigrantes existentes em Roraima. Em seguida, entre 30 de julho e 3 de agosto de 2018, realizou-se, no abrigo de refugiados do bairro Jardim Floresta, o primeiro atendimento da Justiça para os venezuelanos.

Nesse serviço judicial foram realizadas declaratórias de união estável (inclusive homoafetivas), reconhecimento de paternidade (até mesmo de crianças nascidas na Venezuela), guarda de menores, registro de crianças nascidas no Brasil e orientações jurídicas diversas, sobretudo relacionadas aos Juizados Fazendários e a seu procedimento simplificado.

As ações se seguiram em outros abrigos, de modo que no final de junho de 2019, os dados fornecidos pela Justiça Itinerante de Roraima¹³ apontavam a realização de 1.042 atendimentos judiciais, assim especificados:

Tabela 3: Dados do atendimento judicial aos refugiados em Roraima (2018-2019).

Procedimento judicial	Quantidade	Observações
Uniões estáveis (pareja de hecho)	742	Dessas 118 homoafetivas
Matrimônios (matrimonios)	112	Desses 6 homoafetivos
Guardas (custodia)	135	Dessas 13 para casais homoafetivos
Outros	53	Retificações de registro de nascimento, ações de alimentos, reconhecimentos de paternidade, dissoluções de união estável, divórcios e juizados especiais

Fonte: Coordenadoria da Justiça Itinerante do TJRR
Dados organizados pelos/as autores/as.

O elevado número de reconhecimento de vínculos afetivos se deve há necessidade de ingresso nos abrigos de refugiados como unidade familiar, também essencial para o processo de interiorização dos refugiados para outros estados do Brasil.

Tabu na Venezuela, as uniões homoafetivas ganharam impulso nesses atendimentos nos abrigos de refugiados, como se nota nos dados fornecidos pela Justiça Itinerante de Roraima. A igualdade independentemente da orientação sexual foi novidade para os imigrantes. Todavia, depois do primeiro atendimento, provocou-se um efeito “dominó”, sendo atualmente procedimento bem corriqueiro entre os venezuelanos em Roraima.

Alguns problemas jurídicos estão sendo resolvidos em conjunto com o consulado venezuelano em Boa Vista, como a situação das crianças refugiadas sem documentos. Outra questão grave, encontrada nos abrigos, é o grande número de crianças e adolescentes desacompanhados de seus responsáveis legais. O que exige o trabalho em conjunto com as agências da ONU na construção de soluções para cada caso.

¹³ Dados fornecidos pela Coordenadoria da Justiça Itinerante do TJRR, em 05 de julho de 2019.

A equipe que atende nos abrigos é composta por juiz brasileiro, ex-magistrado da Venezuela (atualmente refugiado no Brasil), defensor público, promotor de justiça e servidores do Tribunal de Roraima, bem como por parceiros das instituições que trabalham com os refugiados (ACNUR, Exército, AVSI - Brasil, dentre outros).

Embora a cooperação entre brasileiros e refugiados venezuelanos seja a melhor opção, não é a mais fácil. Sua implementação na prática foi complexa e exigiu a superação de várias dificuldades, como por exemplo:

- a) disponibilidade ao diálogo para a construção de soluções aos problemas, inclusive para aceitar documentos em língua estrangeira;
- b) comunicação direta, clara e transparente, principalmente entre o Judiciário, os demais parceiros e agências que trabalham com refugiados;
- c) respeitar as peculiaridades desses jurisdicionados, bem como as normas legais brasileiras.

Importante registrar que o deslocamento de uma equipe do Judiciário para atender em abrigos públicos, praças e logradouros, inverteu a lógica até então existente e abriu novas possibilidades de articulação para o reconhecimento de direitos e para o exercício de cidadanias a refugiados, que raramente seriam alcançados por nosso sistema legal. Inclusive, nessas ações, se descobriram as violências domésticas sofridas pelas refugiadas venezuelanas e passaram a ser tratadas mediante programas preventivos de conscientização e medidas protetivas, essas aplicadas pelo Juizado da Violência Doméstica da Comarca de Boa Vista.

Atualmente, o atendimento nos abrigos se dá por solicitação do ACNUR (normalmente para regularização de documentação e formalização de uniões estáveis antes da interiorização) ou segundo o calendário de serviços judiciais da Justiça Itinerante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, considera-se a fronteira como um lugar de observação sociológica, onde conhecemos os conflitos e dificuldades próprios da constituição do humano, nesse contexto, em Roraima, houve diferentes ondas de migrações, cada uma em seu tempo e a seu modo. Migrações internas e externas. Cabe considerar que o mundo hoje é caracterizados por processos de globalização da economia, pela cooperação internacional, um processo rápido de transformações, a fronteira assume novas dimensões. Roraima não foge desse contexto.

O presente trabalho apresentou um conjunto de características da migração interna e externa. Roraima, um estado que geralmente os migrantes são atraídos principalmente pela oportunidade de empregos em diferentes momentos. Os referidos migrantes fazem parte da história regional, são agentes, elementos de uma estrutura social vigente, que nos levou a alargar a compreensão dessa trajetória diversificada. No que tange a migração internacional, atualmente, a migração venezuelana, predomina na fronteira norte. É um estado receptor de migrantes Venezuelanos, que enfrentam uma crise política e econômica. Com efeito, o fluxo de migrantes venezuelanos em torno de sessenta mil em Roraima, novas estruturas foram surgindo para dar conta dessa migração, como exemplo a “Operação Acolhida”.

No Brasil, o fluxo migratório exigiu uma postura ativa do Judiciário, no cumprimento de seu papel constitucional de resguardar direitos humanos, sem distinção entre nacionais e estrangeiros. Nessa linha, o Acordo de Cooperação n.º 01/2018 firmado entre o Tribunal de Justiça de Roraima e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados demonstra que é possível levar atendimento judicial de cidadania aos refugiados, respeitando-se as peculiaridades desses jurisdicionados (ídioma e aspectos culturais), bem como as normas legais brasileiras. No atendimento efetivo aos migrantes há uma clara opção por métodos consensuais de resolução dos conflitos, dentro e fora dos abrigos. O referido acordo de cooperação comprova também que o Judiciário pode ser um agente facilitador da integração do migrante e que é possível estabelecer relações de confiança entre a Justiça e os refugiados, para que esses possam recorrer aos nossos tribunais quando necessitarem e, assim, diminuir a probabilidade de conflitos tanto entre os migrantes, como com a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Farense Universitária, 2004.
- BETTS, Alexander. **Failed Governance and The Crises of Displacement**. Nova York, Cornell University, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. Um analista do inconsciente. In.: SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. Prefácio. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 1998, p. 9-12.
- BRASIL. CASA CIVIL. **Assistência Emergencial aos imigrantes venezuelanos**. Brasília. 2018. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/>

documentos/assistencia-emergencial-aos-imigrantes-venezuelanos-cc.pdf. Acessado em 9/6/2019;

BRASIL. CASA CIVIL. **Operação Acolhida**. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/documentos/assistencia-emergencial-aos-imigrantes-venezuelanos-cc.pdf>. Acessado em 9/6/2019.

BRASIL. **Resolução Normativa nº 126, de 02 de março de 2017**. Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço. Resolução Normativa Cnig N° 126. Brasília, 3 de março de 2017b. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=88&data=03/03/2017>>. Acesso em: 20 de junho de 2019.

CASTIGLIONI, Aurélia H. Migração: Abordagens teóricas. In.: ARAGÓN, Luis E. (org). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFGA, 2009.

DIAS, Maria das Graças Santos. Amazônia. **O extrativismo vegetal no sul de Roraima**. 2ª ed., rev. e ampliada. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.

DIAS, Maria das Graças Santos. O Estado de Roraima e as Fronteiras com a Venezuela e a Guiana. **Textos e Debates**, Boa Vista, n.12, p. 57-65, jan./jun. 2007.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo UNESP, 1991.

HumanRightsWath. **O êxodo venezuelano**: A necessidade de uma resposta regional a uma crise migratória sem precedentes. Relatório. 2017. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/venezuela0918port.pdf>. Acessado em: 24 de abril de 2019.

IBGE. **Estimativas de População dos municípios para 2018**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22374-ibge-divulga-as-estimativas-de-populacao-dos-municipios-para-2018>>. Acessado em: 22 junho de 2019.

Imigração: o fenômeno, o imigrante, o estrangeiro e o refugiado. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16648/16648_3.PDF>. Acessado em: 24 de abril de 2019.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MARCANO, Elvia Elena Jimenez. **La Construcción de Espacios Sociales Transfronteirizos entre Santa Elena de Uairén/Venezuela e**

Vila Pacaraima – Brasil. Tese de doutorado. Programa Conjunto de Doutorado sobre América Latina e o Caribe. Universidade de Brasília. UNB, 1996.

MARTINE, George. A Globalização inacabada migrações internacionais e pobreza no século 21. São Paulo, **Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 3-22, jul./set. 2005.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.

MORAES, Thais Guedes Alcoforado. O Papel do Judiciário na Proteção aos Refugiados. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS – Volume Especial**, 2014.

NOLASCO, Carlos. Migrações Internacionais: conceito, tipologia e teorias. **Oficina da CES**, nº 434, mar. de 2016.

OIT. **Migração Laboral no Brasil: Políticas, Leis e Boas Práticas (2007 a 2016)** / Organização Internacional do Trabalho, Escritório da OIT no Brasil. - Brasília: OIT, 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DA MIGRAÇÃO. **Tendências Migratórias Nacionais na América do Sul.** 2018. Disponível em: https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/Tendencias_Migratorias_Nacionales_en_America_del_Sur_Vzla_Portugues.pdf Acessado em: 7/7/2019.

PATARRA, Neide Lopes. O Brasil: país da Imigração?. **Revista Eletrônica e-metropolis**, Rio de Janeiro, n.9, p. 6-18, jun. 2012.

PATARRA, Neide Lopes; CUNHA, José Marcos. Migração – um tema complexo. **São Paulo em Perspectiva**, 1 (2):32-35, jul./set., 1987.

PUJOL, Davila José. **Sistema e Poder Geopolítico.** Buenos Aires. Corregidor, 1985

RICHARDSON, Bonham C.; MENKE, Jack K.. **Encyclopædia Britannica.** 14 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Guyana> - Acessado em: 22 junho de 2019

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Configuração migratória no lugar Guayana: uma análise da migração na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana. In. ARAGÓN, Luis E. **Migração internacional na Pan-Amazônia.** Belém: NAEA/UFPA, 2009. p. 223-236.

RODRIGUES, Francilene dos Santos; VASCONCELOS, Iana Santos. Migração, Gênero e Empoderamento das Migrantes da Pan-Amazônia. **Textos e Debates**, Boa Vista, n.18, p. 251-268, jan./jun. 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. Coimbra, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n° 48, jun., 1997.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

SAYAD, A. O que é um imigrante? **Peuplesmediterrances**, n. 7, p. 3-23, abr./jun., 1979.

SILVA, João Carlos Jarochinski. Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil. In: **Encontro Anual da Anpocs**, 41., Caxambu (MG), 2017. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt16-26/10744-migracao-forcada-de-venezuelanos-pela-fronteira-norte-do-brasil/file>>. Acessado em: 22 junho de 2019.

SILVEIRA, Daniel. Brasil tem cerca de 30,8 mil imigrantes venezuelanos; somente em 2018 chegaram 10 mil, diz IBGE. **G1 Rio**. 29/08/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/29/brasil-tem-cerca-de-308-mil-imigrantes-venezuelanos-somente-em-2018-chegaram-10-mil-diz-ibge.ghtml>>. Acessado em: 24 de abril de 2019.

SILVEIRA, Isadora Maciel; GATTI, Marcelo. Notas sobre a ocupação de Roraima, Migração e Colonização. In.: **Boletim Paraense Emílio Goeldi**. Série Antropológica, 1988.

SOUZA, Carla Monteiro. **Gaúchos em Roraima**. Porto Alegre: EDIPUC/RS, 2001.

SOUZA, Carla Monteiro. Notas Sobre a Formação Sócio-Econômica de Roraima. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, a 161, n. 408, p. 21-590, jul./set. 2000.

STF. **RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 587.970**. Relator: Ministro Marco Aurélio, DJe 22/04/2017. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=312785203&ext=.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

STJ. **RECURSO ESPECIAL: REsp 1225854/RS**. Relator: Ministro Marco Buzzi, DJe: 04/11/2016. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ATC&sequencial=65930352&num_registro=201002050139&data=20161104&tipo=91&formato=PDF>. Acesso em: 03 jul. 2019.

CAPÍTULO IV

PERFIL MIGRATÓRIO VENEZUELANO E DEMANDAS POR POLÍTICAS PÚBLICAS EM BOA VISTA

*Márcia Maria de Oliveira*¹

*Gilmara Sarmento*²

*Joel Valerio*³

INTRODUÇÃO

Neste relatório apresentamos as principais conclusões da pesquisa realizada com migrantes venezuelanos entre julho e dezembro de 2019 na cidade de Boa Vista, capital roraimense. A pesquisa foi uma demanda da Fundação Fé e Alegria que atua no atendimento aos migrantes em toda Pan-Amazônia.

A pesquisa foi realizada com equipe vinculada ao Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteiras – GEIFRON vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima e representa um recorte do Projeto Migrações, violência e Direitos Humanos, em Roraima – GEIFRON/UFRR, financiado por meio do edital 01/2018;UFRR/PRPPG/PRO-PESQUISA-AGP, coordenado pela professora doutora Francilene dos Santos Rodrigues. Este recorte específico foi uma demanda da Fundação Fé e Alegria que se colocou como parceira⁴ para viabilizar a realização da pesquisa.

A metodologia envolveu pesquisa de campo com amostra de 357 pessoas, superando a proposta inicial que era de 100 pessoas. Diversas atividades foram desenvolvidas simultaneamente durante os cinco meses de duração da pesquisa, dentre as quais se destacam as oficinas pedagógicas e a formação permanente desenvolvida pela Fundação Fé e Alegria com os migrantes.

A pesquisa de campo contou com observação participante, etnografias em abrigos nas chamadas ocupações espontâneas, entrevistas e estudos de caso. Essas

¹ Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia; professora da Universidade Federal de Roraima; coordenadora da Pesquisa “Perfil Migratório e identificação de demandas de educação intercultural”; pesquisadora do GEIFRON/UFRR.

² Doutora em Sociologia; bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPD do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteira da Universidade Federal de Roraima; vice-coordenadora da Pesquisa “Perfil Migratório e identificação de demandas de educação intercultural”; pesquisadora do GEIFRON/UFRR.

³ Bolsista do Programa de Iniciação Científica - PIBIC/UFRR; pesquisador do GEIFRON/UFRR; bolsista da Pesquisa “Perfil Migratório e identificação de demandas de educação intercultural”

⁴ Contribuiu com recursos humanos e financeiros para viabilizar os trabalhos de pesquisa de campo, realizou diversas atividades para proporcionar espaços de pesquisa com a metodologia da observação participante.

metodologias e técnicas de pesquisa contribuíram para realização de um diagnóstico rápido e participativo da realidade (DRP). Os dados foram tabulados e aprofundados à luz das teorias migratórias resultando em aportes importantes para ampliar o conhecimento sobre as atuais dinâmicas migratórias em Boa Vista. As conclusões são as seguintes:

1 CONTEXTO MIGRATÓRIO INTERNACIONAL

A pesquisa realizada com os migrantes em Boa Vista contribui para a compreensão do contexto migratório em nível mundial. Nesta perspectiva, a realidade de Boa Vista representa um recorte contextual de uma conjuntura mundial impactada pelas migrações.

Em setembro de 2019, o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas - DESA/ONU, informou que naquele momento número de migrantes no mundo alcançava 272 milhões, o que equivale a 51 milhões a mais do que em 2010, a maioria situada na Europa (82 milhões) e América do Norte (59 milhões). Estes dados significam que 3,5% da população mundial é constituída de migrantes⁵.

De acordo com o relatório do DESA/ONU (2019), a maior parte dos migrantes internacionais se movimenta entre países localizados na mesma região – as pessoas da África subsaariana (89%), Leste e Sudeste Asiático (83%), América Latina e Caribe (73%) e Centro e Sul Asiáticos (63%) saíram da mesma região onde agora residem. Em contraste, a maior parte dos migrantes internacionais que viviam na América do Norte (98%), Oceania (88%) e Norte da África e Oeste Asiático (59%) nasceram fora da região de residência.

O relatório aponta também que os deslocamentos forçados através de fronteiras internacionais continuam a crescer. Entre 2010 e 2017, o número global de pessoas refugiadas e em busca de asilo cresceu cerca de 13 milhões, correspondendo a quase um quarto do aumento do número de todos os migrantes internacionais. Norte da África e Oeste da Ásia receberam cerca de 46% do total de pessoas em situação de refúgio ou em busca de asilo, seguido por África Subsaariana (21%).

O DESA/ONU (2019), divulgou que na questão de composição de gênero, as mulheres somam pouco menos da metade de todos os migrantes internacionais

⁵ Relatório publicado pelo Inventário de Migração Internacional 2019, conjunto de dados divulgados pela Divisão de População do Departamento de Economia e Assuntos Sociais (DESA) da Organização das Nações Unidas (ONU). Dados disponíveis no site institucional da ONU (www.nacoesunidas.org).

em 2019. A participação de mulheres e meninas no número global de migrantes internacionais caiu ligeiramente – de 49% em 2000 para 48% em 2019. A participação das mulheres é maior na América do Norte (52%), e Europa (51%) e menor na África Subsaariana (47%), Norte da África e Oeste da Ásia (36%). Estes dados, entretanto, contribuem para aprofundar, o tema da feminização das migrações.

O relatório do DESA/ONU (2019), informa também que, em termos de idade, um em cada sete migrantes internacionais tem menos de 20 anos. Em 2019, os dados mostraram que 38 milhões de migrantes internacionais – 14% do total – tinha menos de 20 anos. A África subsaariana tem a maior proporção de jovens migrantes internacionais (27%), seguida por América Latina e Caribe, Norte da África e Oeste da Ásia (cerca de 22% cada).

De acordo com o relatório do DESA/ONU (2019), três em cada quatro migrantes internacionais estão em idade produtiva (20 a 64 anos). Em 2019, 202 milhões de migrantes internacionais – 74% do total – tinham esta faixa etária. Mais de três quartos deles estão na Ásia, Europa e América do Norte.

O relatório do DESA/ONU (2019), enfatiza a importância de facilitar a migração ordenada e segura que contribui para alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável fixado pela ONU. Entretanto, o que se constata em nível mundial é o aumento de decretos oficiais, por parte dos governos dos países ricos, que limitam as migrações e criminalizam os migrantes.

Somam-se às cifras migratórias uma multidão de refugiados. De acordo com dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) publicados 26/06/2019, cerca de 70 milhões de pessoas em todo o mundo foram forçadas a deixar seus lares, abandonando as cidades e até mesmo os países em que viviam para fugir de guerras, perseguições e outras formas de violência, em 2018, o que representa uma média 37 mil pessoas deslocadas por dia, fugindo da violência e da intolerância⁶. O Relatório Tendências Globais (Global Trends) do ACNUR/2019, aponta que a maioria dos refugiados vive em áreas urbanas (58%), e que 53% dos refugiados são crianças, incluindo muitas que estão desacompanhadas ou separadas de suas famílias.

No Brasil, o Relatório Tendências Globais (Global Trends) do ACNUR/2019, baseado nos dados do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), conclui que os números de solicitações de refúgio no país, atingiu 58,8 mil pedidos, a grande maioria de venezuelanos que continuam liderando o ranking de solicitações com mais de 39 mil pedidos. De acordo com o relatório do Comitê Nacional para os Refugiados

⁶ Relatório Tendências Globais ou Global Trends, lançado anualmente, geralmente no final do primeiro semestre de cada ano. Publicado no site oficial da instituição no Brasil: www.acnur.org.

(Conare), aproximadamente 700 venezuelanos entram no Brasil diariamente e solicitam refúgio ou residência. Nos últimos sete anos, o Brasil recebeu 126 mil pedidos de refúgio. Até o final de 2017, apenas 8% (10.145 mil) das solicitações foram atendidas.

Somadas, as duas cifras de migrantes e refugiados atingem um quantitativo maior do que o ocorrido durante a II Guerra Mundial. De acordo com os dados oficiais, conclui-se que para cada grupo de 113 pessoas no planeta, 01 é solicitante de refúgio e 04 são migrantes internacionais ou deslocados internos. Isso significa que 12% da população mundial encontra-se sob alguma forma de deslocamento interno, inter-regional ou internacional.

Os dados apresentados no relatório do DESA/ONU (2019), apontam que cerca de 13% do total de migrantes mundiais são latino-americanos. A partir da segunda metade de 2010, a Amazônia passou a figurar entre as regiões com maior mobilidade interna e internacional na América Latina. As novas rotas migratórias que circulam no sul da América Latina passando pela Amazônia representam novos deslocamentos oriundos especialmente do Caribe e dos países vizinhos. Representa também a abertura de novas rotas migratórias.

Além dos venezuelanos, outros migrantes passam a percorrer a nova rota denominada pelos estudos migratórios recentes de “migrações sul-sul” (BAENINGER et al, 2018). Informes do Departamento de Migrações da Superintendência da Polícia Federal de Roraima⁷, de janeiro a novembro de 2019, foram registradas 13.511 entradas de migrantes haitianos⁸ pela fronteira da Guiana, em Bonfim, fronteira nordeste de Roraima. Ainda de acordo com os mesmos informes da PF de Roraima, em 2018 foram registrados 993 ingressos de haitianos e 31 mil cubanos pela mesma fronteira.

Estes dados apontam para a permanência das migrações na Pan-Amazônia de forma irreversível, com importante incremento nas últimas décadas. Conclui-se que as instituições que atuam junto aos migrantes têm nessa região desafios estratégicos de atuação por se tratar de uma dinâmica migratória heterogênea que exige uma atuação multidisciplinar.

⁷ Relatórios disponíveis em: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/lei-de-migracao/publicacoes/roraima>. Acesso em 22/12/2019.

⁸ Segundo os dados da Polícia Federal este número é 1.260% maior do que o registrado em todo o ano passado, quando foram 993. A maioria pede refúgio, mas não fica na região.

2 RESTRIÇÕES MIGRATÓRIAS E CRIMINALIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES

As pesquisas de campo revelaram enormes dificuldades enfrentadas pelos migrantes na sociedade de destino no que se refere à alimentação, moradia, inserção no mercado de trabalho, educação, idioma e barreiras culturais. Essas mesmas dificuldades são compartilhadas por migrantes no mundo inteiro que a cada dia enfrentam novas restrições migratórias por parte dos países mais ricos e historicamente mais impactados pelas migrações. São países que cresceram economicamente graças às migrações e agora erguem muros para impedir seu ingresso (BAUMAN, 2017).

Em nível mundial as migrações denunciam o crescimento das desigualdades sociais na modernidade, caracterizada, segundo Bauman (2017, p. 57) pela “liquidez, fluidez, volatilidade, incerteza e insegurança, guiada pela lógica do agora, do consumo, do gozo e da artificialidade”. Para este autor, as migrações e os refugiados representam um sintoma das desigualdades sociais, das injustiças econômicas, dos processos de exclusão, das guerras, das crises políticas e da escandalosa concentração da economia mundial nas mãos de uns poucos grupos econômicos. Bauman (2004, p. 32) afirma que o sistema capitalista vem canalizando “forças que causam o deslocamento e transformam seres humanos em refugiados” que em outras palavras representam “um lixo humano de difícil reciclagem”.

Bauman (2004, p. 75-76) afirma que enquanto de um lado crescem as economias mundiais, avançam as tecnologias que encurtam o tempo e as distâncias, de outro lado “cada vez mais, os refugiados se veem sob fogo cruzado, mais exatamente, numa encruzilhada, expulsos à força ou afugentados de seus países nativos, mas sua entrada é recusada em todos os outros”. Cada vez mais a sociedade moderna vem produzindo cidadãos sem pátria, que “perdem seu lugar na terra, catapultados para lugar algum, para um flutuante “lugar sem lugar”, existente por si mesmo, fechado em si mesmo e ao mesmo tempo abandonado na infinidade do mar”.

Na atual conjuntura de intensa mobilidade humana, Bauman (2017; 2004) nos ajuda a refletir sobre as causas dos deslocamentos uma vez que os migrantes e os refugiados representam apenas a parte visível do iceberg que esconde uma infinidade de problemas e contradições da moderna sociedade capitalista que não tem lugar para pobres sem poder de consumo. Ao mesmo tempo que a sociedade vem produzindo milhares de migrantes e refugiados, simultaneamente vem erguendo muros para barrar a sua entrada e limitar ou impedir a sua circulação ao redor do mundo.

Bauman (2017, p. 8) chama a atenção para “o pavor provocado pelas migrações e o processo de desumanização dos migrantes e refugiados” nas sociedades de

destino. Diante do crescente conservadorismo nas políticas mundiais, o autor demonstra em sua obra “como políticos têm explorado os temores e ansiedades que se generalizaram em todo o planeta em relação aos migrantes e refugiados”. Os políticos conservadores mencionados por Bauman (2017, p. 9), “têm ao seu lado a mídia que se encarrega de disseminar por toda parte “o pânico moral” que representa um “medo de que algo terrível esteja ameaçando o bem-estar da sociedade na pessoa dos migrantes e refugiados”, que na sua maioria é composta por mulheres e crianças.

Para Bauman (2017, p. 9), a disseminação indiscriminada do “pânico moral” vem fazendo com que a sociedade tenha dificuldade de entender que “muito mais do que uma crise migratória, vivemos uma crise humanitária, uma crise ética, política e moral” intermediada pela inversão de valores de uma economia mundial que coloca a vida de milhares de pessoas em situação de “vulnerabilidade e desumanidade”. Basta analisar algumas chamadas de matérias jornalísticas para confirmar a tese de Bauman de que parte da mídia sensacionalista vem atuando de forma irresponsável para a disseminação do “pânico moral” em relação aos migrantes e refugiados, contribuindo assim, para a criminalização dessas pessoas que já sofreram o bastante nos mais terríveis processos de deslocamentos. Trata-se de uma xenofobia dissimulada que vai atingindo, aos poucos, parte da sociedade que se deixa conduzir por manchetes e chamadas jornalísticas do tipo: “invasão de migrantes”, “fragilidade das fronteiras”, “migrantes tomam trabalho dos locais”, “eles trazem doenças” e muitas outras frases de efeito que justificam discursos políticos para o fechamento das fronteiras, construção de muros, rigidez nas legislações migratórias e, acima de tudo a omissão de políticas públicas para migrantes e refugiados.

Bauman (2017, p. 87) nos recorda que as migrações representam uma oportunidade ímpar para a sociedade de acolhida ampliar seus conhecimentos, ter acesso a outras culturas e convivências, aprender novas línguas e outras formas de lidar com os problemas. Nos convida a rejeitarmos as traiçoeiras tentações da separação, do estranhamento, da rejeição ao novo e a “reconhecermos nossa crescente interdependência como espécie humana e encontrarmos novas formas de convivência em solidariedade e cooperação com aqueles e aquelas que podem ter opiniões ou preferências diferentes das nossas”. Por fim, Bauman nos alerta que na atual conjuntura de mobilidade humana, “em vez de muros, precisamos construir pontes”.

Nas pesquisas de campo, a denúncia dos sofrimentos causados pela hostilidade dos locais foi muito recorrente. Entretanto, não faltaram relatos de migrantes que reconhecem atitudes de acolhimento e ajuda solidária em Boa Vista. De modo

geral, a pesquisa indica que os migrantes mais atacados por atitudes de hostilidade e homofobia são os venezuelanos indígenas, de modo especial, o povo Warao, deslocado de forma compulsória do Delta Orinoco.

3 POVOS INDÍGENAS DESLOCADOS NOS TRAJETOS MIGRATÓRIOS

Nas pesquisas de campo com lideranças do Povo Warao, de modo especial no acampamento *ka'ubanoco*⁹ localizado na periferia de Boa Vista numa antiga instalação pública, a negação à condição de migrantes é uma constante. Eles não se consideram migrantes. Reconhecem que estão em situação de deslocamento compulsório. Mas, se vêm no direito de livre circulação territorial. Também compreendem o território de forma múltipla e extensa. É como se Roraima fosse a continuidade do território ancestral do Delta Amacuro.

A insistência em se manter na fronteira também tem um elemento cultural muito significativo. Mesmo tendo consciência dos elementos de expulsão, os warao querem alimentar a esperança de retornar ao seu território. Por isso resistem tanto ao afastamento da fronteira. O elemento fronteira também é outro elemento complexo. Na concepção cultural a fronteira não separa os povos. Existe outro entendimento da demarcação geopolítica entre os países.

O deslocamento indígena é um novo elemento a ser considerado nas dinâmicas migratórias na Amazônia. Até pouco tempo, os deslocamentos indígenas na Amazônia, marcadamente compulsórios, se reduziam às circulações inter-regionais (OLIVEIRA, 2016). É nova essa circulação transnacional na região. Seu estudo exige novas abordagens também no campo teórico em estreito diálogo com a antropologia e a sociologia.

Boa parte da pesquisa de campo foi realizada com os moradores do acampamento *ka'ubanoco*. A etnografia do espaço e das relações sociais dão conta de mais de 660 pessoas morando no mesmo local. Alguns não-indígenas, cerca de 70 pessoas, também compartilham do mesmo espaço. A ocupação iniciou-se no início de 2019 por iniciativa de um grupo que estava num dos abrigos coordenados por instituições ligadas à Operação Acolhida¹⁰. Mesmo sendo um abrigo específico para indígenas, não havia a preocupação de lidar com as questões culturais com os critérios que elas

⁹ Segundo as lideranças a palavra *kaubanoko* significa ato de hospedar ou acolher, lugar de dormir ou descansar.

¹⁰ A Operação Acolhida é coordenada pelo governo Federal através de um alto comando do Exército que subcontrata instituições que coordenam os abrigos em Pacaraima, Boa Vista e, mais recentemente em Manaus e Belém.

exigem. Este foi um dos motivos que levou o grupo a tomar a iniciativa da ocupação. De acordo com as observações de campo, mesmo em meio à extrema precariedade e exclusão, eles conseguem manter a autogestão e a interculturalidade do seu jeito e de acordo com suas concepções culturais ancestrais. Os valores da ancestralidade são mantidos, mesmo estando a mais de 3,5 mil quilômetros de distância de seu território original.

Uma questão central no acampamento *ka'ubanoco* é garantir a sobrevivência organizada a partir da autogestão que lhes fora determinadamente negada nos abrigos institucionais. A busca cotidiana por alimento constitui-se tema central do acampamento. Entretanto, não abrem mão de pensar coletivamente elementos essenciais que garantam a sua dimensão cultural como a questão do direito à escola intercultural, tema amplamente debatido nas reuniões do grupo.

De acordo com informações das lideranças do grupo, ao todo os warao deslocados do Delta Amacuro passam de 1.500 famílias e já se espalharam por toda América Latina. Na Amazônia estima-se perto de 1000 pessoas, a grande maioria em Boa Vista e Pacaraima. A circulação transfronteiriça é uma constante entre os warao. Permanentemente eles retornam ao Orinoco para levar comida e medicação para os parentes que permanecem nas suas comunidades de origem.

Uma questão central no acampamento *ka'ubanoco* é garantir a sobrevivência organizada a partir da autogestão que lhes fora determinadamente negada nos abrigos institucionais. A busca cotidiana por alimento constitui-se tema central do acampamento. Entretanto, não abrem mão de pensar coletivamente elementos essenciais que garantam a sua dimensão cultural como a questão do direito à escola intercultural, tema amplamente debatido nas reuniões do grupo.

De acordo com informações das lideranças do grupo, ao todo os warao deslocados do Delta Amacuro passam de 1.500 famílias e já se espalharam por toda América Latina. Na Amazônia estima-se perto de 1000 pessoas, a grande maioria em Boa Vista e Pacaraima. A circulação transfronteiriça é uma constante entre os warao. Permanentemente eles retornam ao Orinoco para levar comida e medicação para os parentes que permanecem nas suas comunidades de origem.

As lideranças do *ka'ubanoco* informam que nos últimos meses começaram a chegar em Boa Vista indígenas das etnias Yñepá, Kariña, Piaroa, e Pemon, todos de grupos indígenas de territórios próximos à fronteira ou do oeste do Suapure, no Estado Bolívar. Alguns estão se integrando à ocupação ou iniciando novas ocupações nas periferias da área urbana de Boa Vista.

4 TRÁFICO HUMANO E CONTRABANDO DE MIGRANTES

Limitados pelas fronteiras políticas, os migrantes tornam-se alvo de ‘agências’ ou grupos nacionais e internacionais especializados na exploração dos migrantes. Ao longo de praticamente todas rotas migratórias, surgiram também na Amazônia, as redes de contrabando de migrantes e do tráfico internacional de pessoas, especialmente de mulheres para fins de exploração sexual comercial. Nos percursos transfronteiriços e nos destinos migratórios surgiram também grupos especializados na exploração do trabalho dos migrantes, em muitos casos configurando-se claramente a submissão ao trabalho escravo. Desta maneira, as migrações na Amazônia abriram novos debates em torno desta temática que não é nova na região.

O primeiro grande debate é justamente com relação ao papel da Amazônia na conjuntura internacional. Trata-se de uma região transnacional que abrange nove países que têm por referência a maior reserva de floresta tropical do mundo. Além do Brasil, Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, a República Cooperativa da *Guiana*, o Suriname e a Guiana Francesa formam a Pan-Amazônia. Por suas dimensões transcontinentais e por sua condição transfronteiriça, a Amazônia representa uma região em si, cobiçada por seus recursos naturais, buscada como refúgio ou com região de passagem e interligação para outras regiões, que lhe conferem uma dinâmica migratória muito específica.

O segundo debate surgido a partir das migrações na Amazônia refere-se à ausência de políticas migratórias capazes de abranger as regiões estratégicas no Brasil. A falta de políticas de atendimento e integração dos migrantes à sociedade de acolhida, representa uma violação aos direitos humanos. Nessa perspectiva, a ausência de políticas migratórias, de maneira especial por parte dos estados nacionais, e dos governos locais, abre precedentes para atuação dos grupos especializados na exploração da condição dos migrantes e para o tráfico de pessoas. Considerado uma das mais perversas formas de violação aos direitos humanos, as rotas do tráfico de pessoas têm aumentado na Amazônia afetando tanto os migrantes que chegam na região quanto aqueles que se vão. Na sua grande maioria são mulheres em situação de migração irregular.

As migrações têm mobilizado a sociedade civil. Nos últimos anos, surgiram diversas instituições e organizações não-governamentais, dedicadas ao atendimento aos migrantes em toda a Amazônia com especial destaque para o Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM, a Cáritas da diocese de Roraima, o Serviço Jesuíta a Migrantes e refugiados – SJMR e a Fundação Fé e Alegria, que desenvolvem diversas atividades

que vão desde a acolhida emergencial até a orientação para o emprego, aulas de língua portuguesa, momentos festivos, atividades educativas para as crianças, oficinas pedagógicas, dentre muitas outras iniciativas.

O terceiro debate refere-se tema do racismo, discriminação e xenofobia elucidados com uma presença mais expressiva dos migrantes nas ruas das cidades. Enquanto por um lado foram sendo observados gestos de acolhida, de partilha e de fraternidade com relação aos migrantes, simultaneamente cresceram as atitudes anti-migratórias alimentadas por discursos oficiais, de maneira especial de grandes figuras políticas em níveis locais e internacionais.

O quarto debate em torno das migrações na Amazônia refere-se aos deslocamentos internos que continuam muito intensos em toda região. A circulação permanente de migrantes denuncia problemas sistêmicos comuns a toda Pan-Amazônia. Os deslocados internos são constituídos eminentemente por indígenas, camponeses, ribeirinhos e quilombolas. Em sua grande maioria são deslocados por causa dos conflitos socioambientais gerados nas disputas territoriais e na invasão das terras indígenas e tradicionais por grandes empresas madeireiras, mineradoras e hidroelétricas. As mudanças climáticas e os crimes ambientais também são responsáveis por intensos fluxos migratórios internos na região. Um exemplo desse tipo de deslocamento na atualidade é o caso do povo Warao da região do Delta Amacuro, no Rio Orinoco no sudeste da Venezuela. Há décadas as grandes empresas de mineração invadiram o Território Warao e iniciaram a extração de ferro e outros minérios resultando na contaminação de todos os afluentes do Orinoco, gerando fome e desespero aos povos indígenas que iniciaram uma intensa diáspora em direção da Gran Sabana e ao Brasil. Fixaram-se nas fronteiras e, dali se espalharam por toda Amazônia. Deslocamentos desse tipo, com características de refúgio ambiental são recorrentes em toda Pan-Amazônia e evidenciam ainda mais a questão da ausência de políticas migratórias uma vez que são forçados à migração, mas, não lhes é garantido o direito de não migrar.

5 PERFIL MIGRATÓRIO DOS VENEZUELANOS EM BOA VISTA

As pesquisas de campo, orientadas pela Metodologia do Perfil Migratório, contaram com diversos métodos e técnicas de pesquisas. A Metodologia do Perfil Migratório (OIM, 2009) representa uma ferramenta metodológica fundamentada no método dialético que se propõe estudar o fenômeno a partir das múltiplas

relações que o determinam e da apreensão do objeto de estudo na sua totalidade (ASSUMPCÃO, 2011, p. 4). A tabulação dos métodos combinados resultou em diversos dados que passam a ser apresentados e analisados de acordo com as bases teóricas dos estudos migratórios (OLIVEIRA, 2016).

A quantidade de pessoas que participou da pesquisa de campo oscila de acordo com os métodos. A observação participante em eventos, oficinas, reuniões e atividades pedagógicas abrangeu quantidades distintas de pessoas em cada atividade, oscilando entre 12 e 120 participantes em cada evento. Somadas todas as atividades, é possível que a pesquisa tenha atingido direta e indiretamente uma média de 600 pessoas.

A aplicação de questionários com dados quantitativos e as entrevistas centraram-se numa amostra de 357 pessoas, superando a proposta inicial que era de 100 pessoas. O levantamento de amostragem priorizou as lideranças e moradores do acampamento *ka'ubanoco*. A opção por esta localidade cumpre a demanda da equipe de trabalho da Fundação Fé e Alegria que atua nesta ocupação e propôs aprofundar a realidade migratória deste local. A análise dos dados apresenta os seguintes resultados divididos em dois contextos: 1) Perfil Migratório e demandas do acampamento *ka'ubanoco*; 2) Perfil Migratório de Boa Vista em dados gerais. Os resultados apontam as seguintes características que contribuem para a elaboração do perfil migratório, primeiramente do acampamento *ka'ubanoco*:

5.1 TRAJETÓRIA MIGRATÓRIA DO POVO WARAO DO ACAMPAMENTO KA'UBANOCO

Ao todo, 14 lideranças indígenas participaram das entrevistas e estudos de caso realizados na pesquisa de campo no acampamento *ka'ubanoco*. Optou-se pela transcrição de suas falas sem identificação nominal dos participantes da pesquisa para não colocar em risco suas identidades e seu papel político na auto-organização do acampamento.

De acordo com as informações levantadas, o povo warao vem sofrendo processos de deslocamentos em seu território no delta Amacuro há mais de três décadas. Informam que “paulatinamente as mineradoras vêm contaminando os afluentes do Orinoco, provocando grandes erosões e sobrepondo suas instalações nas comunidades obrigando o povo a se deslocar” (Pesquisa de Campo n.º. 07 - setembro de 2019).

Trata-se de um povo com dieta baseada principalmente na caça, pesca e coleta de frutos silvestres. Com a invasão das mineradoras no território, os recursos florestais

começam a ficar escassos. Existe ainda um elemento cultural na relação com a coleta. Não se trata apenas de extrativismo coletivo. “A coleta é um trabalho das mulheres e as crianças as acompanham num processo de aprendizagem que envolve costumes e práticas culturais. Da coleta depende a alimentação da família, do grupo” (Pesquisa de Campo n.º. 03 - setembro de 2019). A invasão do território interfere nas práticas culturais e desloca os grupos para outras frentes de coleta “como por exemplo a coleta nos sinais (semáforos) das cidades”. De acordo com esta mesma fonte, “há gerações inteiras de *warao* que nasceu nas “andanças” e nunca esteve no território”. De acordo com as informações, os *warao* que vivem no acampamento *ka’ubanoco* já enfrentaram

Diversos deslocamentos, viveram em outros acampamentos nos arredores do Delta Amacuro, San Felix, Ciudad Bolívar... mesmo os que estão em Boa vista já viveram em acampamentos em Pacaraima. As necessidades forçam os grupos a sair em busca de alimento. Não contamos com amparo político na Venezuela desde Chaves. Por isso começamos sair em busca de sobrevivência (Pesquisa de Campo n.º. 03 - setembro de 2019).

São processos de deslocamentos eminentemente compulsórios desde a sua origem, marcados pela violação dos direitos territoriais tradicionais garantidos pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, aprovada em 1989.

A cada processo migratório o grupo vai se fragmentando, submetendo-se a situações análogas ao trabalho escravo, espalhando-se por diversos lugares da Amazônia e outras regiões do Brasil e para outros países da América Latina. “Acredita que uns 70% do nosso povo foi embora das comunidades que estão desaparecendo no Delta Amacuro” (Pesquisa de Campo n.º. 03 - setembro de 2019).

O deslocamento dos povos indígenas representa um desafio importante tanto para os estudos migratórios quanto para as políticas migratórias ainda quase inexistentes. Tais deslocamentos poderiam ser categorizados como migrações internas e transfronteiriças e estudadas como tal. Entretanto, trata-se de uma dinâmica migratória relativamente nova e complexa que não se encaixa nos métodos fixos dos estudos migratórios convencionais. Exige abordagens distintas e multidisciplinares. Da mesma forma, o acolhimento e atendimento a esta categoria de deslocamento não pode seguir os métodos tradicionais aplicados a qualquer outro grupo migratório. Trata-se de um contexto diferenciado que precisa ser tratado como tal. Não somente o povo *warao*, mas, também outras etnias que estão passando por processos de deslocamento parecidos.

5.2 CARACTERÍSTICAS SOCIOCULTURAIS DO POVO WARAO DO ACAMPAMENTO KA'UBANOCO

Uma das dimensões essenciais na formulação do perfil sociocultural do povo *warao* do acampamento *ka'ubanoco* é o perfil da liderança cultivado de forma cuidadosa por essa etnia. Uma das condições para assumir a liderança é a preocupação com a coletividade. Toda e qualquer liderança vai identificando sua função no interior do grupo e suas funções extrapolam as relações familiares, apesar de prevalecerem as relações de parentesco (PANTOJA, 2008)¹¹.

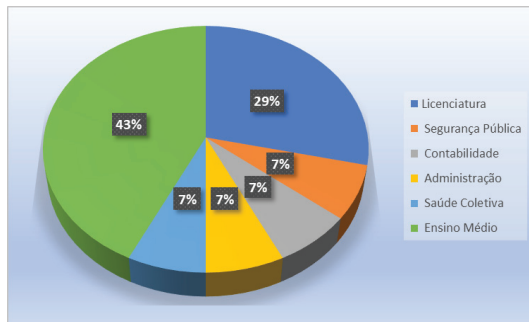
As 14 pessoas que participaram diretamente da pesquisa de campo exercem papéis importantes na auto-organização e autogestão do acampamento. Também foi delas a iniciativa de sair do abrigo institucional e iniciar uma nova experiência de organização social fora do controle institucional que não considera os aspectos culturais nas práticas de acolhimento. “O abrigo institucional não nos permitia viver como nossas orientações ancestrais nos guiam. Não nos permitiam preparar nossos remédios com as plantas que curam, não nos permitiam realizar nossas manifestações culturais nem participar da gestão do abrigo” (Pesquisa de Campo n.º 03 - setembro de 2019). E completa: “é um lugar onde nos sentimos oprimidos”.

As lideranças assumem responsabilidades no acampamento de acordo com suas aptidões ou experiências. Conforme a figura 01, das 14 lideranças em questão, 8 possui ensino superior. Destes, 4 cursaram licenciatura intercultural na Universidade Indígena da Venezuela (UIV) e atuaram na área da educação intercultural; as outras 04 cursaram graduação (bacharelado) em segurança pública, contabilidade; administração e saúde coletiva. Todas em universidades públicas da Venezuela.

Os debates com as lideranças e a observação participante apontam que a auto-organização e autogestão do acampamento fazem parte da identidade étnico-cultural do grupo. Todas as lideranças de acordo com suas responsabilidades foram escolhidas e definidas pelo grupo em assembleias coletivas. Nas conversas informais se afirma haver documentos como atas e arquivo com fotos das assembleias coletivas. Entretanto, esta pesquisa não teve acesso a nenhum documento escrito do grupo, apenas as informações orais.

A observação participante conclui que a oralidade é a metodologia por excelência do povo *warao*. Entretanto, não desqualificam o valor ensino formal no formato ocidental da escrita. Muito pelo contrário, o exaltam sempre que possível.

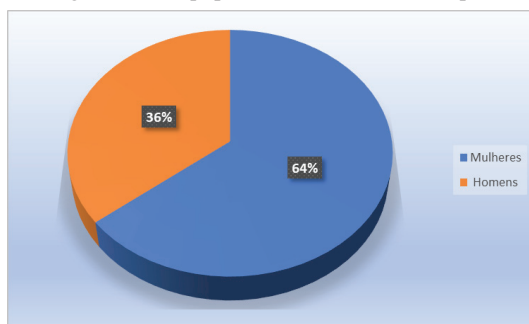
¹¹ A antropologia reconhece o entendimento de parentesco no contexto étnico para além de laços familiares. O pertencimento a uma mesma etnia define relações de parentesco conforme assinala Pantoja (2008).

Figura 01: Escolarização/Formação das Lideranças do Acampamento Ka'ubanoko

Fonte: Pesquisa de Campo 2019.
Dados organizados pela equipe pesquisa GEIFRON.

A responsabilidade coletiva é um exercício constante na ocupação que comprova que os deslocamentos não retiram do grupo a sua identidade e sua capacidade auto organizativa. A seu modo o grupo vai criando regras de convivência, horários, uso coletivo do espaço, distribuição de tarefas relacionadas ao espaço habitado, manifestações culturais e religiosas, dentre outras.

A participação das mulheres é digna de destaque na equipe. Conforme a figura 02, elas são maioria e exercem com grande protagonismo as suas funções e responsabilidades. São elas que convocam o povo para as reuniões, organizam a participação, visitam acompanham a saúde das famílias e, de modo especial das crianças. Elas coordenam as reuniões, atividades coletivas e eventos que envolvem convidados externos como as oficinas pedagógicas, as celebrações religiosas e as festas culturais do acampamento.

Figura 02: Perfil de gênero da Equipe de Liderança do Acampamento Ka'ubanoko.

Fonte: Pesquisa de Campo 2019.
Dados organizados pela equipe pesquisa GEIFRON.

As observações participantes dão a entender que não ocorre divisões de trabalhos e responsabilidades baseadas nas definições de gênero. O que parece pesar mais na divisão das tarefas é a formação de cada pessoa e a manifestação de sua responsabilidade na relação com o grupo.

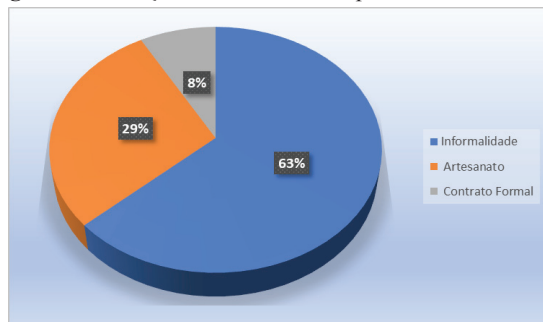
5.3 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ACAMPAMENTO KA'UBANOKO

As etnografias realizadas em diversos momentos de visita e presença junto ao grupo em seu espaço de convivência fornecem informações importantes sobre as condições de moradia, alimentação, saúde, educação, emprego e lazer do grupo, dentre outras características observadas.

Hoje o abrigo tem um número substancial de indivíduos vivendo no local. São mais de 600 pessoas, que vivem de forma improvisada e em condições precárias, aos olhos externos. O *Ka'ubanoko*, é formado por uma diversidade de grupos étnicos os indígenas de quatro etnias, *pemón*, *Kariña*, *yñepa* e *warao*, sendo estes últimos a grande maioria. Também há um grupo de não-indígenas, cerca de 70 pessoas, denominados de *criollos* pelos indígenas. O espaço do acampamento é cercado por muro alto. No seu interior as famílias organizaram áreas delimitadas, numa espécie de limite imaginário. Cada grupo familiar ou étnico tem suas especificidades tanto no modo de viver como também no modo de se expressar e vivenciar a rotina cotidiana, a organização social. Há elementos visíveis na organização local. Outros elementos não são perceptíveis aos olhos externos, entretanto, se manifestam nos códigos culturais e morais estabelecidos pelos grupos. Cada subgrupo mantém os seus costumes e particularidades culturais. Logo cedo muitas mulheres partem em busca de trabalho e alimento. Muitas delas, acompanhadas pelas crianças permanecem a manhã inteira nos semáforos da cidade com uma caixinha pedindo ajuda. Reproduzem neste espaço a prática cultural da coleta, realizada especificamente pelas mulheres. No espaço é possível observar que falta comida e insumos básicos para a subsistência dos abrigados. Muitas famílias dividem pequenas barracas de acampamento para se protegerem das chuvas. Por toda parte há pessoas que confeccionam e vendem artesanatos, sem local próprio para a demonstração das peças, que são ofertadas em sacos, baldes ou penduradas nos braços dos negociadores, as *artesanías Warao*, são peças de forte expressão cultural e valor étnico. Segundo uma líder do abrigo já se tentou expor as peças de forma organizada em barracas, mas, não deu muito certo, houve poucos interessados. Hoje cada um vende à sua maneira. Parte da comunidade, homens, mulheres, jovens e crianças estão participando de um torneio de futebol. Fazem muita festa. Com uma senhora aprendemos algumas palavras na língua *warao*. A palavra "kura" que significa estrela. "As crianças são "kura", são nossas estrelas", explica (Iolanda Lopes da Silva – Etnografia de observação participante em 08/09/2019).

De acordo com a figura 03 que sistematiza a situação laboral do acampamento, poucas pessoas conseguiram inserção no mercado de trabalho com contratação.

Figura 03: Situação Laboral do Acampamento Ka'ubanoko.



Fonte: Pesquisa de Campo 2019.

Dados organizados pela equipe pesquisa GEIFRON.

Das 357 pessoas entrevistadas, 29 informaram estar trabalhando com contrato de trabalho, todas no setor de prestação de serviços (supermercados, mecânicas de automóveis, jardinagem e outros setores). As demais trabalham com a confecção e a venda artesanato ou se oferecem para diárias avulsas nas ruas da cidade.

Dada a dificuldade de revalidação dos diplomas, as pessoas que possuem ensino superior não conseguiram trabalho nas suas áreas de formação. Aquela que é graduada em saúde pública, por exemplo, está trabalhando como assistente em uma clínica dermatológica com contrato temporário.

5.4 A SITUAÇÃO DAS CRIANÇAS DO ACAMPAMENTO KA'UBANOKO

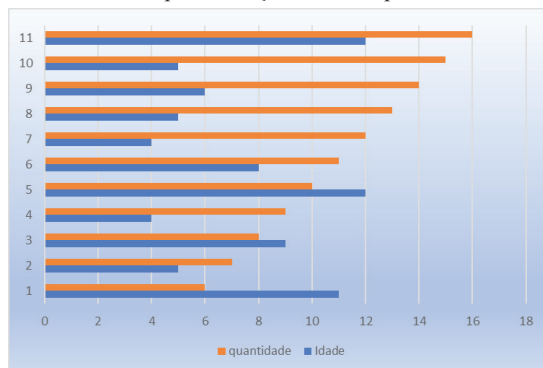
De acordo com os dados quantitativos levantados em campo, 303 pessoas do Acampamento Ka'ubanoko têm idade entre 0 e 16 anos. Isso representa 46% do total de moradores contados na pesquisa de campo. Boa parte dessas crianças não frequenta a escola formal. Em partes, a evasão escolar deve-se aos processos contínuos de deslocamentos e à dificuldade de fixar moradia próximo das escolas que poderiam atender estas crianças. Entretanto, as entrevistas revelam outras situações que precisam ser consideradas numa análise mais aprofundada do tema.

De acordo com a figura 04, muitas estão fora da idade escolar para as séries a elas correspondentes. Isso dificulta o ingresso na escola formal. As anotações de

uma observação participante aponta as maiores preocupações da comunidade com relação à educação das crianças:

No dia 05/ 07/ 19, as lideranças e uma parte importante dos moradores do Acampamento Ka'ubanoko participaram de uma reunião com alguns representantes de instituições da sociedade civil que buscam dar apoio aos migrantes em Boa Vista. Dentre elas a Fundação Fé e Alegria, o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados, a Cáritas e a Geifron/ UFRR. Nesse encontro os participantes apresentaram diversas demandas sociais com destaque para necessidade de realização de oficinas socioeducativas que orientem sobre a legislação brasileira referente aos direitos indígenas, migrantes, individuais. Demandaram a realização de minicursos ou oficinas pedagógicas com estudos antropológicos para que possam estudar e conhecer melhor os direitos culturais dos povos indígenas no Brasil que podem ser aplicados aos índios venezuelanos. Da mesma forma, solicitam oficinas de conhecimento geográfico para poderem conhecer mais a cidade e a localização das instituições que atendem os migrantes. A limitação do idioma representa uma enorme dificuldade de comunicação e um limitador da locomoção na cidade, além das enormes distâncias. Mas, a grande demanda da reunião foi a questão da educação para as crianças. Os pais explicam quem falam línguas diferentes e que as crianças em casa falam warao. O fato de não saber português tem afastado muitas crianças da escola. Elas não conseguem aprender em português. Os pais concluem que a maioria das escolas formais não estão preparadas para receber estas crianças. Por outro lado, “não há vagas suficientes nas escolas das proximidades do acampamento para todas as crianças”, denuncia uma das mães. Outra mãe informa que “conseguiu uma vaga numa escola que fica do outro lado da cidade e que caminha mais de duas horas para levar e buscar a criança todos os dias”. Outras denunciam que “não há professores capacitados para atender essas crianças considerando suas diferenças culturais, a língua e a idade escolar”. Ao final da reunião o pedido por uma escola multiétnica e intercultural foi unânime. As instituições se comprometeram em buscar soluções (Joel Valério – Fragmentos do Relatório de Observação Participante realizada em 05/ 07/ 19).

Nas entrevistas muitos pais apresentam a preocupação com o atraso escolar dos filhos e propõe uma escola diferenciada, ainda que em sistema multisseriado, para atender as crianças. “o que queremos é uma escola aqui mesmo no acampamento, com nossos professores. Nós temos professores capazes de ensinar do nosso jeito” (Pesquisa de Campo n.º. 16 - setembro de 2019).

Figura 04: demanda por educação no Acampamento Ka'ubanoko.

Fonte: Pesquisa de Campo 2019.

Dados organizados pela equipe pesquisa GEIFRON.

A demanda por uma escola intercultural é legítima e é um direito garantido em lei. O Brasil tem uma vasta legislação que garante aos povos indígenas o acesso à Educação Escolar Indígena Específica, Diferenciada, Intercultural, Bilíngue e Multilíngue, sendo a mais importante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº. 9.394/1996, que regulamenta a oferta da educação escolar indígena. Após a LDB nº. 9.394/1996, muitas foram as Resoluções e os Pareceres que tem procurado dialogar com a Educação Escolar Indígena brasileira, isto se for possível falar em uma única Educação Escolar Indígena no Brasil, tendo em vista a quantidade de etnias e línguas faladas. A Educação Escolar Indígena brasileira tem sido gestada numa ideia de territórios étnico-educacionais, a partir do Decreto nº. 6.861/2009, mas não consegue avançar na demarcação dos territórios indígenas onde as práticas educativas e escolares acontecem. A proposta desencadeou uma série de críticas dos povos indígenas, que alegaram não ter sido consultados na construção desta proposta, estando às vezes organizados em territórios que conflitam historicamente entre etnias ou não há identificação. Em 17 fevereiro de 2016, a Comissão de Direitos Humanos – CDH e Legislação Participativa aprovou o projeto PLS nº. 737/2015, que institui os Territórios étnico-educacionais como forma facultativa de organização da Educação Escolar Indígena.

Conforme o levantamento realizado no acampamento Ka'ubanoko, pelos educadores/as indígenas, em novembro de 2019 existiam 81 crianças em idade escolar fora da sala de aula. Os dados apresentados na figura 04 indicam que não haveria quantidade suficiente de crianças para formação de turmas específicas por séries de

acordo com a idade escolar. Entretanto, as lideranças apontam para a educação em salas multisseriadas¹² como uma alternativa. Por outro lado, este levantamento foi realizado apenas no referido acampamento. Há que se considerar a existência de muitas outras crianças indígenas com a mesma demanda nos abrigos oficiais ou em outras ocupações espontâneas.

A legítima demanda por educação intercultural se justifica também pelo mapa do “fracasso”¹³ escolar apresentado pelas crianças indígenas que frequentam as escolas formais oficiais. De acordo com os pais, cerca de 70% das crianças reprovaram nas séries em que estavam matriculadas nos últimos 2 anos. Diversos são os motivos do “fracasso” escolar de acordo com os pais, com destaque para a quantidade de faltas. De acordo com os pais as crianças faltam às aulas por causa da distância das escolas; porque não têm roupa e calçados adequados; porque os pais se mudam frequentemente.

As crianças não participaram das pesquisas de campo. Apenas foram observadas quando de sua participação nas diversas atividades pedagógicas realizadas no acampamento. Nas oficinas pedagógicas realizadas na língua warao, percebeu-se que elas participavam com grande entusiasmo e protagonismo. Contribuíam com sugestões de atividades no planejamento participativo das oficinas e ajudavam no cuidado dos irmãozinhos menores.

As oficinas pedagógicas organizadas e realizadas pela equipe pedagógica da fundação Fé e Alegria funcionaram como uma espécie de experimento ou laboratório para se projetar escolas formais na língua warao, considerando elementos culturais próprios e com educadores/as indígenas preparados para atuar com esta demanda específica.

Os pais não cogitam uma escola com educação intercultural informal. Eles entendem a importância da escola oficial e desejam que seus filhos sejam atendidos de acordo com seus direitos educacionais. A assiduidade e a participação das crianças nas oficinas pedagógicas serviram como um termômetro para medir o nível de participação e assiduidade que se poderá alcançar com uma escola intercultural fundada nas bases culturais da comunidade indígena. Sobre esta possibilidade, Fleuri assegura que,

¹² Modalidade educacional muito recorrente na educação do campo em realidades em que faltam crianças para completar as turmas ou também quando a escola não dispõe de professores/as específicos para cada série em separado. Todas as crianças de diferentes idades e em tempos escolares distintos são atendidas numa mesma sala com atividades distintas de acordo com o nível de cada grupo ou criança (no caso de haver apenas uma na sua correspondência).

¹³ Expressão usada pela escola formal para referir-se à retenção de alunos nas séries equivalentes.

A educação intercultural se configura como uma pedagogia do encontro até suas últimas consequências, visando promover uma experiência profunda e complexa, em que o encontro/confronto de narrações diferentes configura uma ocasião de crescimento para o sujeito, uma experiência não superficial e incomum de conflito/ acolhimento. No processo ambivalente da relação intercultural, é totalmente imprevisível seu desdobramento ou resultado final. Trata-se de verificar se ocorre, ou não, a “transitividade cognitiva”, ou seja, a interação cultural que produz efeitos na própria matriz cognitiva do sujeito; o que constitui uma particular oportunidade de crescimento da cultura pessoal de cada um, assim como de mudança das relações sociais, na perspectiva de mudar tudo aquilo que impede a construção de uma sociedade mais livre, mais justa e mais solidária (FLEURI, 1999, p. 280).

De posse destas informações conclui-se que a escola intercultural seria o caminho mais acertado para o atendimento a esta grande demanda educacional. A institucionalização por parte do estado ou do município deste modelo de educação voltada para crianças migrantes e indígenas poderá se converter numa importante referência para outros municípios do estado ou outros estados igualmente afetados pela dinâmica migratória. A viabilidade deste modelo de escola intercultural inclui a formação de professores em pedagogia intercultural indígena, já desenvolvido em significativa escola na UFRR no Instituto INSIKIRAN, ou a inserção dos educadores/as indígenas do próprio grupo étnico que já conta com formação na área da pedagogia intercultural.

6 INDICAÇÕES PARA INTERVENÇÕES INSTITUCIONAIS

Tendo em conta os elementos que contribuíram para elaborar o perfil migratório e as informações sobre a demanda por educação intercultural, outras questões saltam à baila no que se refere a fundamentos para outras intervenções possíveis e necessárias por parte das instituições comprometidas com a causa dos migrantes e refugiados.

6.1 ENFRENTAMENTO À XENOFOBIA E À APOROFOBIA

Fragments dos relatórios das diversas observações participantes realizadas no decorrer da pesquisa indicam pontos frágeis na condição dos migrantes em Boa Vista.

O primeiro fragmento se refere às modalidades de controle, provocação e humilhação coletiva. Joel Valério destaca em seu relatório da observação participativa, na madrugada do dia 18/09/19, o sofrimento coletivo das famílias do acampamento Ka'ubanoko submetidas à escuridão resultante da intervenção da empresa fornecedora de energia que interrompeu inesperadamente o fornecimento de energia do acampamento de forma arbitrária e com uso de violência.

Nesta madrugada constatamos a atitude de criminalização dos migrantes por parte do estado. Um carro, não oficial, parou na frente do abrigo, mais precisamente no local onde se localiza o distribuidor de energia e desligou a chave que permite a entrada da energia. De acordo com os moradores, havia quatro homens no referido carro, todos armados. Pararam na frente do abrigo e cortaram a fiação que fornecia energia, levaram os fios para impossibilitar nova ligação considerada por eles como sendo “clandestina”, sem considerar a situação precária em que vive esta população. Todos e todas ficaram às escuras. Crianças, mulheres, idosos, todos em risco na escuridão. São 22h e muitas velas acesas nos barracos ao redor de muito material de fácil combustão, uma tragédia se anuncia. Na madrugada as pessoas estão desesperançadas. O burburinho indica que ninguém dorme esta noite. Representantes institucionais vieram acompanhar a situação. Irmã Telma Lage do Centro de Migrações e Direitos Humanos – CMDH da Diocese de Roraima, esteve no local até bem tarde da noite realizando reuniões com a liderança, buscando caminhos. Alguns representantes do exército também vieram e ficaram de trazer um gerador de energia provisório. De manhã, o cansaço está estampado no rosto das pessoas. A esperança parece estar de partida. Neste momento, vários representantes de instituições chegaram ao abrigo. As reuniões simultâneas vão acontecendo com os diversos grupos e representantes institucionais. A solução do problema não parece fácil. Querem envolver os governos do estado e do município, a justiça, a empresa de energia. São realizados muitos contatos via telefone. Todos aguardam. Passa o dia. Já são 24 horas sem energia. Por volta das 21 horas o tenente Katib, representante a Operação Acolhida do Exército chega com um gerador de energia movido à diesel. Uma solução paliativa diante da situação de emergência para iluminar a entrada do abrigo (portão principal). Dois soldados ficarão de prontidão porque o acampamento continua às escuras. Nos arredores do abrigo há muitas “bocas de fumo” controladas pelo crime organizado. A todo momento se houve o movimento do tráfico. No dia seguinte as negociações continuam (Joel Valério – Fragmentos do Relatório de Observação Participante realizada nos dias 18 e 19/ 09/19).

A interrupção da energia constitui violência contra a população vulnerável. O fato de chegarem armados constitui prática de intimidação e ameaça. Aos olhos das instituições públicas oficiais, o acampamento Ka'ubanoko não passa de um amontado de migrantes. As instituições públicas de Roraima incorrem na produção institucional da xenofobia com mais esta prática que já é recorrente nas ocupações espontâneas de migrantes espalhadas por toda cidade.

Durante a semana nacional dos migrantes e refugiados, em fins de junho de 2019, o Comitê para Migrações de Roraima (COMIRR) divulgou uma nota pública em repúdio à *xenofobia institucional* praticada e instigada pela Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

Num contexto historicamente marcado pelas migrações que constituíram e ainda constituem parte significativa deste estado, declarações como estas são incoerentes e ato grave quando praticadas por agentes públicos em espaços institucionais. A xenofobia institucional contraria a postura solidária e acolhedora da grande maioria da sociedade roraimense que não tem poupado esforços para acolher, compartilhar, cuidar e integrar os migrantes e refugiados que continuam chegando todos os dias e se espalhando por todo continente latino-americano. Como forma de apoio e solidariedade com todas as instituições que assinam a nota de repúdio, decidimos divulgar na íntegra o seu conteúdo que contribui para ampliar nossas reflexões sobre a questão migratória na Pan-Amazônia.

O Comitê para Migrações de Roraima (COMIRR), rede formada por instituições da sociedade civil que acompanham e defendem os migrantes, diante das manifestações frontalmente contrárias às atribuições constitucionais do Poder Legislativo expressadas pelo “Relatório da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa sobre os impactos no Estado de Roraima, apresentou uma nota de denúncia contra a produção da xenofobia institucional.

O relatório referido relatório afirma de forma peremptória que se os impactos da migração não forem “remediados em tempo pelo governo federal” transformarão Roraima no pior estado do Brasil. O medo comum e característico que em geral envolve as comunidades de acolhida nos fluxos migratórios massivos encontra-se explícito nessa assertiva, ao apontar as pessoas migrantes como ameaças e a migração como causa das mazelas na saúde e na segurança. Esses dois aspectos que constituem o núcleo do medo ligado à migração são instigados e reforçados ao longo do documento publicado pelo Legislativo estadual.

Sem indicar as fontes, o relatório menciona piora na prestação dos serviços de saúde em virtude de “conflitos” na fronteira e indica que o estado “já se sufocava com a quantidade de atendimentos hospitalares a estrangeiros”, além de questionar o fato de que o sistema de cadastro do SUS registra a todos como se “brasileiros fossem”.

A Constituição da República, no *caput* de seu artigo 5º, garante a todas as pessoas brasileiras e *estrangeiras* residentes no país a inviolabilidade de uma série de direitos

considerados fundamentais. Esses direitos não se esgotam nos incisos do artigo 5º, mas se estendem a todo o corpo constitucional e todas as normas garantidoras de direitos fundamentais, como os tratados internacionais ratificados pelo Brasil (artigo 5º, parágrafo 2º). O fato de que todos os direitos fundamentais se aplicam a todas as pessoas que estejam no território brasileiro – ou que sejam atingidas pela legislação brasileira independentemente do vínculo de nacionalidade e de se encontrarem no território – é amplamente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência, inclusive do Supremo Tribunal Federal. As únicas exceções à igualdade de direitos decorrentes da nacionalidade são as previstas no próprio texto constitucional e dizem respeito aos direitos políticos, à titularidade de alguns cargos e à propriedade de empresas de comunicação.

Se a Constituição assegura o direito à vida (digna) e à saúde a todas as pessoas que se encontram no Brasil, se migrar e solicitar asilo são direitos humanos, não pode o Poder Legislativo – seja ele de qualquer esfera da federação – estabelecer distinção entre as pessoas que são cadastradas e atendidas pelo SUS. Posicionar-se de forma contrária à universalidade de atendimento do Sistema Único de Saúde é se contrapor às regras e princípios previstos na Constituição e nas leis. Ademais, instigar o descumprimento das normas é tarefa contrária às funções precípua do Poder Legislativo, a quem cabe a criação e a fiscalização do arcabouço normativo do país.

Além de propugnar por uma inconstitucional, ilegal e imoral diferenciação entre brasileiros e imigrantes no que tange ao cadastro no SUS, o relatório afirma que “cresce a desesperança dos roraimenses”. O que se espera de um relatório elaborado por uma comissão da Assembleia Legislativa de determinado estado é a apresentação de dados oficiais, oriundos de fontes idôneas, com a consequente propositura de ações que garantam a efetividade dos direitos das pessoas. A qual propósito serve uma frase como esta, subjetiva e sem qualquer amparo em dados objetivos ou fontes idôneas, lançada em um relatório de uma comissão parlamentar?

O relatório menciona ainda doenças que já estariam erradicadas do Brasil e teriam sido (re)introduzidas no território pela população venezuelana. Curiosamente, dentre as doenças citadas o Legislativo estadual elenca aquelas que, além de não estarem erradicadas, são transmitidas por vetores e combatidas por meio de políticas públicas adequadas. O fato de estarmos em 2019 e ainda sofrermos com enfermidades como febre amarela, dengue, malária e zika vírus reflete problemas estruturais do país que certamente não foram trazidos pelas pessoas migrantes.

A falta de leitos em Roraima – assim como vários outros aspectos deficitários das políticas públicas do estado – vem sendo denunciada há anos e parece que os poderes públicos encontraram agora uma desculpa apta a justificar sua incompetência sistêmica e insensibilidade social. No que tange à educação, o relatório mantém o “argumento” relacionado à saúde, ao afirmar que as vagas “deveriam serem ofertadas a brasileiros” (sic).

Como dito alhures, os direitos fundamentais aplicam-se a todas as pessoas independentemente de sua nacionalidade. Estabelecer critério discriminatório à admissão de crianças e adolescentes nas escolas de Roraima violaria não só o direito à educação previsto na Constituição do Brasil, mas também o acesso a direitos das pessoas migrantes, solicitantes de refúgio e refugiadas.

O relatório apresenta o número de alunos matriculados como se este fosse um problema, mas o que cabe recordar ao Poder Legislativo é que o problema é a falta de acesso ao ensino público e a incompetência do estado para acolher novos estudantes e respeitar suas diferenças linguísticas e culturais, reconhecendo-as como oportunidades de crescimento e enriquecimento para toda a comunidade.

A “insegurança generalizada” é mencionada de forma subjetiva no relatório, que não apontou nenhuma pesquisa fiável ou dados oficiais e reforça um dos pilares que sustentam a xenofobia no mundo. O relatório dissemina o medo e o preconceito ao afirmar que “os roraimenses estão reféns em suas próprias casas, não gozando mais da rotina pacata que se via há algum tempo atrás” (sic). Essa é uma afirmação grave que induz a insegurança e, ao invés de se fundamentar em dados objetivos sobre a segurança pública em Roraima, sustenta-se em afirmação totalmente equivocada e contrária ao Direito Internacional. O relatório afirma que “o Brasil não vem exercendo sua soberania ao não selecionar as pessoas que ingressam em Roraima vindo da Venezuela” (sic). O equívoco dessa premissa não se restringe à ultrapassada noção de soberania, mas também envolve desconhecimento relativo ao direito à migração, à igualdade de tratamento e o princípio da não discriminação. O Brasil não pode “selecionar” as pessoas que chegam pois, se o fizesse, violaria direitos e poderia inclusive ser responsabilizado em instâncias internacionais de proteção dos direitos humanos.

É contraditório que uma comissão de direitos humanos e minorias faça apologia à violação de direitos reconhecidos em diversos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, bem como de princípios expressos na Constituição. A “seleção” das pessoas que pode(ria)m entrar no país viola(ria) frontalmente o direito de migrar e o direito a solicitar e receber asilo, além de constituir ato discriminatório.

O relatório chega ao ponto de afirmar que a mídia não expressa a realidade e que “vários brasileiros já foram assassinados por venezuelanos”. Afirmção tão grave só poderia ser feita com fundamento em dados oficiais e se presta à disseminação do medo e do preconceito, apontando as pessoas que chegam como criminosas.

A segurança é sempre ponto sensível em relação a qualquer fenômeno migratório, pois é a seara em que a manipulação do medo é mais óbvia e explícita em detrimento dos direitos das pessoas que migram.

O relatório parece contrapor as pessoas migrantes e nacionais em relação à titularidade de direitos, dentre os quais o da vida digna. Tempos difíceis esses em que temos de (re)afirmar o óbvio: todos somos iguais em dignidade e direitos. Nacionalidade e origem não constituem causas legítimas à diferenciação.

Ao contrário do que afirma o documento ora analisado, a população de Roraima não vem sendo esquecida em detrimento do povo venezuelano. As políticas públicas que garantem os direitos sociais devem ser fortalecidas no estado independentemente da chegada de imigrantes e solicitantes de refúgio, já que garantir a efetividade dos direitos fundamentais de pessoas que sofrem grave e generalizada violação de direitos humanos é obrigação do Estado brasileiro.

Este Comitê já se manifestou em virtude da violência praticada contra as pessoas venezuelanas em Roraima e novamente é instado a se manifestar, dessa vez em razão de relatório elaborado por comissão que deve(ria) defender direitos humanos e minorias.

É necessária muita violência institucional para que a população de determinado local se sinta assegurada e até mesmo compelida a praticar atos xenófobos. Declarações equivocadas e tendenciosas como as que foram feitas no relatório produzido pelo Poder Legislativo constituem esse indesejável e lamentável amparo à violência, pois reforçam mitos concernentes à migração, induzem medo e instigam preconceito.

A função do Poder Legislativo – sobretudo de uma comissão que trata de direitos humanos, minorias e legislação participativa – é promover o diálogo, disseminar informações verdadeiras, criar normas e planejar políticas públicas que respeitem os direitos humanos previstos e protegidos em tratados internacionais e na Constituição do país.

Diante do exposto, o COMIRR manifesta seu repúdio às afirmações formuladas pelos parlamentares de Roraima que, no exercício de mandato popular, instigam o

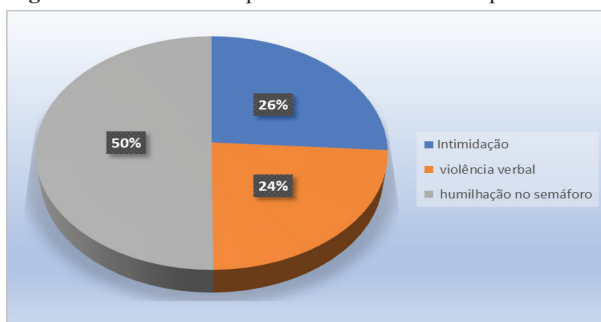
preconceito e se eximem de suas responsabilidades de garantia dos direitos de todas as pessoas, independentemente de sua origem ou nacionalidade¹⁴.

De acordo com os dados levantados todos os 357 participantes da pesquisa sofreram alguma forma de humilhação, intimidação, discriminação ou violência que comprova práticas de xenofobia ou aporofobia.

De modo geral as atitudes caracterizadas pela xenofobia institucional como a interrupção do fornecimento de luz ou água revelam o peso da aporofobia¹⁵ para com os migrantes. Trata-se de atitude amplamente disseminada pela elite econômica roraimense amparada em discursos midiáticos recorrentes.

A catedrática Adela Cortina (2017, p. 193) adverte que a *aporofobia* é uma patologia social produzida em larga escala pela elite do sistema capitalista, alimentada pelas redes sociais e é urgente “reconhecê-la, saber como ela acontece e trabalhar para desativar esse fenômeno absolutamente corrosivo”. A *aporofobia* é o discurso das elites que criminaliza os pobres e os culpa pela pobreza para esconder da sociedade os mecanismos de produção da miséria do sistema capitalista.

Figura 05: Denúncia de práticas xenofóbicas ou aporofóbicas.



Fonte: Pesquisa de Campo 2019.
Dados organizados pela equipe pesquisa GEIFRON.

¹⁴ O relatório foi assinado pelas seguintes instituições da sociedade civil: Cáritas Diocesana de Roraima; Centro de Migrações e Direitos Humanos da Diocese de Roraima – CMDH; Congregação das irmãs Catequistas Franciscanas – Província Ir. Clégia Anesi; Conselho Indígena de Roraima – CIRR; Conselho Indigenista Missionário – CIMI; Congregação das Missionárias de São Carlos Borromeu Scalabrinianas; Grupo de Estudo Interdisciplinar sobre Fronteira - GEIFRON/UFRR; Instituto Migrações e Direitos humanos – IMDH; Pastoral Indigenista de Roraima – PIRR; Pastoral Universitária de Roraima – PURR; Projeto Português para o Acolhimento - Universidade Federal de Roraima; Rede Eclesial Pam-Amazônica – REPAM/RR; Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados – SJMR; Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM.

¹⁵ Aporofobia é um termo que vem do grego ἀπορος (á-poros), sem recursos, indigente, pobre; e φόβος (fobos), medo) refere-se ao medo, rejeição, hostilidade e aversão às pessoas pobres e à pobreza.

Toda e qualquer iniciativa por parte das instituições comprometidas com a causa dos migrantes, pobres e indígenas é válida para o enfrentamento à xenofobia e à aporofobia. Contribui para criar uma sociedade mais justa, tolerante e acolhedora.

6.3 FORMAÇÃO PERMANENTE

Os relatórios das observações participantes realizadas em várias atividades de formação, especialmente as oficinas pedagógicas promovidas pela Fundação Fé e alegria revelam importante participação dos migrantes e a busca por informações e espaços para refletir sua situação migratória e buscar saídas juntamente com as instituições de apoio.

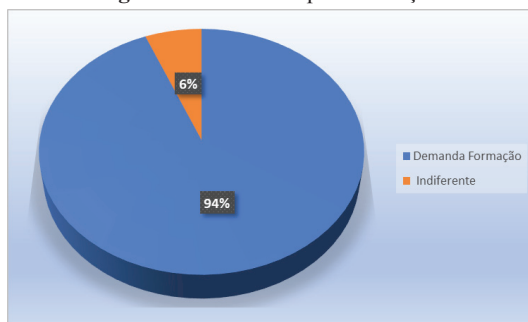
“Eu gosto de participar dos encontros porque é uma forma da gente se sentir valorizada por alguém, é um espaço que a gente pode falar o que sente e o que pensa sem medo” (Pesquisa de Campo n.º. 95 - setembro de 2019), revela uma das participantes da jornada de formação sobre os direitos dos migrantes promovida pela Fundação fé e alegria em parceria com o GEIFRON.

A oficina ministrada pela Irmã Telma Lage do CMDH da Diocese de Roraima debateu o tema dos direitos e deveres dos migrantes. Na primeira parte foi realizada uma dinâmica de integração e acolhimento dos participantes, na sua grande maioria migrantes venezuelanos e indígenas *warao*. Fundamentada na legislação atualizada, na Constituição Federal de Brasil de 1988 e nas Convenções Internacionais da Organização das Nações Unidas, a Irmã Telma discorreu sobre a temática sempre utilizando-se de dinâmicas e provocando a participação dos presentes, dentre os quais, o Tenente Katib do exército brasileiro, lideranças indígenas, lideranças crioulas, representantes do Fé e Alegria, UFRR. Irma Telma discorreu sobre os direitos garantidos a todos que se encontram sob a tutela do estado brasileiro explicou os direitos dos migrantes e refugiados. As lideranças se mostraram muito interessadas fazendo perguntas e tirando dúvidas. Ao fim da palestra o tenente, aproveitaram a presença do Tenente Katib para perguntarem sobre a solução do problema da energia. Ele garantiu que “está próximo de ser solucionado porque as entidades parceiras se mobilizaram e houve uma grande pressão nos órgãos estaduais fazendo com que o governo garantisse a religação da energia e assumindo a despesa do consumo mensal”. Ao final afirmou que “dentro de cinco dias a energia será restabelecida, enquanto isso o exército manterá geradores no local” (Joel Valério – Fragmentos do Relatório de Observação Participante realizada no dia 20/ 09/19).

A formação permanente aparece nas entrevistas de campo como um desejo dos migrantes no sentido de criar novos espaços de participação, conhecer seus direitos e deveres no país de acolhida, identificar e localizar as instituições de apoio

e, principalmente as instituições que lidam com documentação e encaminhamento para o trabalho.

Figura 06: Demanda por Formação.

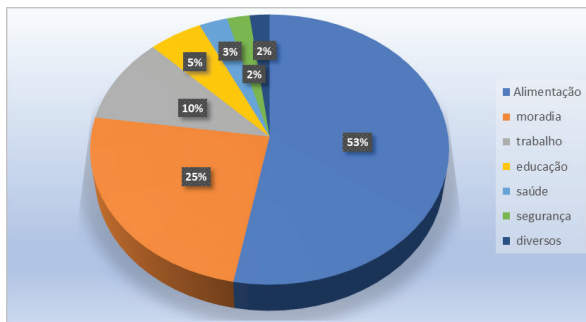


Fonte: Pesquisa de Campo 2019.
Dados organizados pela equipe pesquisa GEIFRON.

Para a entrevistada no dia da oficina em questão, “momentos como estes são importantes para conhecer nossos direitos e deveres que em muitos casos são diferentes da Venezuela”.

6.4 DEMANDAS POR DIREITOS SOCIAIS

Alimentação, moradia, trabalho, educação, saúde e segurança. Estas foram as principais demandas dos migrantes quando perguntados sobre direitos sociais. Em ordem de prioridade, a questão da alimentação é a angústia principal apresentada pelos migrantes, de modo especial as mulheres.

Figura 07: Demanda por Direitos Sociais.

Fonte: Pesquisa de Campo 2019.
Dados organizados pela equipe pesquisa GEIFRON.

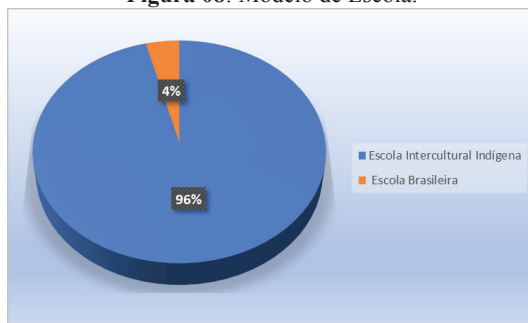
O lazer e a participação religiosa também aparecem nas demandas dos migrantes. Mesmo que de forma tímida, expressam o desejo de se ter momentos e espaços de lazer e se alegram com essas possibilidades conforme comprovam os relatórios das observações participantes.

Hoje, dia 12 de outubro de 2019, dia das crianças e de nossa Senhora Aparecida no Brasil é também o dia da resistência indígena. É feriado e diferente de outros dias, a sensação que se tem é a de que hoje é dia de festa. Os warao, kariña e yñepá lembram que é dia de luta da resistência indígena. É nítido o orgulho estampado no rosto dos indígenas, todos fazendo questão de mostrar suas danças com trajes típicos, suas histórias contadas por encenações, suas culturas tradicionais. O dia começa com uma missa na igreja São Francisco, ali próximo ao abrigo. O local parece estar mais iluminado, a praça na frente parece estar mais bonita, o sorriso está estampado no rosto dos adultos e das crianças, Indígenas, crioulos e convidados estão em festa. Muitos representantes institucionais estão chegando para celebrar com eles. Quando a oportunidade de usar a palavra é dada a uma indígena ela surpreende de maneira positiva ao citar a crise do Equador, fala sobre o Sínodo da Amazônia que está acontecendo em Roma (Vaticano). Seu discurso firme e bem organizado demonstra a situação de miséria e abandono criadas com a migração não lhes tira a dignidade, nem a capacidade de pensar o mundo e seus desafios na atual conjuntura. Ela consegue se manter atualizada e em sintonia com o resto do mundo. O acampamento não os isola do resto do mundo, muito pelo contrário. O momento celebrativo da missa celebrada pelo Pe. Orscar (Missionário da Consolata) foi também espaço de atualização das informações, de celebrar suas esperanças e suas lutas, de canta, rezar, se emocionar. Terminada a missa, todos e todas saíram em caminhada, com faixas e cantos. Estão falando à sociedade, pedem para que se olhe para eles como pessoas com direitos iguais. O trajeto é curto, de aproximadamente uns 150 metros, mas representa uma caminhada em busca de direitos e de um pouco de dignidade. Na quadra coberta do acampamento os moradores estão todos mobilizados desde as sete horas da manhã organizando o local para que todos os convidados possam ser bem recebidos. Faixas com pinturas, frases e cartazes

aparecem pendurados por toda parte. A música tocando alto vai contagiando a todos que se aproximam e vão entrando no embalo da festa. As crianças já começam a serem pintadas com motivos indígenas. Estão sorridentes. Tudo parece acontecer simultaneamente em grande harmonia entre todos os povos que habitam esse lugar. Mais convidados começam a chegar, o Consul venezuelano, representantes da Cáritas, CIMI, SJMR, Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), GEIFRON/UFRR, Fundação Fé e Alegria, Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH), foram alguns representantes que conseguimos identificar. Todas as lideranças do acampamento estão envolvidas na organização do ambiente e todos estão empenhados em fazer uma boa festa. Para as crianças tudo é festa e mesmo não falando a mesma língua conseguem se manter uma comunicação entre todas as crianças migrantes que vão chegando para festejar. Há diversos voluntários dinamizando oficinas pedagógicas e alegrando as crianças. Neste momento acontece uma oficina ensina como fazer pipas na qual participam várias crianças. Começam as danças. Quando essas crianças dançam e contam através de encenações suas histórias culturais, revelam uma verdade inquestionável. A maneira como eles fazem isso deixa claro que a cultura está presente no dia a dia deles e não é apenas algo folclórico. É contagiante a alegria que vai envolvendo todos os presentes numa grande dança. O padre, o cônsul, coordenadores/as institucionais e eu também. É impossível não participar e não se deixar alegrar com tanta festa (Joel Valério – Fragmentos do Relatório de Observação Participante realizada no dia 12/ 10/19).

O protagonismo dos migrantes aparece muito claramente nos momentos festivos. De maneira especial quando eles preparam a festa do seu jeito. Sentem-se anfitriões. Mudam o lugar de fala. Invertem os papeis. Provam que a migração não lhes retira a criatividade e a capacidade organizativa.

A Educação aparece nas demandas por direitos sociais com 25% solicitação. Isso porém, não significa que a educação não seja uma prioridade dos migrantes. Acontece que a questão da alimentação e o alojamento são ainda mais essenciais. Como explica uma mãe warao: “a escola é muito importante para nós, mas, para conseguir estudar a gente tem que estar vivo e alimentado”. Perguntados sobre o modelo de escola que desejam, os 25% que demandaram educação como prioridade na pergunta anterior, sonham com uma escola intercultural “diferente daquelas que nossos filhos estudam aqui e não aprendem. Eles querem aprender falando, caminhando, brincando, do nosso jeito. Isso é nosso sonho para nossos filhos” (Pesquisa de Campo n.º. 321 - dezembro de 2019). Conforma a figura abaixo, apenas 4% dos entrevistados não faz questão de uma educação intercultural indígena.

Figura 08: Modelo de Escola.

Fonte: Pesquisa de Campo 2019.
Dados organizados pela equipe pesquisa GEIFRON.

Os relatórios de campo revelam que instituições como a Fundação Fé e Alegria, o CIMI e o Conselho Indígena de Roraima – CIR, que acompanham sistematicamente os migrantes e, de modo especial os povos indígenas em situação de deslocamento, estão preocupados com a questão da educação diferenciada como um direito negado a estes povos.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

A elaboração do Perfil **Migratório e identificação de demandas de educação intercultural** dos migrantes venezuelanos residentes em Boa Vista, considerando a especificidade da infância migratória e a demanda pela educação intercultural das crianças migrantes em idade escolar apresentou elementos importantes para análises futuras.

Conclui-se que atingiu-se em partes o objetivo de elaborar o Perfil Migratório e identificar as demandas de educação intercultural dos migrantes venezuelanos residentes em Boa Vista, considerando a especificidade da infância migratória e a demanda pela educação intercultural das crianças migrantes em idade escolar. No decorrer da pesquisa surgiram muitas informações que não foram suficientemente aprofundadas neste relatório. Subsidiarão pesquisas futuras.

A pesquisa de campo conseguiu identificar os elementos que contribuem para elaboração do Perfil Migratório. Também foi possível apontar as características que definem o pertencimento social e o engajamento sociotransformador dos migrantes internacionais que vivem na capital roraimense. Os elementos apresentados

configuram um amplo laudo socioantropológico do contexto migratório na capital roraimense observando-se algumas especificidades tais como as demandas de comunidades étnicas (Povo Warao, Yñepá, Kariña e outros).

O Diagnóstico Rápido Participativo para indicação de intervenções institucionais como é o caso do Projeto Fé e Alegria foi realizado em partes. Faltou maior participação da comunidade para apresentação de projetos de intervenção. Entretanto, os resultados alcançados permitem que as instituições façam o seu próprio diagnóstico e a partir daí comecem a autogerenciar o seu planejamento e desenvolvimento. Desta maneira, os participantes poderão compartilhar experiências e analisar os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação.

Em partes o DRP atingiu seu objetivo de apoiar a autodeterminação das instituições, neste caso o Projeto Fé e Alegria, parceiro desta pesquisa, pela participação e, assim, fomentar o seu fortalecimento e empoderamento social e político; desenvolver processos de pesquisa a partir das condições e possibilidades dos participantes, baseando-se nos seus próprios conceitos e critérios de explicação.

A metodologia específica do DRP somada ao conjunto das ferramentas metodológicas deste projeto de pesquisa na qual os próprios participantes analisam a sua situação buscando melhorá-las, apresenta resultados satisfatórios.

A metodologia de pesquisa não se reduziu apenas a colher dados dos participantes, mas, sim, conseguiu fazer com que estes se envolvessem nas conversas, nas oficinas, nas atividades de formação, num processo de autorreflexão sobre os seus próprios problemas e as possibilidades para solucioná-los.

Os resultados aqui apresentados não se esgotam com as análises ora apresentadas. Pelo contrário, podem subsidiar as instituições a identificar e definir ações; criar estratégias de empoderamento e fortalecimento dos grupos; identificar o protagonismo do grupo e estimular sua participação; conhecer para reconhecer, respeitar, compreender; favorecer as trocas de saberes e conhecimentos; somar forças; articular e fortalecer os trabalhos já existentes.

Da forma que foi realizada, esta pesquisa proporciona uma ampla análise da conjuntura da realidade, dos potenciais do grupo, do movimento, da instituição, fornecendo pistas para aumentar a capacidade de autonomia, autogestão, planejamento e tomadas de decisões tanto por parte do grupo pesquisado, quanto por parte das instituições parceiras, como é o caso a Fundação Fé e Alegria.

O perfil migratório apresentado nesta pesquisa oferece uma base para compilar informações de diferentes fontes de forma estruturada, a nível nacional e regional. Também fornecem uma ferramenta para identificar lacunas existentes nos dados

disponíveis sobre a migração e desenvolver estratégias para melhorar a pesquisa, a análise e a disseminação de informações.

REFERÊNCIAS

ARAGÓN, Luis E. (Org.) **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009.

ASSUMPCÃO, Maria Clara Martins Alves. O método em Marx: relação com a categoria práxis. Florianópolis: **Anais do V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo: Marxismo, Educação e Emancipação Humana**. Universidade Federal de Santa Catarina, 11 - 14 de abril de 2011.

BAENINGER, Rosana, et al. **Migrações Sul-Sul** (Orgs.). Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa Porta**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2017.

BRASIL. **Perfil Migratório do Brasil**. Brasília: Organização Internacional para as Migrações; Comissão Nacional de população e Desenvolvimento; Ministério do Trabalho e Emprego, 2009.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luiz Roberto. O Ofício do Antropólogo, ou como desvendar evidências Simbólicas. **Série Antropologia**, vol. 413, Brasília : DAN/UnB, 2007.

CORTINA, A. **Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia**. Buenos Aires: Paidós, 2017, 200 p.

ESTEFANÍA, Joaquín. **La economía del miedo**. Barcelona: Galaxia Gutemberg, 2011.

FLEURI, Reinaldo Matias. Educação intercultural no Brasil: a perspectiva epistemológica da complexidade. Brasília: **R. bras. Est. pedag.** v. 80, n. 195, p. 277-289, maio/ago. 1999.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs). **Métodos de pesquisa** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

JAROCHINSKI SILVA, João Carlos; OLIVEIRA Márcia Maria de. Migrações, fronteiras e direitos na Amazônia. REMHU - **Rev. Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 157-169, jan./jun. 2015 (p. 158-169).

LIRA, Jônatha Rodrigo de Oliveira. **Migração e mobilidade na fronteira**: concentração de imigrantes internacionais e formação de espaços de vida na Amazônia. Campinas: Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2017.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. **Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea**. São Carlos: Editora Scienza, 2016.

PANTOJA, M.C. Mulheres nos seringais: etnia, parentesco e afetividade. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia**. Manaus, v. 6, n. 2., p. 67-92, 2008.

ROCHA, Eliane. **Migrante cidadão**: a dinâmica dos deslocamentos dos índios Warao na Amazônia. Manaus: Amazônia Real, 2018. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/migrante-cidadao-a-dinamica-dos-deslocamentos-dos-indios-warao-na-amazonia/> acesso em 20/12/2019.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Nacionalidade no Pensamento Social brasileiro e venezuelano e o lugar Guayana**. Manaus: EDUA, 2014.

SAYAD, A. **A imigração**. São Paulo: EDUSP, 1998.

CAPÍTULO V

RONDÔNIA MUNDO AFORA

Renata da Silva Nobrega¹

INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresentamos alguns fragmentos da tese doutoral intitulada *“Entra na roda”*: *história, cotidiano e mobilidades em Rondônia*, realizada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do professor doutor Fernando Antonio Lourenço. São aqui compartilhados breves fragmentos da parte introdutória da referida tese, que abordou a participação de “rondonienses”² em circuitos internacionais de migração, que representa uma das dimensões contemporâneas³ dos processos migratórios que historicamente têm estruturado o espaço naquele território amazônico (MONTE MOR, 1980; DAL MASO, 1990; SOUZA, 2002; 2011).

Em tempos de deportações em massa por parte do governo estadunidense com o apoio incondicional do atual presidente brasileiro, o debate proposto neste texto, fruto da tese defendida em 2016, ainda é bastante atual e necessário nos estudos migratórios. De modo especial, traz elementos para reflexão sobre categorias teóricas ainda pouco aprofundadas nos contextos migratórios que envolvem fronteiras transnacionais e transcontinentais.

Ao longo dos últimos dois séculos, o território que hoje conhecemos como Rondônia tem sido alvo de diferentes iniciativas de povoamento ou ocupação, acentuadas pelos programas de colonização executados pelos governos da ditadura civil militar a partir de 1968. Décadas mais tarde, muitos de seus moradores passariam a frequentar os circuitos internacionais de migração. Nesta perspectiva, a pesquisa

¹ Doutora em Sociologia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Professora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Roraima – Educampo/UNIR.

² Não se trata necessariamente do gentílico de Rondônia e sim de um sentimento de pertencimento local compartilhado coletivamente. O uso de palavras em itálico e entre aspas ao longo do texto se refere principalmente aos termos nativos, bem como a expressões analíticas.

³ A partir de meados da década de 2000, o “ciclo das barragens” resultou na atração de milhares de trabalhadores em busca de oportunidades nos canteiros de obra das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau e na economia local dinamizada por estes empreendimentos (ALVEZ; THOMAZ Jr., 2012; NOVOA, 2015). Na década seguinte, imigrantes haitianos e de outras nacionalidades que chegaram ao Brasil através das fronteiras no Acre e no Amazonas têm se instalado ou passado por Rondônia, especialmente na capital Porto Velho (COTINGUIBA, 2014).

trata da transformação de uma área de expansão da fronteira agrícola na Amazônia brasileira em um significativo foco de emigração internacional, examinada a partir das histórias de pessoas cujas trajetórias de vida são marcadas por mobilidades.

Ao se debruçar sobre as diferentes narrativas e o cotidiano de pessoas implicadas nestes deslocamentos, a tese em questão discute as formas pelas quais esta localidade amazônica vem se configurando como um espaço transnacional, em que as práticas migratórias constituem-se em uma importante estratégia social, de caráter intergeracional. Diante destes cenários de mobilidade, a pesquisa explorou as práticas e os campos de sentidos elaborados e reconfigurados nos diferentes processos migratórios experimentados pelos “rondonienses”, pensando-os não apenas como a movimentação de pessoas por um dado território, mas também no plano da transnacionalização dos afetos que, por sua vez, também configuram este lugar.

ALGUMAS NOTAS SOBRE A METODOLOGIA E O CAMPO DE PESQUISA

Os recortes ora apresentados representam um retrato, sob a minha perspectiva, das histórias que ouvi enquanto estive envolvida com esta pesquisa. Levando em conta que a escrita desta tese foi sendo tecida a partir de diferentes conversas que se deram em espaços e circunstâncias variados, faz sentido destacar a proposição de Peter Spink, para quem o pesquisador é, acima de tudo, um “conversador no cotidiano” (SPINK, 2008, p. 70). Ao insistir em diferentes modalidades de conversas que ocorrem no cotidiano do pesquisador e que não são necessariamente mediadas pela “objetividade científica” (Ibid p. 72), Spink critica a noção de campo de pesquisa como um “lugar específico, delineado, separado e distante” (SPINK, 2003, p. 56). Mais do que um universo empírico, para ele o campo é um “campo-tema” no qual o pesquisador se situa a partir do momento em que se vincula à temática em questão:

Campo é o campo do tema, o campo-tema; não é o lugar onde o tema pode ser visto – como se fosse um animal no zoológico [...] Quando fazemos o que nós chamamos de pesquisa de campo, nós não estamos ‘indo’ ao campo. Já estamos no campo, porque já estamos no tema (SPINK, 2008, p. 60).

Na elaboração de Spink, ganham relevância as diferentes formas de “conversar” com o campo-tema:

Não há dados, mas há, ao contrário, pedaços e fragmentos de conversas; conversas no presente; conversas no passado; conversas presentes nas materialidades; conversas que já viraram eventos, artefatos e instituições; conversas ainda em formação; e mais importante ainda, conversas sobre conversas. Não há múltiplas formas de coleta de dados, e sim, múltiplas maneiras de conversar com socialidades e materialidades em que buscamos entrecruzá-las juntando os fragmentos para ampliar as vozes, argumentos e possibilidades presentes (SPINK, 2008, p. 61).

Assim como existem conversas mais íntimas ou reveladoras que outras, as conversas da pesquisa alcançam diferentes níveis de densidade, variando de acordo com as posições ocupadas pelo pesquisador em seu movimento pelo campo-tema, a cada momento. Em maior ou menor grau, elas estão inseridas nas redes de sentidos que se interconectam constituindo o campo-tema, mesmo quando aparentam estar distante dele: “uma posição periférica pode ser periférica, mas continua sendo uma posição” (Ibid, p. 56).

Para esta pesquisa, além das entrevistas e das observações registradas em diário de campo, me envolvi em uma série de outras conversas. Diálogos travados com vizinhos, amigos, familiares, desconhecidos e outras pessoas indicadas por quem eu conversara anteriormente... Conversas em casa, nas casas, na rua, em consultórios médicos, salas de espera (e mesmo enquanto esperava para realizar alguma entrevista), salões de beleza, lojas, bares, sítios... Em encontros, caronas, festas, visitas, viagens, fofocas, confidências... Em livros, artigos, teses, revistas, números, documentos, jornais, fotografias, poemas, músicas, cartas, filmes, CDs, DVDs... Enfim, materialidades e socialidades que ajudaram a costurar este texto.

Em um curto intervalo de tempo, de uma significativa área de ocupação de fronteira⁴ interna, Rondônia transformou-se em um foco de emigração internacional. De acordo com o Censo Demográfico 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o estado de Rondônia é atualmente a segunda unidade da federação com maior proporção de emigrantes internacionais no Brasil. Nesta tese, tal fenômeno é discutido a partir de Ji-Paraná, cidade do interior do estado⁵ que concentra as viagens para outros países, com destaque para Espanha.

⁴ Sem adentrar no rico e polêmico debate dos “estudos de fronteira”, neste texto, a “expansão de fronteira” refere-se ao processo de incorporação de “novas” áreas ao “nacional”, por meio da ocupação econômica e demográfica (SAWYER, 1984, p. 4). No caso amazônico, a inserção nas dinâmicas nacionais e mundiais tem se dado, paradoxalmente, de forma mais integrada e mais periférica (KOHLHEPP, 2002, p. 40). Em Rondônia, embora a fronteira também coincida com os limites físicos do país, avizinhandose da Bolívia, e adquira uma trágica materialidade nos relatos de travessia da fronteira do México com os Estados Unidos e na passagem pelos controles migratórios nos aeroportos internacionais, sua utilização aqui também remete ao caráter polissêmico e heterogêneo do termo (MACHADO, 2009; RABELLO, 2013; TOGNI, 2014; LOMBARDI, 2014).

⁵ Município localizado na Mesorregião do Leste Rondoniense com numa população estimada em 136.069

Interessada em compreender os elementos mais gerais destes deslocamentos, conversei com moradores de Ji-Paraná e municípios próximos que retornaram do exterior, principalmente da Espanha, Portugal e Estados Unidos (EUA), e com familiares de quem havia partido. Por meio de contatos estabelecidos nas entrevistas realizadas em Ji-Paraná, entre outubro e novembro de 2012 estive na região metropolitana de Boston, Massachusetts, tradicional reduto de brasileiros nos Estados Unidos, onde conheci um pouco do cotidiano e das histórias de pessoas de diferentes localidades rondonienses que viviam naquela região.

Aliadas a outras “conversas”, apresentadas no primeiro Capítulo, a pesquisa possibilitou a construção de um panorama dos deslocamentos para os chamados países “ricos”, objetivo inicial do projeto que originou este texto, tendo em vista a incipiente produção acadêmica sobre esta temática. Ao elencar fatores que colaboraram para a consolidação das redes migratórias que partem de Rondônia para outros países, esta tese apresenta uma contribuição ao diversificado campo de estudos sócioantropológicos acerca das migrações internacionais, analisado sob o viés da origem regional.

Parte significativa do “corpus documental” (VANGELISTA, 2008, p. 17) desta pesquisa sustenta-se em fontes orais, muitas das quais são as histórias contadas por meus interlocutores, em diferentes conversas e situações de entrevista. Thomson destaca o papel do testemunho pessoal como forma de conhecer os “singulares vislumbres do interior vivido nos processos de migração” (THOMSON, 2002, p. 345):

Embora as pressões econômicas frequentemente influenciem as decisões da migração, o testemunho pessoal revela o complexo entrelaçamento de fatores e influências que contribuem para a migração e para os processos de troca de informações e negociação no interior das famílias e das redes sociais (THOMSON, 2002, p. 345).

Marilda Menezes (2012), por sua vez, retoma a proposição de Iain Chambers, para quem as narrativas de migração podem ser analisadas como “uma intersecção entre histórias e memórias” (CHAMBERS, 1994, p. 6), e sugere a existência de uma forma própria de narrar e sentir de quem se põem em movimento, fortemente marcada pela articulação dos espaços migratórios e de suas diferentes temporalidades (MENEZES, 2012, p. 34). Mencionada na Introdução, a auto apresentação de Raí como paranaense que cresceu em Rondônia é um exemplo de uma construção

habitantes, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo o segundo município mais populoso do estado de Rondônia.

narrativa recorrente entre as pessoas com quem conversei e expressa múltiplos pertencimentos dados pelo nascimento e pela convivência. Manuela Cordeiro (2015), por sua vez, identificou um “senso de honra” (BOURDIEU, 1972) nos relatos sobre a “abertura das terras”, ‘dificuldades’ com a mata, o uso de ferramentas e os acidentes com elas, e as crises de malária” (CORDEIRO, 2015, p. 141) no tempo da chegada em Rondônia:

Trata-se de uma forma de “sofrimento extraordinário”, tal qual proposto por Veena Das (2007), ainda que em outro ambiente etnográfico, para justificar a permanência em Rondônia e principalmente valorizar a participação na construção de Ariquemes, o que se conecta com a noção local de pioneirismo. Assim, o sofrimento é uma categoria acionada para lembrar o passado e afirmar a condição de “merecedores” da terra e dos terrenos em Rondônia, a base para “encaminhar” os filhos (CORDEIRO, 2015, p. 141).

Estas “narrativas de sofrimento”⁶ estendem-se às experiências em outros países e contam com narradores ansiosos por terem seus relatos registrados, como pude perceber logo que cheguei em Framingham. Durante o “vatapá”⁷ oferecido por meus anfitriões, os convidados insistiram que eu pegasse o gravador para me contarem como chegaram aos Estados Unidos. Dramáticos relatos da travessia pela fronteira do México sucederam-se, interrompendo uns aos outros, comparando as experiências até concluírem o que sofreram, mas não tanto quanto Edmilson, cujo duro relato emocionou a todos.

Permeados por certa nostalgia, os percalços vivenciados na chegada à Rondônia e as primeiras dificuldades de entrar e se adaptar em outros países são avaliados em retrospectiva, tendo em comum o destaque à forte solidariedade e o sentimento de partilha de um destino difícil que os aproximava, semelhante ao que Afrânio Garcia observou sobre a passagem de Sayad no Brasil (GARCIA Jr, 2009, p. 25).

Sinal de que existe uma narrativa adequada para ser contada, que valoriza a experiência de sofrimento em detrimento de outras, é a desqualificação das histórias de quem não passou por elas. Na noite do “vatapá”, as mulheres presentes ouviam os relatos dos homens, tecendo comentários sobre o que eles passaram. Todas chegaram em Framingham depois que seus parceiros já estavam instalados e entraram no país

⁶ Veena Das (2007) sugere que se pense o sofrimento derivado de violência estrutural, cujas práticas e estratégias inscrevem-se em quadros de relação de poder, como um fenômeno social dotado de caráter pedagógico, gerador de um sentimento de pertencimento entre os que o vivenciaram. Um dos pioneiros entrevistados por Manuela Cordeiro, seu João Cioffi, traduziu as dificuldades do tempo de chegada em Rondônia nos termos de que o “sofrimento ensina” (CORDEIRO, 2015, p. 153).

⁷ Vatapá é um prato típico da culinária afro-brasileira. De origem africana, chegou ao Brasil por intermédio dos africanos iorubás com o nome de ehba-tápa. Passa a integrar a culinária brasileira a partir do século XVI.

com vistos de turista, alguns deles montados⁸. A todo tempo, os maridos lembravam que elas não conheceram a “verdadeira dificuldade”.

Dias depois, ao tentar entrevista-la, ouvi de Cláudia, que estava presente no jantar, que sua história não me interessaria, pois “não era sofrida como a dos outros”. Ela chegou até Framingham depois de retomar contato pela internet com Jorge, que estava lá há mais de uma década. Estabelecido como dono de um “business de landscape”⁹, Jorge preferiu que ela não trabalhasse e se dedicasse apenas a melhorar seu inglês. Diante das outras mulheres, todas ocupadas em longas jornadas como “housecleaners”¹⁰, Cláudia levava uma “vida de madame”.

Atenta a estes “ruídos”, durante a pesquisa direcionei esforços para o registro de narrativas orais a respeito das experiências vinculadas a deslocamentos internacionais. Em geral, as pessoas com quem conversei mostraram-se abertas a conversas, ainda que considerassem um tanto inusitada a situação de serem entrevistadas, ainda mais para falar sobre algo tão prosaico como suas vidas (BEAUD; WEBER, 2007, p. 121).

Mesmo quando não estava prevista ou agendada, a situação de entrevista se caracterizou por uma negociação prévia, em que eu explicitava meu interesse de pesquisa, dizendo que estava interessada nas histórias de quem foi embora ou quem voltou. Sempre que autorizada¹¹, utilizei um gravador digital para registrá-las, além de tomar nota em um caderno e pedia que apontassem o nome pelo qual gostariam de ser identificados na pesquisa, o que gerou protestos de quem dizia não ter nada para esconder e gostaria de ver sua história publicada, com nome e sobrenome.

Mais tarde, transformei as anotações em relatos do diário de campo e tempos depois as entrevistas foram transcritas e textualizadas. Em algumas situações, tive a oportunidade de mostrar o resultado final a quem me “deu” a entrevista, conferindo alguns pontos e fazendo um trabalho conjunto de edição. Muitas outras, entretanto, foram encontros únicos, fruto da oportunidade. As estruturas das entrevistas são reveladoras das relações de pesquisa construídas ao longo destes anos: algumas efêmeras, outras mais próximas.

Houve situações em que as conversas poderiam ser classificadas como entrevistas semiestruturadas, nas quais eu tentava identificar elementos das

⁸ Os “*documentos montados*” consistem em passaportes falsificados, obtidos de diferentes maneiras, e também em passaportes legítimos, porém obtidos mediante fraude nas informações necessária para sua emissão ou para aprovação do visto (como contracheques, documentos bancários, diplomas, contratos de trabalho, etc.).

⁹ Empreendimento próprio para execução de serviços de paisagismo e jardinagem, atividade comum entre os homens.

¹⁰ Atividade de limpeza de casas e escritórios, serviço oferecido por muitas mulheres.

¹¹ A única pessoa que não autorizou a gravação da entrevista foi Edgar, dono de um “*delivery*” de sexo. Na entrevista com Alisson, interrompemos a gravação em um trecho da conversa, quando ele mencionou nomes de pessoas influentes na política local que omitiam seu passado como trabalhadores imigrantes na Europa.

trajetórias migratórias e ocupacionais individuais e familiares. Retratam a emergência da emigração internacional como uma prática corriqueira entre os moradores de Rondônia.

Em algumas ocasiões, tive a oportunidade de retomar o contato e prosseguir a conversa com mais privacidade e tranquilidade. Sendo conhecido de antemão meu interesse, eu iniciava a conversa pedindo que a pessoa me contasse sua história. Nessas ocasiões, a metodologia se aproximou à da História Oral (THOMPSON, 1992; MEIHY, 1996, 2004; THOMSON, 2002; GUIMARÃES NETO, 2002; SILVA, 2007; MENEZES; SILVA, 2007; TEZZARI, 2010), com entrevistas em profundidade, iniciadas por um pedido de que me contassem suas histórias de vida. Suas narrativas se mostraram reveladoras de tramas existenciais e de vivências (SANTOS, 2014, p. 46), muito além daquele tema que inicialmente havia me levado até elas.

A maior parte das entrevistas foi realizada nos períodos de julho de 2011, dezembro de 2011/janeiro de 2012, abril/agosto de 2012 e novembro de 2012/fevereiro de 2013. Nestas ocasiões, a pesquisa se deu principalmente em Ji-Paraná e localidades vizinhas¹², dadas a existência de relações previamente estabelecidas, o que facilitou o contato inicial com alguns dos meus interlocutores, bem como a logística local de transporte e hospedagem. Contatos de Ji-Paraná também foram a referência inicial para minha estadia em Framingham, na região metropolitana de Boston, e na litorânea Gloucester, estado de Massachusetts, nos Estados Unidos, onde estive entre outubro e novembro de 2012¹³.

Se em Rondônia as conversas revelaram a multiplicidade de destinos, tomando Ji-Paraná como ponto de saída para Espanha, Portugal, Itália, Estados Unidos, Japão, Itália, Irlanda e Canadá, no caso dos Estados Unidos a situação foi inversa: o destino era compartilhado e as origens, variadas. Lá, além de pessoas de Ji-Paraná, conheci ex-moradores de Ouro Preto do Oeste, Machadinho do Oeste, Buritis, Colorado do Oeste, Novo Horizonte do Oeste, Mirante da Serra, Vilhena e Presidente Médici. Em ambas situações, encontrei uma composição variada dos itinerários, não sendo incomum trajetórias individuais marcadas pela passagem por mais de um país, como Japão e Estados Unidos, ou Japão e Espanha, Portugal e Estados Unidos, ou ainda Espanha, Portugal e Estados Unidos. Aqueles que passaram pela Europa quase

¹² Algumas das conversas se deram em Ouro Preto do Oeste e outras em assentamentos do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Nova União, Mirante da Serra e Presidente Médici.

¹³ No projeto original, havia a proposta de também visitar localidades na Espanha e em Portugal, onde já tinha contatado conhecidos para me receber. No decorrer da pesquisa, entretanto, estes planos não se viabilizaram.

sempre relataram ter feito rápidas incursões de trabalho em outros países, como Áustria, França e Inglaterra.

Ao todo, entrevistei sessenta e quatro pessoas em mais de oitenta encontros com esta finalidade, sendo que quarenta e nove delas (vinte e duas mulheres e vinte e sete homens) são ou foram “rondonienses ausentes” em determinado(s) momento(s) de sua vida, somando quem continua fora do país e quem já voltou. Entre aqueles com passagem pelos Estados Unidos, vinte e três viviam em Massachusetts quando foram entrevistados, sendo nove mulheres.

Três momentos revelaram-se particularmente oportunos para a pesquisa, caracterizando-se como conversas coletivas, destoando das demais, que em geral foram individuais ou contaram com algum familiar ou amigo presente e renderam uma perspectiva comparada entre as diferentes experiências sobre a vida em espaços comuns de moradia e trabalho em Framingham e em Barcelona.

Além das pessoas me situarem facilmente em sua rede de relações, dada minha proximidade com o campo, as situações de entrevistas se caracterizaram por uma diferença crucial entre eu e meus interlocutores. Para mim, sair de Campinas, ir para Ji-Paraná, ir para Framingham (EUA), pretender ir a Barcelona ou a Faro (PT) para ouvir suas histórias implicava uma possibilidade de trânsito vetada a quem se encontrava em situação migratória irregular, como a maior parte deles.

Jairo, na carona para o aeroporto de Boston, em minha volta ao Brasil, disse que já havia percorrido tantas vezes aquele trajeto levando conhecidos que os visitava e não via a hora de fazê-lo a caminho de sua própria viagem, mas ele não se arriscaria a sair sem documento. Enquanto eu podia circular, visitando-os, levando e devolvendo notícias e presentes, eles estavam “presos” ali. Apesar desta diferença, Cowboy de Rondônia aproximou nossos objetivos: “da mesma forma que você veio aqui buscar seu diploma, eu vim buscar o meu diploma de rodeio”¹⁴. Sobre essa dinâmica migratória Bhabha acentua que,

A demografia do novo internacionalismo é a história da migração póscolonial, as narrativas da diáspora cultural e política, os grandes deslocamentos sociais de comunidades camponesas e aborígenes, as poéticas do exílio, a prosa austera dos refugiados políticos e econômicos (BHABHA, 2001, p. 24).

Os filmes “Fronteira das Almas” e “Carta-Azulejo”, destacados na introdução desta tese são parte daquilo que tenho denominado de “poéticas da migração”:

¹⁴ Entrevista com Cowboy de Rondônia. Somerville, 17 de outubro de 2012.

um diversificado repertório cultural composto por filmes, fotografias, músicas, poesias, cartas, anúncios e notícias em jornais e revistas e narrativas orais a respeito de experiências de mobilidade em Rondônia. Considerando o forte conteúdo ideológico que perpassa os movimentos migratórios (SILVA, 2007, p. 63), sugiro que estas poéticas expressam a emergência e a circulação de um discurso público acerca da migração.

Partindo do Estado e também das pessoas engendradas nestes movimentos, podem ser pensadas como linguagens específicas que conferem existência e concretude a uma região em construção (MAIA, 2010, p. 622), na qual os deslocamentos espaciais tem papel decisivo. Tais poéticas compõem um imaginário social que pelo menos há cinquenta anos projeta Rondônia como uma “terra de migrante” (SOUZA, 2011, p. 32), seja ao legitimar e atualizar o mito do eldorado rondoniense, seja ao apontar suas fissuras, denunciando sua falência, como discutirei no próximo capítulo.

A centralidade que algumas destas poéticas adquirem no presente texto reforça o olhar desta pesquisa sobre a produção de subjetividades, sem perder de vista os aspectos estruturais que desencadeiam e ordenam as migrações em que estão inseridos.

O arquivo do Centro de Pastoral dos Migrantes – CEPAMI, e os acervos digitais dos jornais Folha de São Paulo e ‘O Estado de São Paulo’ e da Revista Veja, forneceram boa parte das fontes documentais aqui mencionadas relativas ao período da colonização, localizadas também na sede do INCRA de Ji-Paraná e com pesquisadores que também se dedicam ao tema da ocupação de Rondônia, que generosamente compartilharam comigo relatórios do INCRA, do Ministério do Interior (MINTER) e de órgãos estaduais.

Ainda na década de 80, George Martine et al. (1984) já haviam alertado para o papel da informação jornalística como fonte privilegiada para acompanhar as migrações, por seu dinamismo e contemporaneidade (MARTINE; NEIVA; MACEDO, 1984, p. 1464). Na ausência de etnografias, as matérias e reportagens especiais sobre Rondônia, nacionais e internacionais, garantiram o registro de fragmentos das histórias de quem chegava em Rondônia.

Foi como repórter fotográfico a serviço da Revista Veja, nos anos 70, que Marcos Santilli iniciou uma série de registros sobre a “epopeia de Rondônia” 56. Santilli é o autor da fotografia que abre este texto e seu precioso trabalho ocupa lugar central em uma iconografia 57 da “marcha para Rondônia”, ao lado das já citadas matérias jornalísticas, de peças de propaganda oficial, como os Cine-Jornais da Agência

Nacional e os anúncios governamentais durante a ditadura, além do “Fronteira das Almas” e velhos recortes de jornal, cartas, fotos e relíquias guardadas das viagens reunidas em arquivos pessoais. Neste conjunto, vale destacar os exemplares do informativo “O Migrante” já mencionado anteriormente, onde localizei inúmeras matérias sobre Rondônia. Nas suas páginas, estão registrados os festivais culturais da Pastoral dos Migrantes realizados nos anos 1980 e 1990, que fomentaram a produção de músicas e poesia sobre o tema, algumas das quais são destacadas neste texto.

Ao longo da pesquisa deparei-me também com poéticas produzidas a partir dos deslocamentos internacionais, dentre as quais “Carta-Azulejo” é um belo exemplo. O Cowboy de Rondônia, também referido anteriormente, me presenteou, literalmente, com farto material sobre os rondonienses ausentes em seus CDs e DVDs, com destaque para os versos de “Poema ao Pai” e “Travessia do México”. Parte da análise das poéticas mapeadas durante a pesquisa não foi incorporada à tese por se afastar do seu desenho final e deverão ser retomadas em textos futuros. Aqui, imagens, palavras e sons serão referidos como indícios que traduzem a experiência migratória e ajudam a compreender os sentidos a ela atribuída.

DE FRONTEIRA DAS ALMAS À CARTA-AZULEJO

Ainda que originalmente eu pretendesse concentrar as conversas em torno das experiências¹⁵ fora do Brasil, com frequência me deparei com relatos que aproximavam os deslocamentos espaciais internos dos internacionais. Foi o caso de dona Iracema¹⁶, senhora pernambucana que mora em Ji-Paraná há mais de quarenta anos e já teve cinco dos dez filhos, mais alguns netos, além do marido, seu Timóteo, morando em Framingham (Massachusetts – EUA).

De acordo com nossas pesquisas de campo, a primeira “saída” de Timóteo aconteceu no início da década de 1950 para trabalhar em São Paulo, onde foi

¹⁵ O tratamento das histórias dos interlocutores desta pesquisa orienta-se pelo uso do conceito de experiência em Edward P. Thompson (1981), centrado nas formas pelas quais os homens e mulheres “experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ esta experiência em sua consciência e sua cultura... das mais complexas maneiras” (THOMPSON, 1981, p. 182). Nesta elaboração, Thompson ressalta a diversidade dos modos pelos quais os sujeitos históricos apropriam-se subjetivamente das situações vivenciadas.

¹⁶ Entrevistei Iracema em 1º de agosto de 2011, em sua casa, em Ji-Paraná e nos encontramos casualmente em outras ocasiões. Além dela, tive a oportunidade de conversar com Madalena, uma filha que voltou de Framingham e vive em Ji-Paraná, e com Priscila, que continua nos Estados Unidos, indocumentada. Com exceção de Cowboy de Rondônia, nome artístico de um dos meus interlocutores, todos os demais nomes são fictícios.

motorista de ônibus. Depois de algum tempo, ele voltou a Pernambuco e logo em seguida se casou com Iracema. Filhos de agricultores, ele, do “alto da serra”, ela, do “pé da serra”, passaram a morar no pequeno sítio da família dela até decidirem contornar a “contradição” da seca, mudando-se para São Paulo. “Barriga verde”, sem nunca ter migrado, Iracema confiou no conhecimento que Timóteo tinha de São Paulo, que dizia que “lá era diferente, não tinha essas dificuldades todas.” No meio da estrada, souberam que “estava abrindo Brasília” e alteraram o rumo da viagem. Acabaram indo para o interior de Goiás, lugar mais adequado para uma família do que a nova capital, “lugar de homem sozinho”.

Mais tarde, o “boato de Rondônia” levaria a família à então Vila Rondônia, antigo nome de Ji-Paraná, em 1974, história contada em detalhes mais à frente. Depois de ocupar e “amansar” uma marcação, Timóteo descobriu que a terra tinha dono e, apesar do proprietário aceitar a permanência de sua família, preferiu sair dali, montando uma “casa na rua” para que os filhos estudassem, ao mesmo tempo em que “tocava” uma chácara próxima à cidade. Em 1997, Nilson, filho do casal, decidiu “fazer a América”, sendo uma “pessoa que naqueles tempos foi o primeiro” do bairro Jardim dos Migrantes em Framingham, onde foi acolhido pelo ex-diretor da escola pública em que estudava. Depois dele, mais quatro irmãos, três sobrinhos e o próprio pai seguiram seus passos. Muito “dado à aventura”, Timóteo voltou para Ji-Paraná depois de três temporadas de trabalho fora, onde fez “seu troquinho rapando gelo” e não pretende retornar a trabalho para os Estados Unidos. Lá continuam vivendo dois filhos, netos e bisnetos, alguns dos quais não têm qualquer expectativa de retornar ao Brasil, a não ser para visitar a família.

Logo no começo de nossa conversa, ao me explicar a trajetória¹⁷ de sua família, contando a história de Nilson, Dona Iracema encaixou o movimento do filho na mesma lógica da caminhada iniciada na década de 1950, que os conduziu de Pernambuco para Goiás e depois para Rondônia.

Pois é, minha filha! Trazendo os iludidos e levando embora aqueles que chegaram... Quando Nilson foi... Também foi a minha razão de vir do Nordeste pra cá. Não foi por sonhadora, bem dizer assim, de ser rica, essas coisas... É a vida que oferece. Hoje existe muita dificuldade, como antes também sempre existiu. [Entrevista com Dona Iracema. Ji-Paraná, 1 de agosto de 2011].

¹⁷ A noção utilizada aqui remete à reflexão de Pierre Bourdieu (1989), para quem a trajetória é uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente – ou mesmo grupo – em um espaço, ele mesmo submetido a transformações incessantes.

As dificuldades que sempre existiram, bem como as oportunidades e as “viragens” que a vida oferece, engajaram pelo menos três gerações de sua família em deslocamentos de longa distância. Além das motivações em comum, algo mais conecta estas experiências de deslocamento espacial separadas por décadas, em contextos bastante diferenciados. Bastante recorrente nas narrativas relacionadas à ocupação recente de Rondônia, a noção de “pioneirismo” (CORDEIRO, 2015, p. 7), relacionada aos que chegam primeiro, aqueles que se dispõem a construir o novo em um lugar diferente, como fizeram Timóteo e Iracema em Goiás e depois em Rondônia, foi estendida ao movimento inaugural de Nilson rumo aos Estados Unidos. O fato de Nilson “sair chucro de tudo, sem saber falar inglês, sem saber coisa nenhuma” só reforçava a coragem e o espírito pioneiro do filho, que “amansou” a América para que seus parentes e amigos o acompanhassem depois.

Assim como na história de Iracema, para os interlocutores desta pesquisa, “tentar algo melhor” em lugares distantes, noção que se desdobra em muitos sentidos (MACIEL, 2013), como se verá, longe de ser uma “ação surrealista” (SOARES, 2003, p. 257), é uma prática inscrita em experiências familiares que perpassam diferentes gerações, dado o processo de ocupação recente desta localidade amazônica, centrado em políticas de atração populacional conduzidas pelo Estado. Esta familiaridade com processos de mobilidade espacial e a habilidade de “imaginar outros lugares e vidas” (SALAZAR, 2011, p. 577), constituem os elementos centrais das histórias que ouvi. Vem daí a opção em iniciar este texto com os versos de Gilson Santos, participante do Encontro de Canção Nativa realizado em Ji-Paraná, em 1985, com a composição “Migrante, sou mais um”.

“Entrar na roda” fala deste modo de encarar as “saídas”, expressão pela qual muitos se referem aos deslocamentos, sejam eles internos ou internacionais, como algo “pensável, praticável e desejável” (TOGNI, 2014, p. 108). Não foram poucos os que afirmaram ter decidido “ir embora” de repente, ao receber o convite de algum conhecido, para em seguida afirmarem que a “vontade já existia”. O convite para “entrar na roda” remete a estratégias individuais e familiares acionadas não apenas em situações-limite, mas consideradas cotidianamente, estando presentes no repertório e no horizonte de ação de grupos sociais que se deslocaram para Rondônia (HEREDIA et al., 2011, p. 171).

A multiplicação dos “espaços de migração” (BAENINGER, 2011, p. 33), incorporando diferentes arranjos migratórios e a articulação de diferentes espaços, utilizados como recursos (BAENINGER, 2013, p. 15) constitui parte deste conjunto de estratégias que refletem sobre o cotidiano de um lugar produzido por relações sociais atravessadas por experiências de mobilidade, articuladas em diferentes escalas

de tempo e de espaço, que tem por efeito a produção de territórios (FLORES, 2010, p. 7; NOGUEIRA, 2010, p. 245) que apesar da ausência, ou melhor, na ausência, são transformados em lugares de vida e de memória (GODOI, 1999), enfim, territórios afetivos como ocorre em “Fronteiras das Almas”.

Parece que a gente vive numa cadeia, viu? Uma cadeia de ferro que a gente não escapa. O governo chama, a gente vai. Derruba mata, briga com os índios. Enfrenta a saúde, enfrenta as doenças. Morre mulher, morrem os filhos. Amansa a terra e depois de tudo pronto, Vem o grandão e toma tudo. O governo bota a gente pra mais longe. A gente vai. E vai os filhos, e vai os netos... Andando, andando, andando (Genésio, personagem de “Fronteira das Almas”)¹⁸.

Em “Fronteira das Almas”, um premiado longa metragem filmado em Ji-Paraná, no interior rondoniense, em 1986, o cineasta cearense Hermano Penna retrata a saga de dois irmãos que percorrem caminhos distintos em busca de terra na Amazônia: Cassiano é assentado em um projeto de colonização em Rondônia e Tião junta-se a um acampamento sem-terra em uma fazenda no sul do Pará. Enquanto Cassiano enfrenta a malária, a floresta, os índios, a burocracia do Estado e do banco para viabilizar a produção em seu lote, Tião e seus companheiros de luta encaram um pesado conflito armado, marcado por confrontos com pistoleiros a serviço do proprietário da área ocupada. Apesar dos esforços empreendidos pelas duas famílias para se manterem na terra, ambas acabam sendo expulsas. Cassiano, endividado com os empréstimos bancários, vende seu lote e segue para a cidade. Tião, após um violento ataque dos jagunços que resultou em mortos entre os acampados, parte em busca de um novo lugar. O filme encerra-se com o encontro dos dois irmãos em uma estrada empoeirada. Em marcha, passam um pelo outro quase desapercebidos, como se a dura experiência amazônica os tornasse irreconhecíveis.

O também premiado¹⁹ “Carta-Azulejo” (2008), o húngaro Gergö Somogyvári apresenta o relato autobiográfico de Nober Sanders, um jiparanaense radicado em Portugal, cuja filha portuguesa selou um vínculo definitivo com o país que o acolheu. Antes de alcançar os festivais de cinema, o curta-metragem foi pensado como uma mensagem íntima dirigida à família de Sanders, que continua morando em Ji-Paraná²⁰. Numa tentativa de se reaproximar deles, Nober exhibe cenas do seu

¹⁸ *Fronteira das Almas* é um longa-metragem lançado em 1987, foi premiado no III Rio Cine Festival (melhor filme e melhor direção) e no XX Festival de Brasília (melhor atriz coadjuvante e prêmio especial do júri).

¹⁹ *Carta-Azulejo* venceu na categoria “Golden Deer Award” do Dialéktus European Documentary and Anthropological Film Festival 2009, realizado em Budapeste, Hungria

²⁰ Por correio eletrônico, Nober Sanders me explicou como “*Carta-Azulejo*” caiu em circulação pública: “*Bom, primeiro, falando um bocadinho sobre o filme, ele nem era para ter passado em Ji-Paraná. Mandei o filme para*

cotidiano como pintor de azulejos portugueses em Lisboa, local onde vivia há quase dez anos, quando seu relato foi gravado. A dureza da jornada laboral materializa-se nos dez quilos de massa muscular que ganhou em dois meses de trabalho na construção civil sob o comando de um conterrâneo. As imagens de Lisboa são narradas pelas lembranças de sua infância e juventude em Rondônia, como o gado ao redor da casa de seus pais ou a atmosfera esfumaçada, com o Sol vermelho alaranjado no tempo das queimadas.

A narrativa do filme é construída quase como um acerto de contas com a família, em que Nober expõe suas angústias pela longa ausência de casa e tenta justificar seu desterro, afirmando que pela primeira vez está construindo seu próprio caminho, por si mesmo.

Lançados com um intervalo de vinte e dois anos de distância entre si, “Fronteira das Almas” e “Carta-Azulejo” registram, esteticamente, processos sociais vinculados a duas modalidades de deslocamentos populacionais que se deram em Rondônia em diferentes momentos históricos. A primeira, quando centenas de milhares de pessoas, majoritariamente de origem rural, dirigiram-se para aquela unidade federativa entre a década de 1960 até meados da década de 1980, durante “a experiência mais recente de colonização massiva” então realizada no Brasil (MARTINE, 1978, p. 74), conduzida prioritariamente pelo Estado, em plena ditadura civil-militar.

Um levantamento recente indica que entre 1970 e 2010, foram criados cento e setenta e cinco assentamentos rurais, destinados a 35.712 famílias em Rondônia (SILVA, 2015). Donald Sawyer (1984) descreveu os fluxos migratórios do período da colonização como “frentes camponesas”, constituídas principalmente por posseiros, colonos, pequenos proprietários, agregados e parceiros, ressaltando sua pluralidade em termos econômicos e sociais, bem como seu relacionamento com a terra e o mercado (SAWYER, 1984, p. 19).

Intensificada no final dos anos 1990, a modalidade de deslocamentos populacionais tematizada em “Carta-Azulejo” refere-se à saída de moradores de Rondônia para outros países, notadamente Espanha, Portugal, Estados Unidos e Japão, o que a tornou segundo estado brasileiro com maior proporção de emigrantes no exterior, tendência captada pelo Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010. Embora em quantidade absoluta não alcance 2% do total da saída de brasileiros para o exterior, a “ausência” dos rondonienses tem significativo impacto local.

a minha família porque era essa a ideia. Depois fuga de informação e, pimba! Já estava o filme a passar em festival por aí sem que nem eu nem o director soubéssemos de coisa alguma”. Mensagem recebida em 19 de novembro de 2013.

Em quase todos os municípios do estado, as taxas de emigração internacional e de imigração internacional de retorno são superiores à média do país. Em alguns municípios, a diferença em relação à média nacional é cerca de sete vezes maior. Nas poucas pesquisas realizadas até agora (KLUG, 2007; 2001; GIBSON, 2010; 2012; SILVA; FERNANDES, 2014; SILVA, 2015), estes deslocamentos são descritos como predominantemente indocumentados e com origem em camadas populares, inclusive rural, conforme apontou Maxine Margolis (2013), ao avaliar a presença de brasileiros “amazônicos” nos Estados Unidos:

Por fim, temos os imigrantes mais recentes provenientes de regiões remotas do oeste da Amazônia brasileira, ou seja, dos estados de Rondônia e do Acre, que aparentam ter origem muito mais humilde e bem menos instrução do que seus compatriotas pioneiros vindos de outras áreas do país. A maior parte concluiu o primário, mas não o ensino médio e trabalhara no Brasil em ocupações que não exigiam qualificação, como, por exemplo, motorista de caminhão, caixa de supermercado e frentista de postos de gasolina; outros eram pequenos proprietários de terra, onde criavam gado. (MARGOLIS, 2013).

No período de 1970 a 1980, a microrregião de Ji-Paraná (Mapa 1) foi a que mais concentrou a chegada de novos migrantes vindos principalmente do Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Mato Grosso, recebendo cerca de 32,5% do total (CUNHA; BAENINGER, 1999, p. 2). Composta pelos municípios de Governador Jorge Teixeira, Jaru, Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Teixeirópolis, Theobroma, Urupá, Vale do Paraíso e Ji-Paraná, esta microrregião coincide, quase em sua totalidade, com a área originalmente destinada ao Projeto Integrado de Colonização Ouro Preto (PIC Ouro Preto), o primeiro projeto de colonização executado pelo INCRA em Rondônia, e mais tarde desmembrado no PIC Adolpho Rohl.

A partir da década de 1990, a microrregião de Ji-Paraná tornou-se um dos principais pontos de saída de “rondonienses” para o exterior, respondendo por mais de 43% dos emigrantes internacionais do estado, sendo que quase 15% partiram deste município, onde predominam as partidas para Espanha e o retorno de Portugal e dos Estados Unidos (IBGE, 2010). Ao tomarem Ji-Paraná como locação cenográfica para a fictícia Machado, de “Fronteira das Almas”, ou como destinatária de uma “Carta-Azulejo”, os dois filmes não apenas situam o lugar onde boa parte desta pesquisa foi desenvolvida como também delineiam o seu assunto: a transformação de uma área de expansão de fronteira na Amazônia brasileira em um significativo foco de emigração internacional, examinada a partir das “experiências de pessoas que têm sua trajetória de vida marcada por mobilidades” (MENEZES, 2012, p. 25).

RONDONIENSE AUSENTE?

Se fossem inscritos em um mapa, os itinerários dos homens e das mulheres que se tornaram interlocutores desta pesquisa e os de seus familiares apontariam para inúmeras direções e sentidos, traçando diferentes percursos que atravessam o Brasil e ultrapassam as fronteiras nacionais, alcançando Espanha, Portugal, Estados Unidos e Japão, entre outros países. Para a maior parte deles, a mudança para Rondônia consistiu em mais uma etapa migratória de uma sequência que poderia alcançar até oito deslocamentos, evidenciando uma “longa caminhada em busca de terras” (MONTE-MOR, 1980, p. 103) e de oportunidades. Enquanto seus pais ou avós “cortaram o trecho”²¹, hoje os rondonienses “se perdem no mundo”²². Quando lidas a partir da chave analítica de Abdelmalek Sayad (1998), para quem a migração é um fato social total e que ao falar dela fala-se da “sociedade como um todo” (SAYAD, 1998, p. 16), suas trajetórias descortinam fragmentos de uma história social do Brasil marcada por maciços deslocamentos internos (MENEZES; GONÇALVES, 1986, p. 27), aos quais somam-se os internacionais.

Ao longo dessa pesquisa, conversei com pessoas cujas famílias estabeleceram-se em Rondônia décadas atrás²³, permanecendo ali, ao contrário de outras para as quais a viagem até lá consistiu em mais um ponto de passagem antes de seguirem em direção a outras fronteiras agrícolas, como o sul do Amazonas e Roraima, ou

²¹ “Cortar trecho” e “fazer trecho” foram expressões utilizadas pelos interlocutores desta pesquisa para se referir a práticas sociais marcadas por itinerâncias espaciais vinculadas à mobilidade do trabalho. André Dumans Guedes (2011) discute as noções correntes sobre o termo e alarga seu entendimento para além da questão do trabalho, implicando na socialização em um espaço que encerra promessas de liberdade e autonomia (GUEDES, 2011, p. 181), no qual a circulação é um fim em si mesmo. O tema também foi tratado por Leandro Cerutti (2004), em sua dissertação de mestrado sobre trabalho temporário no Mato Grosso.

²² A comunidade Jipas perdidos no mundo, criada na extinta rede virtual Orkut, foi bastante popular entre os jiparanaenses que viviam em Portugal e na Espanha ou que retornaram destes países, sendo mencionada em diferentes entrevistas como um canal de circulação de fofocas sobre a vida de quem vivia lá. Dotada do sentido literal (cf. Dicionário Aurélio: “o globo terrestre; qualquer espaço na Terra”), a expressão também se aproxima das discussões a respeito do “andar pelo mundo”, analisado por Marilda Menezes, referente a “procurar trabalho em lugares distantes de sua terra natal, ou em outros termos, migrar” (MENEZES, 2002, p. 85). No mesmo sentido, Verena Sevá Nogueira (2010; 2011) discutiu o “sair pelo mundo” como deslocamento geográfico para “viver e/ou trabalhar em outro lugar, fora da terra de origem” (NOGUEIRA, 2011, p. 202), sendo o “mundo” concebido como “um espaço a ser conquistado”, tal como Klass Woortmann (2009), “espaço simbólico da liberdade” (NOGUEIRA, 2010, p. 43 e p. 104). André Dumans Guedes, por sua vez, discute as implicações de “abrir no mundo”, entendida como prática privilegiada de aprendizado sobre a vida a partir da distância de casa (GUEDES, 2012). Antes destes, Russel Parry Scott, ao discutir as migrações de camponeses nordestinos, destacou o “meio do mundo” em oposição ao “cativoiro” dos engenhos, relacionando-o, em alguns casos, à perda definitiva da força de trabalho familiar para áreas mais dinâmicas economicamente (SCOTT, 2009).

²³ Dona Elisa foi a única entrevistada que chegou em Rondônia na década de 1950. Nascida em um seringal que atualmente situa-se no Acre, ela vivia em Manaus antes do padrao se mudar para Vila Rondônia, antiga denominação de Ji-Paraná, para trabalhar na extração de látex.

mesmo uma experiência limite que definiu o retorno para seus locais de origem ou de residência anterior. Imbuídos da intenção de “tentar algo melhor”, noção que detalharei mais à frente, ir para outro país – e até mesmo para mais de um país, cruzando continentes – constituiu-se em um caminho possível em determinado(s) momento(s) de suas vidas ou de seus familiares.

A crise financeira internacional de 2008 antecipou e intensificou a volta de muitos deles, mas não interrompeu os movimentos em direção ao exterior, especialmente para os Estados Unidos e para Europa, com destaque para Espanha e Portugal. Há quem esteja se preparando para uma nova viagem, ansiosos para “pocar²⁴ fora desse lugar” e quem jure não tirar os pés do Brasil novamente. Outros têm partido ao encontro de amigos e parentes que permanecem no exterior, seja para passear, seja para se juntar a eles. Entre os que ainda vivem fora do país, instalados definitivamente ou aspirando um retorno continuamente adiado, Rondônia continua sendo um lugar de referência ao abrigar seus familiares e amigos, suas lembranças e também seus investimentos. Sem qualquer pretensão de atribuir uma identidade regional²⁵ aos moradores de Rondônia, o uso que faço aqui do termo “rondoniense” remete a uma expressão de Cowboy de Rondônia, um locutor berranteiro que mora em Somerville²⁶. Nascido no estado de Espírito Santo e criado em Rondônia, ele se apresentou como a pessoa certa para ser entrevistada quando expliquei meu interesse em conhecer histórias de rondonienses que viviam em outros países:

Eu sou o cara certo pra essa sua pesquisa! Eu tô aqui participando de uma entrevista com a nossa amiga Renata, que veio de Rondônia, de Ji-Paraná! É um prazer muito grande tá participando dessa entrevista com você. Eu sou um imigrante, um batalhador! Há doze

²⁴ Pocar tem o sentido de sair, “vazar”, ir embora.

²⁵ A tese de Valdir Aparecido de Souza (2011) apresenta uma discussão sobre identidade regional em Rondônia, pensando-a como um “caldeirão cultural”, diante da sua diversidade. Para o autor, o estado é uma “fronteira multicultural” (SOUZA, 2011, p. 36) constituída por contribuições de pessoas de diferentes partes do país e marcada pela invisibilidade da presença indígena, ribeirinha e quilombola.

²⁶ Cheguei até Cowboy de Rondônia por indicação de Gabriela, entrevistada por mim em Ji-Paraná, depois que voltou de Portugal. Ela havia conhecido um parente de Cowboy quando morava em Albufeira e na época já corria a notícia de que um rondoniense fazia sucesso como radialista nos Estados Unidos. Com orgulho, recomendou: “Se você for até lá, não pode deixar de falar com o Cowboy!” Meses mais tarde, em Framingham, citei seu nome durante o “vatapá” organizado pelos meus anfitriões, ao me perguntaram como conduziria a pesquisa e quem eu pretendia entrevistar. Coincidência ou não, “, uma das convidadas, conheceu Cowboy ao anunciar seus serviços como instrutora de Pilates no programa de rádio dele. Prontamente, fez um telefonema e nos colocou em contato, agendando uma conversa. O encontro foi realizado em um dos escritórios do Brazilian Times, jornal brasileiro que circula em Massachusetts, no dia 17 de outubro de 2012. No local, também funciona a rádio e televisão online Radio BTTv vinculadas ao jornal, onde ele apresenta o programa “100% Caipira”, de segunda à sexta, por duas horas. Cowboy entraria no ar logo depois da nossa conversa. Encerrada a entrevista, fui convidada a participar do seu programa, sendo entrevistada por ele. Prosseguimos a conversa dois dias depois, quando aprofundamos alguns pontos de sua trajetória pela Europa, antes de se mudar para os Estados Unidos.

anos eu saí do Brasil, saí de Ouro Preto do Oeste, e fui tentar a vida na Europa. Morei na Espanha, morei em Portugal, já estive na França, já estive na Inglaterra e tinha um sonho de vir pros Estados Unidos gravar um CD no toque do berrante e, graças a Deus, esse sonho deu tudo certo”(Entrevista com Cowboy de Rondônia. Somerville, 17 de outubro de 2012).

Durante a entrevista, fui presenteada com uma série de CDs e DVDs com suas apresentações, um deles com o registro de uma festa que Cowboy promove anualmente, desde 2006: o “Rondoniense Ausente”²⁷, cujo público-alvo é a comunidade brasileira que vive na região metropolitana de Boston e se identifica com o repertório cultural sertanejo, bastante popular no estado²⁸. Pedi que ele explicasse mais sobre a festa:

Eu defendo Rondônia com unhas e dentes. Onde eu passo eu carrego Rondônia. Inclusive esse DVD que você está levando é o sexto Rondoniense Ausente que eu faço aqui nos Estados Unidos. Eu faço sempre junto com o Capixaba Ausente. Como eu nasci no Espírito Santo eu não posso desfazer do meu estado, mas tudo que eu sei fazer hoje eu aprendi em Rondônia. Em rodeio, essas coisas, eu aprendi em Rondônia. Eu carrego o nome de Rondônia, mas queira ou não queira eu sou capixaba. Nos meus documentos, tá como capixaba, mas a minha vida, a minha alma é de Rondônia. As pessoas que eu quero bem, a minha família... Tá tudo em Rondônia (Entrevista com Cowboy de Rondônia, em Somerville, em 17 de outubro de 2012).

Para Cowboy, “carregar” Rondônia em seu nome artístico e na festa que produz é uma expressão do vínculo de pertencimento com o lugar em que cresceu e onde situa as vivências que considera significativas. Foi lá que ele conheceu e aprendeu a tocar berrante e hoje sua vida gira em torno do que alcançou com o instrumento: as viagens, o sonho realizado, o trabalho, o dinheiro que sustenta seu filho no Brasil,

²⁷ Paula Christofolletti Togni menciona a existência de comunidades em redes sociais intituladas “Mantenenses Ausentes” (TOGNI, 2014, p. 170) em sua tese sobre jovens de Mantena, Minas Gerais, no Cacém, bairro de Lisboa.

²⁸ A pesquisa de Reijane Pinheiro da Silva discute aspectos da identidade regional entre goianos na Irlanda. A autora destaca que as recorrentes “representações de estado rural, caipira, sertanejo e mais recentemente country constituem-se fundamentais para que o lugar de origem dos imigrantes seja situado e para que se compreendam os traços principais do jeito de ser comum a esse grupo” (SILVA, 2011, p. 19). Em Rondônia, a identificação com o rural e o country também é algo marcante. Anos atrás, uma propaganda veiculada pelo governo estadual saudava o “Estado natural da pecuária”, celebrando os crescentes índices de produtividade do rebanho bovino, o que seria uma confirmação da vocação agropecuária que orientou as escolhas da organização produtiva desde os tempos da colonização. Em muitos municípios, as festas e feiras agropecuárias (Exposições, Agrishows, entre outros), com cavalgadas, shows (em geral, únicas oportunidades para assistir artistas de fora), leilões de animais, exposição de produtos e maquinários, bailões e rodeios, são consideradas o ponto alto da vida social e costumam acontecer no período entre junho a agosto, quando muitos ausentes (espalhados pelo país e fora dele) retornam para visitas familiares.

a fama que o envaidece. Embora afirme o indelével laço com o Espírito Santo, é em Rondônia que estão seus familiares, seus amigos e a vida que conheceu até sair do país. Como ele, a maior parte das pessoas com as quais conversei durante a pesquisa não nasceu em Rondônia, mas se considera rondoniense. Não foram poucas as entrevistas iniciadas com alguma variação da frase de Raí, um empresário em Framingham: “Eu nasci no Paraná mas fui criado em Rondônia desde os dois anos de idade. Quer dizer: Paraná, eu nem conheço! Eu nasci lá mas fui criado em Rondônia”²⁹.

Este sentimento de pertença é dado por laços afetivos construídos pela convivência em um lugar que os acolheu ou às suas famílias e não implica, necessariamente, em um apagamento das ligações estabelecidas com os locais de nascimento ou por onde tenham passado antes, nem em uma lealdade automática ao novo local de residência e tampouco a fixação territorial, como bem observou Manuela Cordeiro:

O sofrimento que as famílias passaram no início da colonização é visto como motivo de orgulho, transmutando-se em razão para se considerar “vencedor”. A formulação sobre o “tempo de Rondônia” trata-se de um espaço temporal de permanência neste estado que permite que se autodefinam como rondonienses. Isto será confrontado com as outras naturalidades que assumem, principalmente aquela de origem e a do estado intermediário (geralmente o Paraná), demonstrando que a possível caracterização como rondoniense não fixa as pessoas no território deste estado (CORDEIRO, 2015, p. 12).

Oriundos de diferentes lugares do Brasil, seja em busca de terra, seja em busca de oportunidades de trabalho ou por outros motivos³⁰, o que parece aproximar os rondonienses é a vivência comum de tempos difíceis³¹ em um lugar aparentemente

²⁹ Filho de mãe catarinense e pai paulista, Raí tem quarenta e poucos anos e mudou-se com a família para Rondônia em 1973. Morava em Ouro Preto do Oeste, onde trabalhava em um escritório de contabilidade, área de sua formação. Foi para os Estados Unidos em 2000, com Celina, sua esposa, capixaba cuja família mudou-se para Rondônia em 1976. O casal conseguiu regularizar sua situação migratória em 2005. Raí trabalhou na construção civil, entregou jornais e pães e Celina trabalhou com limpeza doméstica e empresarial e em uma fábrica de roupas. Atualmente, o casal conduz um próspero “business” de serviços de informática no centro comercial de Framingham. Entrevista em 24 de outubro de 2012.

³⁰ Há que se investigar os efeitos do racismo para estes deslocamentos. Em pelo menos três histórias ouvidas durante a pesquisa, a dificuldade da família em aceitar um relacionamento amoroso inter-racial foi o estopim para a mudança para Rondônia, destino para noivos em fuga.

³¹ Janet Carsten (1995) indica o enfrentamento de uma situação de pobreza como algo que faz parte do processo de “tornar-se” um nativo em Langwaki, a ilha na Malásia em que realizou sua pesquisa, caracterizada como local de povoamento recente marcado por uma intensa mobilidade. Discutida mais à frente, a disputada noção em torno do termo “pioneiro” também traz contribuições para o debate acerca da identidade regional, como Manuela Cordeiro (2015) discutiu em sua tese de doutorado.

inóspito³², como era Rondônia para quem vinha de paisagens completamente diferentes da floresta amazônica na época da colonização.

O “tempo do começo” ou o “tempo da chegada”³³, tão citado por meus interlocutores e vivenciado por eles próprios ou conhecido por meio dos relatos de parentes mais velhos, era marcado pela malária, as pragas, a carestia, os atoleiros nas estradas, os blecautes de energia elétrica, os ataques de/aos índios, os conflitos agrários, etc., mas também encerrava esperanças de uma vida melhor sinalizadas em inesperadas manifestações de solidariedade, bastante observado nas pesquisas de campo.

Afirmar que Rondônia segue como referência para essas pessoas, longe de se referir a algo homogêneo ou estável, engloba situações tão diferentes como a apaixonada missão de Cowboy em popularizar Rondônia na “América”, quanto as histórias de Valentina e Lucas, ambos entrevistados por mim em Peabody (EUA)³⁴. De Ouro Preto do Oeste, ela pretendia passar apenas três meses nos Estados Unidos, “mas a vida plantou várias coisas que transformou” seus planos e Valentina completava mais de sete anos fora de casa quando conversamos. Casada, planejava retornar para o Brasil e morar em Minas Gerais, com a família do marido. Seus pais continuavam em Ouro Preto do Oeste e contavam com sua ajuda financeira.

O projeto original de retorno transformou-se ao longo do tempo, reposicionando o lugar de Rondônia em sua vida. Lucas, por sua vez, completou dez anos longe de casa e não via a hora de retornar a Presidente Médici, onde comprou um sítio, o sonho que o levou a sair do Brasil. Grato pelas oportunidades oferecidas pelo país de acolhida, Rondônia era o seu próximo destino³⁵, “se Deus quiser!”, porque

³² Roberto Monte-Mor observou que o planejamento governamental subestimou “a ameaça que a floresta amazônica representava para os colonos, predominantemente vindos do sul do país, ou seja, de contextos urbanorurais radicalmente distintos do meio inóspito encontrado em Rondônia” (MONTE MOR, 1980, p. 167).

³³ Refiro-me aqui à noção de tempo como um marcador da vida social, tal como discutido por Verena Sevá Nogueira ao retomar as reflexões de Nobert Elias. Nesse sentido, o tempo seria “um quadro de referência que organiza os acontecimentos, as fases e os fluxos nos grupos humanos” (NOGUEIRA, 2010, p. 152). A mesma ideia é acionada entre os que emigraram, ao contar sobre as dificuldades do começo da vida fora do Brasil, marcada por dificuldades de adaptação a um local estranho e pelo apoio dos que chegaram primeiro.

³⁴ Valentina, capixaba que vivia em Ouro Preto do Oeste desde 1986, é formada em Administração de Empresas e trabalhava como secretária em uma clínica odontológica antes de ir para Framingham, em 2005. Sua intenção era descansar e aprimorar seu inglês, mas após conhecer seu marido, acabou ficando. Trabalha em uma padaria. Tem uma filha nascida nos Estados Unidos. Nascido em Presidente Médici (RO) em 1984, filho de agricultores capixabas, Lucas trabalhava na propriedade da família. Em 2002, sua viagem aos Estados Unidos foi custeada pelos primos donos do sítio que ele cuidou enquanto estavam em Framingham, onde ele trabalhava como pintor quando o entrevistei. Casou-se lá, onde teve uma filha. Entrevistas realizadas em 14 de outubro de 2012, em Peabody, no salão de festas de uma igreja após uma procissão em celebração ao dia de Nossa Senhora Aparecida.

³⁵ Em diferentes entrevistas, a noção de destino (lugar para o qual os rondonienses se mudaram) incorporou um sentido de providência divina ou de sorte.

ali, “não é minha cultura, cidade, essas coisas... Eu sinto muita falta do sítio, de animais...” Mais do que uma identificação automática com o estado, Lucas quer voltar para a vida no sítio, perto de seus pais. A partir da ideia-força da festa de Cowboy, a “ausência” no estrangeiro ganha relevo na discussão aqui proposta. A centralidade das ausências como objeto da reflexão sociológica em contextos de mobilidade intensa foi destacada por Marilda Menezes (2012, p. 27), ao explorar as reflexões de Abdelmalek Sayad (1998) e José de Souza Martins (1986), destacando a dimensão subjetiva dos deslocamentos dos migrantes internacionais, no caso franco-argelino, e temporários, no caso brasileiro. O eixo argumentativo de Sayad reside na complementaridade paradoxal entre emigração e imigração. Para ele, a ausência no estrangeiro (a emigração) tem tanta relevância epistemológica quanto a presença estrangeira (a imigração) (SAYAD, 2010, 182), a ponto de propor uma “ciência das ausências e dos ausentes” voltada aos efeitos da emigração (Idem, 183).

O autor alerta para o risco de que tanto essa ausência “aqui” como a presença “lá”, a princípio incompletas, parciais, se cumpram integralmente, deixando de ser apenas física e se tornando também moral, em uma ruptura definitiva entre um lugar e outro (Id.,183). A distância não é vivenciada sem dor, como revelado nas confidências de Nober Sanders, em sua “Carta-Azulejo”:

O fato deles estarem lá, envelhecendo, se transformando em outras pessoas, e eu aqui também... Tá passando esse tempo sem contato com eles... É uma coisa irreparável. Já não é nem saudade, é uma preocupação onipresente. Tenho sempre essa preocupação, esse mal-estar... Por mais feliz que você esteja, por melhor que as coisas estejam rolando pra você, você sempre sente esse cano, essa falha na sua vida (Carta-Azulejo, 2009).

Heterogêneas em muitos sentidos, as experiências de vida das pessoas que participaram desta pesquisa encontram seu ponto de contato em frágeis ou estreitas conexões com Rondônia, alvo de investimentos afetivos e financeiros, a despeito da longa distância geográfica imposta pelos deslocamentos internacionais. Este texto, como se verá no próximo capítulo, foi construído por meio das histórias de “quem fica” e “quem espera”, “quem vai embora”, “quem volta” e “quem chega”, categorias³⁶ que explicitam a dupla caracterização da migração como presença lá e ausência aqui, destacada por Sayad (2000, p. 183).

³⁶ Essas distinções, entretanto, não são estáticas. Quem fica pode ir embora, como é frequente nos casos de reagrupamento familiar, assim como quem vai embora também pode voltar e experimentar a espera por alguém que continua ausente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica da fronteira levou até Rondônia uma gente “*dada a andar*”, mesmo que a contragosto. Como já mencionado na Apresentação, não se trata de uma apologia a um suposto nomadismo dos rondonienses. Pelo contrário, a tal “*cadeia de ferro*” a que se refere Genésio, em “*Fronteira das Almas*”, refere-se às condições concretas, históricas, que desencadeiam e enredam as pessoas em seguidas mobilidades espaciais em busca de uma vida melhor.

Quando essas andanças cruzam as fronteiras nacionais, não partem de um vazio, mas sim de trajetórias familiares em que “*sair*” é a regra, e não a exceção. A “*febre internacional*”, ao se disseminar, já havia sido antecedida por experiências de deslocamentos anteriores, inseridos em fluxos migratórios fortemente influenciados e geridos pelo Estado, amplificados ao transitar por extensas redes de parentesco.

O recorte temático desta pesquisa permitiu, ou talvez exigiu, uma aproximação dos olhares sobre as migrações internas e as migrações internacionais, pensadas como um “fenômeno de mobilidade” (FLORES, 2010, p. 7), adotando uma perspectiva que incorpore sua heterogeneidade e as “mudanças no próprio caráter destes deslocamentos” (PISCITELLI et al., 2011, p. 9).

Para além de categorias estáticas de origem e destino, tal abordagem possibilita “captar a diversidade dos movimentos, das trajetórias, as transformações dos espaços, as dinâmicas não só econômicas, mas também sociais, políticas e simbólicas” (MENEZES; GODOI, 2011, p. 12) relacionadas aos processos migratórios, muito bem exemplificado pela a persistência da ideia de Eldorado como força motriz para deslocamentos que tem Rondônia como seu ponto de partida, trânsito ou chegada.

Por fim, a “*roda*” também expressa o caráter dinâmico dos processos aqui tratados. Aquilo que gira também estaciona e pode voltar a mover-se, em diferentes direções e sentidos. Movimentos, trânsitos e paradas constituem mutuamente os deslocamentos: quem fica, quem vai embora, quem chega... estão todos na “*roda*”.

Diante do dinamismo e das constantes transformações do fenômeno migratório em Rondônia, heterogêneo desde o princípio, a pesquisa que originou este texto dedicou-se a conhecer e refletir sobre uma de suas faces contemporâneas: a partida para países ditos de Primeiro Mundo, caracterizada principalmente como migrações de trabalho, e os deslocamentos correlatos, como aqueles motivados pela reunificação familiar.

REFERÊNCIAS

- BAENINGER, R. **Migração, migrações**. Ideias, Campinas, n. 2, p. 31-41, 2011.
- BAENINGER, R. **Migrações internas no Brasil no século 21**: entre o local e o global. Encontro Nacional de Estudos Populacionais 18 (2012).
- BAENINGER, R. Notas acerca das migrações internacionais no século. In: BAENINGER, R. (Org.). **Migrações Internacionais** Volume 9 - Coleção: Por Dentro do Estado de São Paulo. 1. ed. Campinas, SP: NEPO-UNICAMP, 2013. v. 9.
- BAENINGER, R.; CUNHA, J. M. P (coord). **Redistribuição da população e meio ambiente**: São Paulo e Centro Oeste, 4. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 1999.
- BAENINGER, R.; SOUCHAD, S. **Vínculos entre a Migração Internacional e a Migração Interna**: o caso dos bolivianos no Brasil. 30 Abril 2007.
- BEAUD, S; WEBER, F. **Guia para a Pesquisa de Campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2007.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. O senso de honra. In: n: CORRÊA, Mariza (org.). **Textos Didáticos – Três Ensaio sobre a Argélia e um comentário**, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de Campinas, no 16. 1995.
- CHAMBERS, I. **Migrancy, culture, identity**. London/New York: Routledge, 1994.
- CORDEIRO, M. **A Casa a rodar**: Projetos e pioneirismo na Amazônia Ocidental. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.
- CUNHA, S. P. R. **O Xadrez da Terra**. Um Estudo Sobre a Colonização Dirigida em Rondônia. Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA. Ano de Obtenção: 1985.
- CUNHA, S. P. R.; NEVES, A. A experiência de Rondônia em planejamento. **Saber Científico**, v. 1, p. 157-177. Porto Velho: 2008.
- DAL MASO, M. **Política de Colonização e Colonização da Política**. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, 1990.

FERNANDES, D. M.; CASTRO, M. C. G. Migração e Crise: o retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. **REMHU** (Brasília), v. 41, p. 99, 2013.

FLORES, S.M. L. Introducción. IN: FLORES, S.M. L. (org) **Migraciones de trabajo y movilidad territorial**. México: Conacyt e Miguel Ángel Porrúa, 2010.

GARCIA JR., A. R. **O sul: caminho do roçado - estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Brasília: Marco Zero/Universidade de Brasília/CNPq, 1989.

GIBSON, A. M. **Immigrating to New Orleans post-Katrina: an ethnographic study of a Brazilian enclave**. Tese de PhD na School of Liberal Arts of Tulane University. 2010.

GIBSON, A. M. **Rondônia, Brazil to New Orleans, USA: Post-Katrina New Orleans as a Brazilian ‘el dorado’**”. Delaware Review of Latin American Studies. 13(1): 2012.

GODOI, et al. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v.2. São Paulo: Editora UNESP. pp. 245-268. 2009.

GUIMARÃES NETO, R. B. **A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo**. Cuiabá: UNICEN, 2002.

HEREDIA, B; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 25, n. 74, Oct. 2010 .

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <IBGEhttp://www.ibge.gov.br/english/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 12 Fev. 2013

KLUG, C. A emigração clandestina de Novo Horizonte do Oeste (Rondônia) para os EUA. **Revista Multisaberes**, v. I, p. 41-56, 2011.

KLUG, C. **Aspectos educacionais das reconfigurações familiares dos emigrantes clandestinos retornados dos EUA na região da Zona da Mata/RO**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Paraguai: Universidad Tecnológica Intercontinental, 2011.

KLUG, C. Novo Horizonte do Oeste: aspectos migratórios para os Estados Unidos. **Revista Farol** , v. N° V, p. 113-137, 2007.

MACIEL, L. A produção dos espaços rurais no Alto Médio Canindé piauiense: migração e trabalho volante no Brasil contemporâneo. **Trabalho apresentado no CONLAB**, em Lisboa, Portugal: Fev 2015.

MACIEL, L. **O sentido de melhorar de vida**: arranjos familiares na dinâmica das migrações rurais-urbanas em São Carlos-SP. Jundiá, Paco Editorial: 2013.

MAIA, João Marcelo Ehlert. **As ideias que fazem o estado andar**: imaginação espacial, pensamento brasileiro e território no Brasil Central. Dados, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 621-655, 2010.

MARGOLIS, Maxime L. **Goodbye, Brazil**: emigrantes brasileiros no mundo. Tradutora Aurora M. S. Neiva. São Paulo: Contexto, 2013

MARGOLIS, Maxine. **Little Brazil**: imigrantes brasileiros em Nova York. Campinas: Papirus, 1994. MARGOLIS, 2003

MARTINE, G. Migrações internas e alternativas de fixação produtiva: experiências recentes de colonização no Brasil. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1., 1978, Campos do Jordão. **Anais...** Campos do Jordão: ABEP, 1978.

MARTINE, George; NEIVA, I. C.; MACEDO, Marle. Migração, crise e outras agruras. **Trabalho apresentado no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 4, 1984.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MEIHY, J. C. S. B. **O Brasil fora de si**. Experiências de brasileiros em Nova York. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Historia de migrantes**. 1. ed. Sao paulo: Loyola, 1992

MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações e Mobilidades: repensando teorias, tipologias e conceitos. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; Baeninger, Rosana (org). **Migrações**: implicações passadas, presentes e futuras. Marília/São Paulo: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2012.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. In: **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo/ Brasília: UNESP/ NEA, 2009. v.II. p. 269-288.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses migrantes. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; João Pessoa: EDUFPB, 2002.

MENEZES, Marilda Aparecida de; GODOI, E. P. Introdução. In: MENEZES, M.; GODOI, E. P (org). **Mobilidades, redes sociais e trabalho**. São Paulo: Annablume; Brasília: CNP1, 2011.

MENEZES, Marilda Aparecida de; GONÇALVES, A. J. **Migrações no Brasil: o peregrinar de um povo sem terra**. São Paulo: Paulinas, 1986.

MENEZES, Marilda Aparecida de; SILVA, M. A. M. Migrantes temporários: fim dos narradores? In: HEIDEMANN, H. D. & SILVA, S. A. (org). **Simpósio Internacional “Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais”**. São Paulo: Humanitas, 2007.

MONTE-MOR, R.L.M. **Espaço e Planejamento Urbano: considerações sobre o caso de Rondônia**. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, UFRJ, 1980.

PISCITELLI, A.; ASSIS, G. A.; OLIVAR, J. M. N. Introdução: transitando através das fronteiras. IN: PISCITELLI, A., ASSIS, G. A. & OLIVAR (orgs). **Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil**. 1. ed. Campinas: Unicamp/Pagu, 2011. v. 1. 582p.

SALAZAR, N. B. The power of the imagination in transnational mobilities. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 18(6): 576-98, 2011.

SAWYER, D. Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol. 1, n. 1, 1984.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp, 1998.

SAYAD, A. **La doble ausencia: De las ilusiones del emigrado, a los padecimientos del inmigrado**. Barcelona: Anthropos, 2010.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia**, v. 13, n. Esp., p. 7-32, jan. 2000

SILVA, Antenor Alves. **O reordenamento territorial da amazônia brasileira sob a perspectiva da doutrina de segurança nacional**. Dissertação de mestrado, Geografia. UNIR, Porto Velho, 2011.

SILVA, Francisca. **Uma tentativa de colonização: A Colônia Agrícola do Iata (1943-1972)**. Goiânia, Dissertação de Mestrado UFGO, 1987.

SILVA, M. S.; MENEZES, M. A. Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos migrantes sazonais do município de Tavares, PB. In: SCOTT, P. et al. (org) **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.p.281 - 311.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Contribuições metodológicas para a análise das migrações. In: HEIDEMANN, H. D.; SILVA, S. A. (org). **Simpósio Internacional “Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais”**. São Paulo: Humanitas, 2007.

SILVA, R. G. C. S. **Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia.** Confins, 23 | 2015.

SILVA, R. V. **Por que, apesar da crise, alguns voltam e outros ficam? Uma análise comparativa da imigração de retorno de Portugal para o Brasil.** Tese de Doutorado em Geografia. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2015.

SILVA, R. V.; FERNANDES, D. M. Migração Internacional de Retorno no Brasil: um novo desafio? In: 14º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2013, Lima. **Anais do 14º EGAL.** Lima - Peru: IGU - Comitê Nacional Peru, 2013.

SILVA, R. V.; FERNANDES, D. M. Perfil de alguns imigrantes brasileiros retornados de Portugal que vivem em Rondônia. **Revista Presença Geográfica**, Vol. 1, No 1, 2014.

SILVA, Reijane Pinheiro da. **O Sertanejo Além-Mar: Identidade regional e imigração goiana na República da Irlanda.** Tese (Doutorado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2011.

SOARES, W. A emigração valadarense à luz dos fundamentos teóricos da análise das redes sociais. In: Ana Cristina Braga Martes; Soraya Fleischer. (Org.). **Fronteiras Cruzadas.** 1ed.São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

SOARES, W. **Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga.** Tese de Doutorado em Demografia. Belo Horizonte: CEDEPLAR, UFMG, 2002.

SOUZA, M. M. O. **Luta, territorialização e Resistência camponesa no leste rondoniense (1970-2010).** Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2011. Tese de Doutorado.

SOUZA, V. A. **(Des) ordem na Fronteira: Ocupação Militar e Conflitos Sociais na bacia do Madeira-Guaporé(30/40).** Dissertação de Mestrado em História. UNESP: 2002.

SOUZA, V. A. **Rondônia, uma memória em disputa.** Tese de Doutorado em História, UNESP. Ano de Obtenção: 2011.

SPINK, P. K. O Pesquisador Conversador no Cotidiano. **Psicologia e Sociedade (Impresso)**, v. 20, p. 70-77, 2008.

SPINK, P. K. Pesquisa de Campo em Psicologia Social: Uma Perspectiva Pós-Construcionista. **Psicologia e Sociedade**, v. 15, n.2, p. 18-24, 2003.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria.** Rio: Zahar, 1981.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, A. Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, 2002.

TOGNI, P. “Melhorar de vida” ou “Aproveitar a vida”? Jovens brasileiros migrantes numa periferia de Lisboa (Portugal)”. In: PADILHA, Beatriz et al. Novas e velhas configurações da imigração brasileira na Europa. **Atas do 2o Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa**. Lisboa: ISCTE. 2012.

TOGNI, P. **A Europa é o Cacém**: Mobilidade, gênero e sexualidade nos deslocamentos de jovens brasileiros para Portugal. Tese de Doutorado em em Antropologia Social - ICS e ISCTE, Lisboa. Ano de obtenção: 2014.

VANGELISTA, C. Histórias de vida e controle social. Experiências de pesquisa Oralidades. **Revista de História Oral**, vol III. Belo Horizonte, Brasil, pp. 15-25. 2007.

CAPÍTULO VI

CURSOS DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA IMIGRANTES E REFUGIADOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS TEÓRICO- METODOLÓGICAS¹

Marília Lima Pimentel Cotinguiba²

Mirla Cristina dos Santos Silva³

Geraldo Castro Cotinguiba⁴

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados parciais de uma pesquisa em andamento no âmbito do projeto de pesquisa “O português como língua de acolhimento no Brasil para imigrantes: mapeamento e análise dos cursos a partir de 2010”, institucionalizado na Universidade Federal de Rondônia no Programa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI/UNIR, no âmbito do Projeto temático do Observatório das Migrações em Rondônia (OBMIGRON). A pesquisa tem como base principal a Linguística Aplicada (MOITA LOPES, 2006; 2013), especialmente a discussão sobre a aquisição de línguas na contemporaneidade e em contextos plurilíngues. De forma interdisciplinar, mobiliza outras áreas do conhecimento, quais sejam, a Sociologia e a Antropologia.

As migrações internacionais atuais no Brasil emergem temas importantes para os estudos linguísticos, principalmente acerca dos aspectos socioculturais que envolvem esses novos fluxos migratórios no Brasil. De meados de 2010 e início de 2011 até o presente momento, o Brasil se tornou o destino do movimento migratório de pessoas oriundas do Haiti. Além dos haitianos, o fluxo migratório de outras nacionalidades, como senegaleses, venezuelanos, cubanos, dentre outros, tem se intensificado em nosso país nessa última década.

Com isso, a aprovação da nova Lei de Migração em 2017 e medidas jurídicas emergenciais permitem a circulação desses imigrantes/refugiados em diferentes cidades e estados do Brasil, mesmo que de forma relativa e diversa para algumas nacionalidades, configurando, assim, a migração interna dessa imigração internacional (BAENINGER, 2015). Entretanto, a escassez e quase ausência de políticas públicas⁵

¹ Trata-se de uma versão ampliada de um texto publicado no volume 1 da revista *Culturas & Fronteiras*.

² Docente e pesquisadora da Universidade Federal de Rondônia.

³ Bolsista do PIBITI e graduanda em Letras/Português da Universidade Federal de Rondônia.

⁴ Docente e pesquisador Instituto Federal de Rondônia – IFRO.

⁵ A legislação brasileira avançou nos últimos anos na recepção dos imigrantes e refugiados no Brasil. O

mais efetivas para essa população dificulta a inserção dessa população no Brasil. Para isso, além de outros aspectos, o aprendizado da língua portuguesa desempenha um importante papel na integração e/ou inserção – mesmo que seja uma inserção relativa – desses indivíduos na circulação desses espaços e nas relações sociais com os brasileiros.

Assim, esses novos e intensos fluxos migratórios na contemporaneidade, representam um acontecimento relevante que estimula a reflexão sobre a concepção do ensino de português brasileiro e seus conceitos teóricos, sobretudo pela complexidade e diversidade da migração contemporânea. Nessa perspectiva, é necessário um olhar novo para o ensino e a aprendizagem da língua ao imigrante considerando as diversas causas que influenciam a mobilidade e o contexto plural em que essa população vinda de outros países está inserida.

Na primeira fase da pesquisa, entre o segundo semestre de 2018 e o primeiro semestre de 2019, fez-se o levantamento dos cursos de português em diversas regiões do Brasil, com o intuito de quantificar esses cursos, bem como analisar quais metodologias foram utilizadas. Nesse mapeamento inicial, registramos os seguintes cursos em funcionamento:

- 1- ESAS- Português para todos - Curso para imigrantes que não falam português
- 2- Programa Portas Abertas - São Paulo (SP)
- 3- Cami - São Paulo (SP)
- 4- Abraço - Porto Alegre (RS)
- 5- Assistiva - Porto Alegre (RS)
- 6- Resgate- Porto Alegre (RS)
- 7- Cibai Migrações - Porto Alegre (RS)
- 8- Casim - Canoas (RS)
- 9- Projeto Travessias - Porto Alegre (RS)
- 10- Curso de Português para refugiados e migrantes em situação de vulnerabilidade
- UFABC/ Campus Santo André e Campus São Bernardo (MG)
- 11- Curso de Português como Língua de Acolhimento - (MG)
- 12- Campus Boa vista, Instituto Federal de Roraima (RR)
- 13- Curso de Português para imigrantes - Curitiba (PR)
- 14- Ong de Florianópolis (RS)
- 15- Campus Bento Gonçalves, Instituto Federal de Rio G. do Sul (RS)
- 16- Centro de Línguas da UFFS, Campus Chapecó (SC)

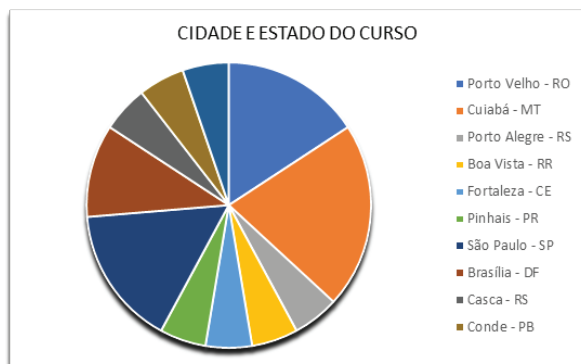
Programa de interiorização do governo brasileiro, por exemplo, que consiste no envio de venezuelanos na fronteira para outras cidades do Brasil, é um exemplo de uma política pública. Entretanto, ainda há lacunas e muito a se fazer para o acolhimento de refugiados e imigrantes no Brasil.

- 17- UEMSICG, Universidade Estadual do Mato Grosso (MS)
- 18- ACNUR E Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (SP)
- 19- Instituto Federal de Brasília (DF)
- 20- UERGS (Direitos Humanos) - Desenvolvimento de competências em Língua
- 21- Portuguesa- Porto Alegre (RS)
- 22- Universidade La Salle- Canoas (RS)
- 23- MNIC - Joinville (SC)
- 24- GAIRF - Florianópolis (SC)
- 25- Português para imigrantes e refugiados: conversação e escrita em português-
Casa de Cultura Japonesa- São Paulo (SP)
- 26- UERGS- Universidade Federal do Rio Grande do Sul- Porto Alegre (RS)
- 27- UFG- Universidade Federal de Goiás (Projeto de extensão com parceria de
instituição religiosa) (GO)
- 28- IFSC- Instituto Federal de Santa Catarina (RS)
- 29- PPE- Programa de português para estrangeiros - UFRGS - (RS)
- 30- DRI (Diretoria de Relações Internacionais) - UFMG- (MG)
- 31- UFSC – Português como Língua Estrangeira (SC)
- 32- ASC (Assessoria de Comunicação Social) - Maringá- (SP)
- 33- UFAM- Programa Idiomas sem Fronteiras (AM)
- 34- FAAP- Curso de português para estrangeiros (SP)
- 34- Curso de Português Caminho do Refúgio
- 36- REDEPARA - Curso de Português para venezuelanos -(PA)
- 37- Católica SC e ADIPROS- Joinville (SC)
- 38- CAMI- Centro de Apoio e Pastoral do Migrante
- 39- IFMT (Instituto Federal de Mato Grosso) (MT)
- 40- UEMS/CG- Português como Língua de Língua de Acolhimento- Campo
Grande (MS)
- 41- CASIM - Centro de apoio social e integração para imigrantes.
- 42- Alunos de Português Cibai Migrações
- 43- Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Estrangeiros - Centro de idioma
- IFRO - Campus Calama - Porto Velho (RO)
- 44- O projeto pioneiro em Porto Velho, vinculado ao grupo de pesquisa
Migração, Memória e Cultura na Amazônia Brasileira - ensino de português
para imigrantes - Porto Velho (RO)
- 45- Instituto ADUS- São Paulo (SP)
- 46- Casa do Migrante - Conde (PB)

- 47- Curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira - Manaus (AM)
- 48- Português para Estrangeiros- Cuiabá (MT)
- 49-Projeto Timoun- yo- Português para Crianças Imigrantes- Cuiabá (MT)
- 50-FIC- Formação Inicial e Continuada de Língua Portuguesa para Estrangeiros- Cuiabá (MT)
- 51-Programa de extensão, Migração internacional na Amazônia: linguagem e inserção de imigrantes em Porto Velho, da UNIR, Porto Velho (RO).

A partir desse mapeamento, enviamos questionários a todos os cursos, via *messenger, facebook, whatsapp* e correio eletrônico, com questões fechadas e abertas sobre os objetivos, a estrutura, a metodologia e o material utilizados nos cursos de português. Nesse primeiro momento, dezenove cursos responderam o questionário de locais diferentes, conforme o gráfico a seguir.

Figura 1



Fonte: MIMCAB e OBMIGRON.

Como se pode perceber, há cursos em todas as regiões do Brasil, com a predominância de cursos nas regiões sul, sudeste, centro-oeste e norte. Mesmo sabendo que na região nordeste há mais cursos, registramos apenas um curso na Paraíba.

A iniciativa de criação dos cursos, de acordo com as respostas dos questionários, parte, em geral, de Ongs, igrejas em parceria com universidades estaduais e/ou federais, por meio de projetos de extensão, grupos de pesquisa ou programas e em institutos federais. Em algumas cidades há parcerias entre governo local e universidades federais. Essas parcerias no âmbito do poder público apontam para a

criação de uma política linguística institucionalizada, com vistas à autonomia dessa população por meio do aprendizado da língua.

A partir das respostas dos responsáveis pelos cursos, foi possível observar que o público dos cursos é heterogêneo em relação à escolaridade, faixa etária e nacionalidade. Essa heterogeneidade torna, segundo os nossos interlocutores, mais difícil escolher uma metodologia de ensino que atenda a todos. Não obstante a isso, a maioria dos cursos adota a metodologia do acolhimento, especialmente na perspectiva da língua e sua relação com a cultura e a identidade como principais fatores para a comunicação e inserção sociocultural do aprendente.

Com relação ao perfil dos ministrantes, vimos que os professores atuantes em alguns desses cursos possuem doutorado, mestrado, ou participam de grupos de pesquisa e/ou projetos de extensão. Grande parte dos professores é graduando em alguma universidade nos cursos de letras português/literaturas, pedagogia, direito e cidadania, ciências sociais. Apesar da grande maioria pertencer à área de Letras Português, compreende-se que esses cursos não se limitam ao ensino tradicional da língua, pois há a presença de outras áreas disciplinares essenciais no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, o ensino é interdisciplinar, com uma preocupação em promover cidadania para essa população imigrante e refugiada. De acordo com as respostas, apenas em dois desses cursos para imigrantes os professores recebem remuneração. Os trabalhos nesses cursos são executados e mantidos graças ao voluntariado e o tempo de atuação dos professores varia entre 3 meses a 6 anos, sendo que a maioria ministra aulas entre 1 e 2 anos.

As aulas ocorrem em igrejas, escolas estaduais e institutos federais, com carga horária que variam entre 2 e 3 horas aula semanal e de 40 a 120 horas em seu total e são realizadas de 1 a 3 vezes na semana, dependendo do curso.

O material utilizado nos cursos é produzido pela equipe ou professores responsáveis e adaptado às necessidades do aprendiz. Um dos materiais, intitulado *Pode Entrar*, é o referencial mais citado nas respostas dos questionários aplicados até o presente momento que embasa ou mostra um possível caminho a ser seguido no ensino de português para imigrantes. Por outro lado, há cursos que elaboram um material próprio.

Curso 03 - O material é feito pela nossa equipe. Contém temáticas variadas e importantes do cotidiano, textos verbais e não verbais e diálogos.

Curso 09 - É construído em cima de um material cedido, modificado pelas duas professoras do curso. É sua primeira edição e está sendo construído aos poucos. Para os próximos cursos, já notamos melhorias e mudanças a serem feitas.

Curso 18 - Utilizamos o livro “Pode Entrar” disponibilizado pelo ACNUR e de livre download. Também elaboramos atividades e materiais conforme o desenvolvimento e necessidades do curso.

Curso 11 - O material trata do cotidiano: alimentação, vestimenta, políticas públicas, serviços públicos que eles têm direito, serviço de regularização de documentos. Também são abordados assuntos relacionados ao país de origem, para que eles também participem da aula.

Há, notadamente, por parte da equipe envolvida nessas atividades, uma preocupação em elaborar um material mais próximo do cotidiano dos imigrantes, com pouca ênfase ao uso da metalinguagem no ensino da língua.

Quanto à metodologia adotada nesses cursos foram recebidas as seguintes respostas.

Curso 01 - Ensinar a pronúncia das palavras a partir de textos, músicas e imagens e, também, ensinar conteúdo gramatical com base nos diálogos do dia a dia.

Curso 03 - Neste projeto, visando alcançar o objetivo proposto, não pretendemos pautar-nos no formato das aulas convencionais, as quais as crianças já vivenciam durante a semana com o ensino escolar regular. Partimos dos conteúdos educacionais amparados pela legislação em vigência, apoiando na filosofia construtivista, não descartando métodos tradicionais.

Curso 04 - Procuramos mesclar várias metodologias. Não nos restringimos a uma única, passamos por atividades estruturalistas, outras comunicativas, interacionistas, multiculturais e por assim segue.

Verifica-se, nessas afirmações, que as aulas são mais dinâmicas e estimulam a interação dos alunos. O ensino apresenta uma metodologia em que há variadas abordagens em sala de aula, valorizando a vivência e proporcionando a troca de cultura de cada ator social, professores e aprendizes. Além disso, prioriza as necessidades básicas do aluno realizando atividades como conversações, leituras e músicas que trabalham a pronúncia. Os recursos didáticos são bastante variados e explorados nas aulas desde textos impressos, dicionários, músicas, projetor etc., segundo os professores.

Curso 03 - Utilizamos de recursos diversos, atraentes e divertidos como áudio e vídeo, recursos musicais e teatrais, jogos e brincadeiras, além da parte expositiva por meio de atividades impressas.

Curso 05 - Data Show para filmes, músicas, mapas, objetos etc.

Curso 11 - Quadro branco, pincel, caderno e caneta.

Livro didático: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Pode_Entrar_ACNUR-2015.pdf,

Curso 18 - Áudios e vídeos do Celpe-Bras. <http://www.ufrgs.br/acervocelpebras/acervo>
Jogos, materiais autênticos e atividades elaboradas pela equipe.

Pelas respostas dadas pelos participantes da pesquisa, os objetivos dos cursos são proporcionar por meio do ensino da língua portuguesa, ao sujeito, sua inserção na sociedade, dando-lhe autonomia e mostrando o funcionamento da língua alvo na sociedade.

As respostas apontam, também, que os cursos obtiveram resultados significativos como êxito na inclusão do público alvo no mercado de trabalho, aprovação em cursos superiores e capacitação para a inserção sociocultural de crianças no ambiente escolar, conforme responderam os professores.

Imigrantes ingressantes na universidade, conseguindo trabalho e abrindo negócios próprios.

Conforme relato dos próprios alunos - o curso contribuiu para conseguir emprego, além de motivar a prestar o ENEM e cursar nível superior aqui no Brasil.

Estamos terminando a terceira turma que atende a comunidade interna e externa da universidade. Não necessariamente formada exclusivamente por imigrantes. Alcançamos vários resultados... Aprendizagem do PLA nos níveis A1 e A2, melhoramento da inserção social dos alunos em sua comunidade, compreensão da língua portuguesa nos âmbitos oral e escrito, leitura e produção de textos, melhoramento nas relações interpessoais, conhecimento da cultura brasileira por parte dos alunos... Estamos cumprindo os objetivos propostos pelo curso

As nacionalidades atendidas por esses cursos de português são variadas, quais sejam, argentinos, bengaleses, bolivianos, chilenos, colombianos, congoleses, cubanos, dominicanos, egípcios, equatorianos, estadunidenses, guineenses, mauritanos, mexicanos, peruanos, haitianos, senegaleses, togoleses, japoneses, venezuelanos e sírios.

Constata-se, assim, que o Brasil tem se tornado um lugar de passagem e o destino para imigrantes e/ou refugiados das mais variadas nacionalidades e continentes. Contabilizar com exatidão o número de imigrantes que já estudou ou passou pelos cursos é um desafio, apesar de ter o preenchimento de fichas de inscrição, em alguns casos. Há uma questão importante para a não permanência dos alunos, dentre elas o ingresso do imigrante no mercado de trabalho, a distância do local em que as aulas ocorrem e não ingresso no mercado de trabalho, o que contribui para o deslocamento do imigrante para outra cidade, estado ou país.

De acordo com as respostas os números de alunos que já foram participantes dos cursos variam entre 10 e mais de 1.000 imigrantes. Atualmente os cursos atendem

entre 3 a 430 imigrantes dependendo da localidade, sendo que 16,3% possuem em média 15 alunos.

Além da análise dos questionários realizados com professores e/ou coordenadores de cursos de português para imigrantes e/ou refugiados, realizou-se uma pesquisa de campo nem um dos cursos de português em Porto Velho.

A pesquisa de campo, etnográfica e participante foi realizada na cidade de Porto velho (RO), na EEEF - *Escola Estadual de Ensino Fundamental 21 de Abril*, situada na rua Rafael Vaz e Silva, 2812, no bairro Liberdade. O curso de português é ofertado pela Universidade Federal de Rondônia em parceria com a Cáritas Arquidiocesana de Porto Velho e pela Pastoral do Migrante, pelo programa de extensão *Migração Internacional na Amazônia Brasileira: linguagem e inserção social de imigrantes em Porto Velho*, cujo objetivo geral é ensinar o português como língua de acolhimento para imigrantes, a fim de contribuir para a inserção sociocultural, além de prestar assessoria na tradução de documentos, na inserção escolar nos níveis fundamental, médio, técnico e superior. Esse projeto também realiza assessoria consular para imigrantes e/ou refugiados.

O *Programa Pana* é uma iniciativa de ajuda humanitária oferecida e desenvolvida pela Cáritas Brasileira e Suíça, com apoio do DRM (Departamento de Estado dos Estados Unidos), que busca contribuir no acolhimento dos imigrantes venezuelanos, a fim de proporcionar condições de vida digna a eles. Durante o processo de planejamentos para a acolhida o ensino de português entrou como uma forma de acolher os imigrantes visando proporcionar conhecimento da língua e cultura presentes na cidade de Porto Velho, por meio do projeto de extensão supracitado.

Os professores atuantes no projeto prestaram trabalho voluntário no atendimento e preenchimento das fichas da Ong, o que permitiu um acompanhamento mais direto com os acolhidos.

As aulas ocorrem aos sábados das 18h45 às 21h e atende imigrantes de variadas nacionalidades como haitianos, cubanos, peruanos, venezuelanos, mexicanos e colombianos. De acordo com o que foi observado nas turmas, é possível afirmar que as aulas valorizam o aluno e a sua vivência, através da troca de experiências e culturas. Ao apresentar a cultura do lugar, a geografia, a história, a língua portuguesa falada no Brasil, sempre é perguntado ao aluno como é ou se há algo parecido no seu país de origem. Há uma preocupação por parte dos professores e da equipe em realizar, de fato, um ensino pautado no acolhimento, pois o ensino da língua, nesse caso, não é aplicado com o intuito de marginalização da língua do aprendente, mas a fim de aumentar o seu repertório linguístico, necessário e indispensável para o seu

estabelecimento social. A participação e a interação dos alunos são fundamentais para a execução de um bom curso. O exercício da alteridade por parte da equipe é de suma importância no processo do acolhimento, pois o olhar para o outro e colocar-se em seu lugar, é uma ferramenta indispensável para a realização de qualquer trabalho ou processo de inserção em qualquer sociedade.

As aulas, geralmente, são mais dinâmicas que as aulas tradicionais e não são pautadas em traduções. O ensino do português brasileiro está voltado para o funcionamento da língua como um todo. A oralidade é um dos principais pontos a ser valorizado e trabalhado nos mais variados contextos e situações do cotidiano, há também o ensino gramatical presente no material, mas esse não é o principal ou único conteúdo a ser valorizado, o que não desmerece sua importância e a necessidade em saber usá-lo. A perspectiva adotada, visa ao desenvolvimento das habilidades sociocognitivas de cada aluno, apesar da heterogeneidade que o grupo apresenta como variantes em idade, grau de escolaridade, gênero e nacionalidade. A heterogeneidade é uma das características do público no ensino do Português como língua de acolhimento - PLAc, o que não impede o aprendizado.

Conforme salienta Moita Lopes (2006), a Linguística Aplicada possui uma função indisciplinar (interdisciplinar) apta e necessária para investigar sobre o ensino de língua e linguagem considerando o mutável quadro devido à acentuada mobilidade do sujeito migrante na sociedade, incluindo outros campos disciplinares que são essenciais para a compreensão da real situação do aprendiz e sobre quais metodologias de ensino da língua são desenvolvidas e/ou adequadas ao cenário contemporâneo. No caso do ensino de português como língua de acolhimento para imigrantes e/ou refugiados, é necessário que se realize de forma interdisciplinar, como preconiza Moita Lopes sobre a LA.

O termo Língua de Acolhimento é uma definição sobre a perspectiva utilizada no ensino de português para imigrantes, em Portugal, no Programa Portugal Acolhe, vigente desde 2001. De acordo com Cabete (2010), o Estado português desenvolveu esse Programa, a fim de facilitar o ensino de português para os imigrantes residentes em Portugal que comprovasse ter uma situação regularizada e não possuir a nacionalidade portuguesa. O curso foi dividido em níveis e com o passar do tempo foi reformulado para melhor atender o público-alvo. Esse programa objetivava inserir os imigrantes no mercado de trabalho e no ambiente escolar através do ensino da LP e cidadania, pois, assim, estariam cientes dos seus direitos e deveres e sentiriam participantes da sociedade portuguesa da aquisição da língua por meio do acolhimento e consequentemente, capacitado para o ingresso no mercado de trabalho.

Mas será que os cursos de português para imigrantes existentes no Brasil seguem a perspectiva do acolhimento? Como deve ser realizado esse ensino? A partir da intensificação da migração haitiana no Brasil ouve-se falar no ensino do Português como Língua de Acolhimento e por essa razão, essa pesquisa busca identificar e discutir sobre as perspectivas teórico-metodológicas. De acordo com Grosso (2010) os conceitos de língua materna (LM), língua estrangeira (LE) e língua segunda (L2) são definidos há tempos na Linguística Aplicada. Na atualidade, como já mencionamos, os novos fluxos migratórios exigem da parte do país acolhedor novos recursos no ensino, como um todo, que atendam ao novo quadro e auxiliem de forma precisa o público-alvo.

Segundo Grosso (2010) a LM é a língua ensinada no lar definindo como a língua da primeira socialização, já a língua estrangeira é aquela definida como a língua do outro, a qual pertence a outra vivência e sociedade e a L2 seria a língua da escolarização (plurissignificativa) do sujeito para o desenvolvimento psicocognitivo. Considerando os fluxos migratórios e suas causas, o ensino da língua para imigrantes e/ou refugiados deve ser pautado na inclusão social ou inserção sociocultural pela qual o aprendiz necessita com urgência desenvolver as habilidades linguísticas da língua alvo para alcançar seus objetivos e viver em sociedade, portanto a terminologia do ensino de língua estrangeira não se adequa às necessidades do público-alvo, pois tem um ensino voltado para um público específico que busca a aquisição de uma outra língua de forma opcional.

Pelas respostas e discussões realizadas até o momento, é perceptível que o ensino de aquisição de LP para imigrantes ou refugiados a partir do PLAc não está enfocado em um ensino em que o professor é o ator social mais importante, mas sim no aprendiz e nas suas reais necessidades. Enquanto no PLE o professor ensina não levando em consideração as reais necessidades do aluno, mas sim da língua apenas como um sistema linguístico, com uma sintaxe bem estruturada, com um vocabulário específico para determinadas situações, valorizando a padronização formal da língua, o ensino de LP (relacionado às questões de mobilidade e necessidades urgentes do aprendente) torna-se ultrapassado e inadequado para o atual momento e público em situação de imigração e/ou refúgio. De acordo com Grosso (2010) os conceitos de L2, PLE e PLAc estão aproximados, porém distintos um do outro. O ensino de língua portuguesa para imigrantes Brasil está, desde 2010, centrado no aprendiz e para suas reais e urgentes necessidades, por isso o ensino do PLAc é o mais utilizado por esses cursos em específico, porque se acredita ofertar o ensino de LP de forma mais democrática. Até o presente momento a perspectiva da língua de acolhimento

foi contextualizada e definida como a metodologia mais adequada ao ensino de imigrantes e refugiados. Entretanto, alguns questionamentos têm surgido quanto ao PLAc. Será que o ensino realizado é de fato democrático? A língua que acolhe pode limitar ou silenciar os aprendizes? Será que realmente há acolhimento?

Obviamente, o ensino e as suas práticas necessitam de renovação diante do mutável quadro global existente na sociedade. Partindo do pressuposto de que a língua como um objeto de poder é indispensável para se viver em qualquer sociedade e lugar do mundo, é importante refletirmos sobre a identidade que cada imigrante carrega seja na língua, linguagem e/ou cultura. Assim, não se deve conceber um aprendizado tão rápido da língua alvo, visto que a aquisição de uma língua seja ela materna, adicional ou de acolhimento. Anunciação (2018) apresenta a problematização sobre ao ensino do PLAc para imigrantes, cuja pauta é discutir sobre as práticas assimilacionistas e de silenciamento de agência que são reforçadas no programa *Portugal Acolhe*, ainda que este apresente em seu discurso a justificativa de inclusão do imigrante, afirmando que “*a língua de acolhimento possui um conceito sloganizado*”.

De acordo com a pesquisadora, é necessário refletir sobre a aplicação dos pressupostos da metodologia de ensino da língua na perspectiva do acolhimento. Teoricamente o Programa *Portugal Acolhe* apresenta uma iniciativa importante para a integração do migrante na sociedade portuguesa oferecendo o curso de aquisição da língua-alvo dividido em etapas distintas. O questionamento que ecoa mediante tal justificativa é a aplicação da língua de acolhimento quanto ao ensino da língua que visa o não apagamento da identidade e cultura do sujeito presente na sociedade, entretanto a aquisição da língua portuguesa em Portugal é uma exigência para alcançar a cidadania portuguesa, ou seja, é necessário que o imigrante aprenda a língua e o comportamento social do país no qual está residindo.

Assunção (2018) explica, ainda, que o imigrante é um indivíduo que ao chegar em outro país é nomeado e enquadrado em um grupo que é, conseqüentemente, homogeneizado e, mediante as exigências do país receptor é limitado a um grupo minoritário que fica à mercê do sistema. Isso ocorre tanto na aquisição da língua, como no ambiente sociocultural e laboral, pois há um nível específico de cursos técnicos para o imigrante, o que por sua vez extingue o direito de escolha do exercício da sua profissão. Diante dessa circunstância, é correto afirmar que o sistema de integração por meio da língua e linguagem apresenta um domínio sobre o público-alvo que poderia ser classificado como um colonialismo pós-moderno disfarçado pelo significado positivo da palavra acolhimento. Para Anunciação (2018) o ensino

de português para imigrantes deve ser constituído por meio de políticas pautadas no acolhimento, visto que o aprendente necessita obter a aquisição da língua-alvo como uma língua que aumentará seu repertório linguístico, mas sem o apagamento da sua agentividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que esta pesquisa se encontra em andamento é possível detectar que há muitos cursos de língua portuguesa para imigrantes/refugiados por todo o Brasil, o que demonstra uma certa preocupação e ação em acolher essa população imigrante por meio da língua. Os cursos estão direcionados ao acolhimento desse público em estado de vulnerabilidade. A perspectiva adotada nos cursos, em sua maioria, está pautada no ensino de português como língua como de acolhimento, cujo objetivo é a inserção sociocultural do imigrante, a fim de proporcionar autonomia por meio da aquisição da língua-alvo no país sem imposição e com a valorização da agentividade do aprendiz.

O pressuposto teórico-metodológico da Língua de Acolhimento é utilizado nos usado nos cursos de português para imigrantes no Brasil. É relevante pontuar que nem todos os cursos adotam essa perspectiva e muitos ainda não sabem exatamente como executar ou proporcionar o ensino do português que contemple a inclusão e a autonomia dos imigrantes e refugiados.

Desse modo, cabe refletir, indagar e investigar sobre as práticas e as perspectivas teórico-metodológicas para o ensino de português para imigrantes. Será que o imigrante tem o poder de escolha sobre sua inserção sociocultural, laboral, linguística e identitária dentro de um país em que ele não possua aquisição da língua-alvo? O aprendizado da língua garante autonomia até que ponto? O ensino-aprendizagem é libertador ou limitador? Ainda não se tem resposta para essas perguntas, pois a pesquisa ainda está em curso.

REFERÊNCIAS

ANUNCIACÃO, Renata F. Mendonça de. A língua que acolhe pode silenciar? Reflexões sobre o conceito de “português como língua de acolhimento”. In. **Revista X** (Curitiba), v.13, p. 35-56, 2018.

BAENINGER, Rosana. Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais. In: Prado, E. e Coelho, R. **Migrações e trabalho**. Ministério Público do Trabalho, Brasília, Vol. 1, p.79-86, 2015.

CABETE, Marta Alexandra C. (2010). **O processo de ensino-aprendizagem do português enquanto língua de acolhimento**. Dissertação de mestrado. Universidade de Lisboa. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4090/1/ulfl081236_tm.pdf

COTINGUIBA, Geraldo C. **Imigração Haitiana para o Brasil**: a relação entre trabalho e processos migratórios. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais. Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, 2014.

COTINGUIBA, G.C. & PIMENTEL, M.L. Apontamentos sobre o processo de Inserção social dos haitianos em Porto Velho. In: **Travessia** (São Paulo), v.70, p.99-106, 2012.

GROSSO, Maria José dos Reis. Língua de acolhimento, língua de integração. **Horizontes de Linguística Aplicada**, v. 9, n. 2, p. 61-77, 2010.

MOITA LOPES, L. P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA LOPES, L. P (org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. 1. Ed.

CAPÍTULO VII

MIGRAÇÕES E FRONTEIRAS: O CASO DA AMAZÔNIA SUL OCIDENTAL

Enock da Silva Pessoa¹

INTRODUÇÃO

Sob o olhar da psicologia política, este trabalho discute as migrações mais significativas ocorridas na Amazônia Sul Ocidental, nas fronteiras entre Brasil, Bolívia e Peru, em períodos históricos distintos: primeiramente, a partir do final do Século XIX, com a ocupação da região pelos “retirantes” nordestinos; em segundo lugar, na época da Segunda Guerra Mundial, com a criação do programa federal dos soldados da borracha; em terceiro lugar, com a vinda dos “paulistas” para a Amazônia Sul Ocidental, quando parte dos seringais falidos se transformaram em campos de gado a partir da década de 1970; em quarto lugar, os deslocamentos dos “brasilvianos” para a faixa de fronteira da Bolívia, formados por seringueiros brasileiros sem-terra; em quinto lugar, mais recentemente, com a passagem dos haitianos pela Amazônia Sul Ocidental, especialmente na cidade de Brasileira/Acre, entre os anos de 2012 a 2014. Em todos os casos, pode-se notar que as motivações dessas migrações foram de natureza ambiental aliadas a problemas sociais ou a políticos regionais e internacionais.

A ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE O TEMA

A passagem de marcantes eventos políticos como a Segunda Guerra Mundial, o fim da guerra fria, países e grupos humanos vivendo longos períodos com a maioria de sua população em pobreza, além de eventos climáticos extremos e adversos, afetam populações em diversas partes do planeta terra (PESSOA, 2014 A).

Continuamos a viver em um mundo cada vez mais complexo, instável política e socialmente, em constantes crises ideológicas, sociais e ambientais, que contribuem em grande medida para deslocamentos populacionais dentro e para fora de um país ou região. As crises ideológicas que, às vezes contribuem para deslocamentos populacionais, podem ter sua origem em crenças desenvolvidas nos indivíduos na

¹ Professor Titular do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre. Email: pessoa.enock@gmail.com

medida em que eles crescem e se relacionam com os grupos da sociedade e da cultura que os envolvem. As crenças mais primitivas que ocupam nossa memória e nos tornam sujeitos de direitos e deveres (cidadãos) dizem respeito à língua materna, que traz conjuntamente todos os aspectos complexos da cultura local e do seu entorno.

Moscovici (1978) chama de representações sociais a todo esse universo de conhecimentos adquiridos e reelaborados pela interação do indivíduo com a sociedade, os quais se explicam através de dois processos interdependentes: a ancoragem, que se refere à totalidade das informações captadas do mundo exterior que são absorvidas, reestruturadas ou ressignificadas pelo indivíduo; a objetivação, que diz respeito às respostas interativas desse indivíduo à sociedade, reelaborando os conteúdos recebidos e recolocando-os com as devidas mudanças cognitivas, comportamentais e emocionais. Assim são formados os diferentes grupos sociais, no processo de ancoragem e objetivação das crenças, atitudes e comportamentos individuais formadores da coesão dos grupos que em determinadas circunstâncias podem ser rechaçados por outros grupos antagônicos, ao ponto de serem perseguidos e buscarem o deslocamento geográfico como alternativa de vida.

Esses conhecimentos podem ter conotação positiva ou negativa em relação aos outros. Os estereótipos e preconceitos fazem parte de aspectos negativos que o indivíduo desenvolve nos seus relacionamentos com os diversos grupos sociais. Allport (1954) propõe a existência de cinco níveis crescentes de preconceito entre pessoas e grupos sociais: o ato de falar mal de outra pessoa; a esquiva de contato; discriminação e negação de oportunidades e serviços; o ataque físico; finalmente, pratica-se o extermínio, como o que é visto na limpeza étnica.

Morin (1999; 2000; 2002) apresenta uma solução para o problema da violência entre grupos, ao trabalhar o conceito de tomada de consciência social das pessoas através da ética da compreensão, com base em três princípios: o da livre expressão; o da tolerância; o do respeito pela verdade dos outros em relação à nossa própria verdade. Com isso, chama a atenção de todos para a necessidade da prática da auto ética, que deve ser construída por cada indivíduo a partir de ideias guia assimiladas da cultura, com o objetivo da restauração do sujeito responsável em suas interconexões sociais, antropológicas e históricas. *A ética da realiança* contribui para a comunicação, a associação, a solidariedade e a fraternidade e se opõe a tudo o que fragmenta, desloca, rompe ou fecha a comunicação pela ignorância do outro. *A ética do debate*, própria da democracia exige a primazia da argumentação e repele os julgamentos autoritários e as expressões de desprezo. *A ética da compreensão* defende a dignidade de relações entre as pessoas, além de procurar reumanizar o conhecimento político. A

ética da magnanimidade opõe-se à vingança, à tortura, à punição e ao terrorismo e busca atos soberanos de clemência e de generosidade. Assim, pode-se quebrar o ciclo do ódio, comum nos grupos étnicos, religiosos e de classe social. O *incitamento às boas vontades*, aberto a todas as tendências e horizontes, necessário à visualização dos diversos tipos humanos: os inquietos, os bastardos, os órfãos e os generosos. A *ética da resistência* fornece a energia para que se diga não a todas as tentativas de imposição autoritária e dogmática sobre outras pessoas (MORIN, 1999; 2000; 2002).

AS MIGRAÇÕES NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL/PERU/BOLÍVIA

O Rio Acre demarca a fronteira entre o estado do Acre (Brasil), o departamento de Pando, cuja capital é Cobija (Bolívia) e a Região de Madre de Dios (Peru). Iñapari é a capital da Província de Tahuamanu, na Região de Madre de Dios (Peru), fronteira com o Brasil e a Bolívia. Dos três estados fronteiriços o Acre é o maior em extensão territorial e em população. Os três ainda conservam a mesma configuração de formação histórica, econômica e cultural: os povos indígenas e os povos nacionais deslocados de outras regiões para o extrativismo da borracha, da madeira, da castanha e, mais recentemente, os campos de gado nessa região.

Os povos habitantes atuais dessa tríplice fronteira são, em sua maioria, miscigenados, oriundos de povos nativos que ali viviam há milênios, mas que também migraram de outros locais para os Andes e de lá para a Amazônia em alguma época de um passado longínquo. Com a “descoberta da América”, e a partir da migração dos colonos brancos, seus ancestrais indígenas foram maltratados e dizimados por migrantes hispânicos e portugueses que tomaram suas terras, transformando-as no sistema de exploração de seringais (PESSOA, 2016; 2015; 2014a; 2014b; 2007).

Isso não significa que antes dos colonos de origem europeia eles vivessem num paraíso de harmonia. Uma análise social e histórica desses povos revela um passado de conflitos entre etnias dentro de cada um desses três estados nacionais e guerras internacionais que podem ter contribuído para a formação de crenças negativas de umas etnias contra as outras.

OS DESLOCAMENTOS DOS NORDESTINOS PARA A AMAZÔNIA SUL OCIDENTAL

As migrações de “brancos” para essa região começam com a vinda dos retirantes da seca nordestina de 1877 para a Amazônia Sul Ocidental. A motivação

principal foi a fuga de problemas causados pela estiagem prolongada em sua terra natal e a descoberta da borracha como produto altamente lucrativo no mercado internacional. Esse primeiro fluxo migratório é chamada de espontâneo porque não foi incentivado pelo governo, mas pelo espírito bandeirante dos brasileiros.

Alguns fatores geopolíticos contribuíram para a ocupação das terras da Amazônia Sul-ocidental por brasileiros em terras tidas como do Peru (no Oeste do Acre) e da Bolívia (no Leste do Acre). Essa região era, até então, uma terra esquecida dos governos do Brasil, do Peru e da Bolívia, mas era ocupada integralmente por indígenas que não se alinhavam a nenhum desses governos. No século XIX, embora Peru, Bolívia e Brasil já estivessem libertos da Espanha e de Portugal, contudo os efeitos políticos desses atos não haviam chegado à região amazônica. Os líderes políticos peruanos e bolivianos evidenciaram não ter consciência real de seus domínios territoriais, segundo Euclides da Cunha:

A terra, indivisa e sem fins, não se abria ao exercício das atividades, firmando-se a correlação entre as suas energias desencadeadas pelas culturas e as forças sociais consecutivas. Era uma inexpressiva e vasta propriedade. Não era ainda um domínio de Espanha, ou prolongamento ultramarino, onde ela se refugiava naquele ameaçador entardecer da Idade Média, carregando o seu velho fanatismo católico, a sua lealdade feroz e a sua ferocidade cavalheiresca, abalados aos primeiros fulgores da Reforma. Era um feudo. Um donativo papal a um rei. O maior dos latifúndios sancionado por uma bula. Uma sesmaria que se explorava de longe, desastrosamente, de dentro do Escorial, e mandada por um magnífico feitor, que era a sombra passiva do soberano longínquo, o Vice-Rei (CUNHA, s.d. p. 41).

Ao longo do século XIX, as terras da Amazônia Sul-ocidental brasileira, boliviana e peruana foram visitadas por migrantes aventureiros com interesses comerciais e alguns com objetivos científicos. As dificuldades para se adentrar na floresta e colonizá-la eram imensas para todos, mas os nordestinos brasileiros, talvez por estarem em uma condição de maior necessidade, foram mais persistentes e objetivos que peruanos e bolivianos, segundo o Padre J. Valerie Fifer.

En notable contraste con la infiltración de los emprendedores brasileños a occidente, las exploraciones de los bolivianos y peruanos en las regiones de la savana y de la selva lluviosa de oriente fueron muy poco importantes: Se organizaron unas cuantas expediciones a las regiones de Beni y del Mamoré, y en general terminaron en absoluto fracaso. Circulaban siniestros rumores sobre los peligros que acechaban en la frontera norte. “A lo largo del curso de estos rios (el bajo Mamoré, el Beni y el Madera) se cree que residen muchos salvajes de los que la ciencia cierta poco se sabe” (HERRERA, 1827, apud FIFER, s.d. p.270-272).

Alguns viajantes brasileiros passaram pelo Amazonas e seus afluentes, entre eles: Pedro Teixeira, que de 1637 a 1639 adentrou o Rio Amazonas até o Napo; João Rodrigues Cameté, que em 1852 explorou o rio Purus; Em 1854, o secretário do Governo da Província do Amazonas, João Wilkens de Matos, viajou 40 dias de Manaus até à foz do rio Parauacu, hoje Tarauacá; e em 1858 descreve uma aldeia indígena em Xué, no Baixo Juruá. Em 1877, Manoel Urbano da Encarnação subiu o Purus e chegou à foz do Rio Acre acompanhado por Braz Urbano, João Gabriel de Carvalho, Chagas Souza, Damasceno Girão, Antônio do Sacramento e José Matos, na lancha Anajás.

O engenheiro João Martins da Silva Coutinho também subiu o Purus, em 1862; William Chandless, da Royal Geographical Society of London, em 1864, explorou o Purus (1864) e depois o Juruá (1866); Romão José de Oliveira, em 1852 subiu o Rio Juruá; Padre Constantino Tavestín, a partir de 1850 subiu várias vezes o Juruá; João da Cunha Correia, a partir de 1854, trabalhou apaziguando índios ao longo do Juruá (CASTELO BRANCO SOBRINHO, 2005; COSTA, 2005; TOCANTINS, 1979; 1989).

Cunha (1923) se refere à Amazônia de até 1866 como “o deserto civilizado”. Após 1887, a população aproximada na região já era de mais de 60.000 migrantes vindos do Nordeste brasileiro e de outras partes do mundo. Cunha, deliberadamente se esquecera dos milhares de indígenas que ali viviam ao chamar o local de deserto civilizado? Será que ele não considerava que os indígenas também fossem gente?

Dentre os migrantes que vieram para a Amazônia no final do século XIX havia asiáticos e europeus, sendo em grande parte composta de portugueses, sírios e libaneses, que em sua maioria, se tornaram regatões, isto é, pequenos comerciantes em barcos, chamados de batelões, cuja atividade consistia na troca de produtos industrializados por borracha.

Os primeiros grupos de nordestinos saíram a partir de 1877, na transição do Império e para a República, logo após a Guerra do Paraguai, com o objetivo de trabalhar nos seringais na exploração da borracha amazônica. As principais causas de sua vinda foi o esgotamento da principal fonte de riqueza no Nordeste: a cana de açúcar e o sonho (falsa propaganda) de riqueza fácil na Amazônia. Esses migrantes eram chamados de brabos, porque vieram da região semiárida (seca) para os igapós, igarapés e rios da Amazônia, sem nem sequer saberem nadar. A viagem era feita de navio, de Fortaleza a Belém e de lá para os seringais da Amazônia, de modo extremamente penoso pela alimentação inadequada e pelas epidemias que reduziam os candidatos a seringueiros no final da viagem a 60% de seu efetivo inicial (CASTRO, 1930; 2002).

Os proprietários seringalistas, em geral se deram muito bem. João Gabriel de Carvalho e Mello, de Uruburetama-Ceará, a partir dos anos 1870 se estabeleceu no Purus, onde ficou rico e famoso negociando com borracha (TOCANTINS, 1979). Antônio Marques de Menezes (Pernambuco), Antônio Torres, Pedro Moita, José Vieira, Manoel Meneses, Jacinto de Tal e Joaquim Nascimento chegaram ao Estirão dos Nauas em 1884, acima da atual cidade de Cruzeiro do Sul. Atacados pelos índios, recuaram, mas se estabeleceram onde hoje é a sede do município.

A região continuou a atrair pessoas de diversas partes do mundo desde o final do século XIX. Castelo Branco Sobrinho (2005, p. 14) atualiza a vinda de novos migrantes para os seringais do Alto Juruá. Ele cita os italianos; Henrique Gani, Antônio Brozzo e Domingos Stulzer (da Argentina), que se encontraram em Manaus em maio de 1884, com outros italianos: Antônio Marcilio e Luiz Paschoal, donos do Seringal Nova Iorque, próximo de São Felipe (hoje Eirunepé-Amazonas). Dali, eles subiram para o Alto Juruá com os sertanistas Ismael Galdino da Paixão e Domingos Pereira de Sousa e fixaram residência entre o Estirão dos Nawas e a embocadura do rio Juruá-mirim. Os italianos se estabeleceram entre o Seringal Treze de Maio e o Paraná dos Mouras, e os cearenses do Seringal Tatajuba à foz do rio Juruá-Mirim (CASTELO BRANCO SOBRINHO, 2005).

A ocupação dos rios Purus e Acre pelos migrantes brasileiros vindos do Nordeste para o extrativismo da borracha provocou a reação do Governo boliviano e gerou a “Guerra do Acre” comandada por Plácido de Castro e os seringueiros da região contra as forças militares bolivianas do General Pando. Várias batalhas se sucederam, desde 06 de agosto de 1902, em Xapuri, até 24 de janeiro de 1903, em Puerto Alonso, atual Porto Acre, quando cessaram os conflitos armados. Com a hábil e paciente ação do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco, em 17 de novembro de 1903 foi assinado o Tratado de Petrópolis. A partir daí o Acre passa a ser reconhecido oficialmente como território do Brasil e os migrantes nordestinos se sentem mais seguros na nova terra (PESSOA, 2007; TOCANTINS, 1979; D’AMARAL, 1974). Com o fim da Guerra do Acre a região continuou a receber migrantes, não apenas de brasileiros, mas de outras partes do mundo.

Uma informação colhida de um jornal da Amazônia Sul Ocidental de 1914, ilustra essa realidade. O jornal O Cruzeiro do Sul, (Ano IX de 01 de março de 1914, Num.329, p.2), descreve a população de Cruzeiro do Sul em 1913 com pessoas de origens diversas, o que evidencia o grau de deslocamentos humanos para a região.

Tabela 1: Habitantes da cidade de Cruzeiro do Sul em 1913.

Estrangeiros	125
Brasileiros nascidos no Acre	1.057
Brasileiros nascidos em outros estados	1.944
Total	4.226

Fonte: O Cruzeiro do Sul, (Ano IX de 01 de março de 1914, Num.329, p.2).

O Jornal afirma que dos 125 estrangeiros moradores da cidade de Cruzeiro do Sul, 78% eram portugueses e sírio-libaneses. Os nascidos em Portugal eram 60 (44%); 43 (34%) eram da Turquia, 5 da “Hespanha”, 4 da Itália, 3 do Marrocos, 3 do Peru, 2 da França, 1 da Inglaterra, 1 da Grécia, 1 da Argentina, 1 da América do Norte e 1 da Alemanha. Acho importante explicar que os 43 turcos citados, eram sírios e libaneses expulsos de suas terras pelo Império Turco-otomano².

O jornal mostra ainda que o fluxo de deslocamentos de brasileiros para o Alto Juruá tinha sua origem principal no Nordeste (98,44%), se considerarmos que os amazonenses citados eram pessoas nascidas no entorno de Cruzeiro do Sul. 1056 pessoas vieram do Ceará, 275 do Amazonas, 177 do Rio Grande do Norte, 146 da Paraíba, 67 de Pernambuco, 64 do Pará, 40 de Sergipe, 29 do Maranhão, 24 do Piauí, 22 de Alagoas, 19 da Bahia, 9 do Rio de Janeiro, 8 de Minas Gerais, 4 do Paraná, 3 do Rio Grande do Sul e 1 de Goiás. “Pode-se sem exagero dizer que cada seringueira do Acre representa a vida de um audaz trabalhador. O Acre é um pedaço do Ceará, embutido entre o Brasil, Peru e Bolívia, pertence aos cearenses” (CASTRO, [1930] 2002, p 26).

OS MIGRANTES SOLDADOS DA BORRACHA

O segundo fluxo migratório foi induzido pelo Governo do Presidente Getúlio Vargas, de 1940 a 1945, com o programa do soldado da borracha, em cuja propaganda o Governo prometia aos futuros seringueiros os mesmos direitos dados aos pracinhas que lutavam na Europa, na Segunda Guerra Mundial. O discurso oficial era que haveria assistência médica e religiosa para o “Exército da Borracha” (QUARESMA E PESSOA, 1999). As evidências mostram que o Governo não cumpriu sua promessa. Os soldados da borracha não tiveram nenhuma assistência.

O objetivo da convocação dos soldados da borracha era a de suprir as necessidades dos aliados do Brasil na Segunda Guerra Mundial (Estados Unidos da

² Segundo Francisco, s.d. disponível em <http://www.brapi.inf.br/index.php/res/download/108689>

América, França e Inglaterra) contra os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Os seringais da Malásia tinham sido tomados pelos japoneses e com isso os países aliados ocidentais se socorreram do Brasil, que poderia reativar seu extrativismo da borracha natural (PESSOA, 2007, 2014 b). Foi criado pelo governo federal o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) após estabelecido os Acordos de Washington entre Brasil e U.S.A, com o objetivo de motivar a vinda dos nordestinos para se constituírem no “Exército da borracha” nos seringais da Amazônia (QUARESMA E PESSOA, 1999).

Finda a Segunda Guerra Mundial, o Acre continuou a receber migrantes nordestinos até que os seringais foram desativados em consequência do aviltamento do preço da borracha e o endividamento dos seringalistas com o sistema bancário. Lembro-me que quando eu tinha cerca de sete anos de idade, em 1958, um grupo de nordestinos cearenses chegou a Cruzeiro do Sul, e ficou hospedado em um barracão no quintal de nossa casa. Eram aproximadamente 30 homens, todos solteiros, que iriam trabalhar nos seringais do Alto Juruá.

Os “PAULISTAS” NA AMAZÔNIA SUL OCIDENTAL

O terceiro fluxo migratório para a Amazônia Sul-ocidental ocorre como consequência da queda do preço da borracha, na década de 1970 e a quebra financeira total dos seringais. O Acre era governado por Francisco Wanderley Dantas (1971-1975), que atraiu novos atores econômicos agrários para o Acre, que beneficiou toda a região adjacente da Amazônia Sul Ocidental. Os grandes fazendeiros compraram seringais e transformaram parte dessas terras em campo de pasto para bovinos de corte³. Na busca de resolver o problema do fenômeno do vácuo econômico estabelecido na região, abre-se a oportunidade do deslocamento dos grandes e pequenos fazendeiros “paulistas” para transformar os seringais em fazendas de gado e em pequenas propriedades rurais⁴.

A reação dos ex-seringueiros (posseiros) expulsos de “suas terras”, agora transformadas em fazendas de gado foi, via sindicato dos trabalhadores rurais de Xapuri e Brasília, organizar os “empates”, que consistiam num ativismo político de resistência aos novos rumos da política econômica e social acreana. Marina

³ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090722_amazonia_timeline_fbdt e em http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3933/1/2012_ShirleyBranavilela.pdf.

⁴ Disponível em: <https://folhadoacre.com.br/opiniao/o-governo-francisco-wanderley-dantas-libertou-os-seringueiros-diz-advogado/>

Silva, Wilson Pinheiro e Chico Mendes foram alguns protagonistas dessa forma de resistência pacífica, com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica Romana, liderada no Acre/Purus pelo bispo Dom Moacyr Grechi. Ao longo dessa luta, Wilson Pinheiro e Chico Mendes foram assassinados.

A quebra da atividade econômica da borracha no Acre resultou em dois grandes efeitos: o primeiro foi a migração maciça dos povos da floresta para os centros urbanos, principalmente Rio Branco e municípios do entorno, que aumentaram significativamente sua periferia, com as invasões de terras urbanas. Rio Branco hoje concentra mais da metade da população do Acre. O segundo efeito foi a implantação da cultura agrícola com a venda de excedentes de produção, ainda que de modo incipiente, principalmente no Leste e Sul do estado, incentivados pela Embrapa e Inbra. A partir de 1970, o Governo Militar criou, no Acre, os Projetos de Assentamentos Dirigidos (PAD), voltados para ex-seringueiros e trabalhadores rurais migrantes do Sul e Sudeste (SILVA, 2004). O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra) foi o instrumento do Governo Federal para trazer os pequenos produtores rurais do Sul e Sudeste do Brasil para a Amazônia Sul Ocidental e se tornarem produtores rurais, principalmente nas regiões Leste e Sul do Acre. Os municípios de Acrelândia e Plácido de Castro são os que melhor representam essa migração de pequenos produtores rurais.

Segundo o Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental do Inbra⁵, em 2017 havia 56 assentamentos com 6.507 famílias assentadas nos municípios do Acre. Esse efetivo de famílias é composto de ex-seringueiros e migrantes recentes do Sul e Sudeste do Brasil.

OS BRASILVIANOS – MIGRANTES BRASILEIROS NA BOLÍVIA

O fim da economia da borracha no Vale do Acre levou muitos seringueiros e castanheiros dos municípios acreanos de Plácido de Castro, Capixaba, Xapuri, Brasileira e Assis Brasil se mudaram para a Bolívia. Segundo me informou o vice-cônsul do Brasil em Cobija/Pando/Bolívia, de 2000 a 2012 havia mais de quinhentas famílias de brasileiros vivendo ilegalmente dentro do território boliviano, nas terras adjacentes ao Brasil. Através de casamentos com cônjuges bolivianos ou pela existência de filhos de nascidos na Bolívia, quase todos já haviam assegurado seu direito de morar em território boliviano. Mas mesmo assim, eles se sentiam

⁵ Disponível no site oficial do governo: www.inbra.gov.br

ameaçados pelas autoridades bolivianas e grande parte deles, principalmente aqueles que não preenchiam os requisitos legais de permanência naquele país (brasileiros solteiros ou sem outros vínculos legais com a Bolívia) retornaram para o Brasil a partir de 2010. Eu estive em contato por algumas vezes, com parte desse grupo de volta ao Brasil, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileira. O governo brasileiro tratou de buscar uma solução para resolver os problemas desse grupo. Mais de 200 famílias de brasilvianos foram assentadas pelo Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Porto Carlos, um seringal desapropriado pelo governo federal, às margens da BR 317, entre Brasileira e Assis Brasil, para abrigar os sem-terra. (https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/u26/relatorio_bonal1.pdf).

De 2010 a 2012 o Incra assentou cerca de 311 famílias de brasileiros que viviam na Bolívia e retornaram para o Brasil (<http://www.incra.gov.br/incraac-reassenta-11-familias-de-brasivianos-no-pds-porto-carlos>).

Apesar de pequenos conflitos específicos na fronteira Sudeste do Acre resultantes do fim do ciclo da borracha, nessa faixa de fronteira, desde muito tempo, sempre existiram deslocamentos populacionais pacíficos e naturais de famílias do Brasil para o Peru e a Bolívia e da Bolívia e Peru para o Brasil. Um exemplo que reforça esse argumento está na figura 1. Segundo informações do Ministério do Trabalho, o número de imigrantes que trabalhavam formalmente no Brasil em 2016 eram:

Figura 1: Vínculo de Trabalhadores Imigrantes no Brasil em 2018.



Fonte: Ministério do Trabalho⁶.

⁶ Dados disponíveis em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/bolivianos-e-peruanos-sao-maioria-entre-imigrantes-no-mercado-de-trabalho-no-acre-aponta-levantamento.ghtml>

A migração dos haitianos para o Acre se constitui em algo novo e pegou os acreanos da cidade de Brasileia desprevenidos e perplexos diante de uma “invasão” de um grupo tão grande de pessoas sem trabalho, que ficava perambulando pelas ruas da cidade, falando um idioma totalmente estranho. Grande parte dos haitianos resolveu migrar para o Brasil, por diversas razões. Em primeiro lugar, as tropas brasileiras em missão de paz no Haiti contribuíram para aproximar brasileiros de haitianos.

O destaque do Brasil como o país do futebol que sediou a Copa do Mundo de 2014 também gerou atração para povos vivendo em catástrofes tão graves como os haitianos precisando de trabalho na construção civil. Logo após o desastre ocorrido com o terremoto de 2010, que destruiu parte da capital e matou mais de trezentas mil pessoas, muitos migraram para o Brasil, após um acordo tácito entre os dois governos do Brasil e Haiti⁷.

A rota via República Dominicana, Equador e Peru, demorava cerca de 15 dias até Brasileia, no Acre. Ao chegarem na fronteira brasileira eles eram explorados pelos taxistas brasileiros, que cobravam a viagem de Assis Brasil para Brasileia com preços acima do cobrado de brasileiros e peruanos que faziam a mesma rota. Eu e um colega da Universidade Federal do Acre, quando vínhamos do Peru junto com um grupo de haitianos, presenciamos essa imposição injusta de taxistas brasileiros com os migrantes haitianos. Protestamos veementemente contra essa discriminação.

A Secretaria de Justiça do Acre ficou encarregada de dar acolhida a esses migrantes. De 2010 a 2015 deram entrada 38.385 haitianos nas embaixadas brasileiras, sendo 30.385 em Porto Príncipe, 7655 em Quito e 25 em Lima.

O auge da procura foi em 2012, quando foram registrados 20.548 haitianos nas embaixadas brasileiras. Em Brasileia, foram abrigados até 2.200 migrantes de uma só vez e em Rio Branco, 1.500. Desde 2010 o Acre recebeu mais de 43.000 haitianos. Em sua maioria eram solteiros, ou casados, mas sem a presença da família⁸.

Embora os haitianos fossem pessoas de bem, mas sua presença repentina e inesperada na região causava apreensão, principalmente nas mães preocupadas com suas filhas adolescentes. O mal-estar provocado por esses migrantes na população local era notório. Primeiro porque eles não estavam legalizados para trabalhar. Dormiam em colchões próximos uns dos outros num galpão precário. Tomavam café da manhã e ficavam perambulando pelas ruas da cidade, sem terem o que fazer, até a hora do almoço e do jantar.

⁷ Aproximadamente trinta mil entraram no Brasil: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/imigracao-haitiana-no-brasil.htm> De acordo com os dados disponíveis neste site.

⁸ Dados disponíveis em: <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/01/n-de-haitianos-que-entram-no-brasil-pelo-acre-cai-96-em-12-meses>.

Assim era sua rotina, até adquirirem documentos brasileiros e serem levados para outras cidade do país, onde conseguiriam trabalho. Eu os visitei algumas vezes, tentando lhes oferecer, via Universidade Federal do Acre, um curso prático de Língua Portuguesa, mas não foi possível a concretização dessa ação. Eles se mudavam para outras cidades brasileiras assim que conseguiam os vistos de entrada no Brasil.

CONCLUSÃO

A Amazônia Sul Ocidental tem se mostrado ao longo do tempo ser uma região acolhedora de migrantes, salvaguardados alguns pequenos incidentes negativos. As migrações internas continuam acontecendo. Excetuando os povos indígenas, na sua grande maioria, os povos dessa região ou são migrantes ou são descendentes de migrantes. A fronteira geográfica física entre Brasil, Peru e Bolívia está estabelecida de modo definitivo, mas os povos dessa região ultrapassam positivamente as fronteiras, pois continuam a fazer trocas interculturais (casamentos, comércio, serviços em geral, estudos etc. Percebe-se, de modo não significativo, manifestações com vieses de preconceitos e intolerâncias entre povos nacionais e étnicos distintos dentro de cada país e entre os habitantes dos países vizinhos.

Com base nas teorias citadas no início deste trabalho, para se manter uma cultura de paz e prosperidade com trocas sociais positivas, é necessário que cada um dos habitantes dessa fronteira internacional reflita no fato de que o fenômeno da migração deve ser vista como natural entre os amazônicos, uma vez que todos somos migrantes ou descendentes de pessoas que por algum motivo se deslocaram de um a outro espaço geográfico.

Sejamos tolerantes com os diferentes. Penso que é época de evocação dos princípios éticos e dialógicos do respeito às pessoas que pensam diferentemente de nós. Esses valores devem ser discutidos nas famílias, nas escolas, nas igrejas e outros grupos sociais relevantes, para que se fortaleçam os laços sociais, culturais e econômicos dos habitantes da região. Deve-se incentivar a busca do respeito pela vida e cultura das pessoas que aqui chegam e das que já moram na região.

O desenvolvimento de uma cultura de compreensão no trato com os outros, quando eles pensam, agem e sentem diferentemente. A permissão ampla de circulação da livre expressão de todos, povos e culturas, com a devida responsabilidade e respeito às ideias e costumes dos outros. As iniciativas de diálogos científicos, sociais e cultural envolvendo esses países se constituem em exemplos de que os povos

dessa fronteira, além de suas identidades nacionais podem estar engajados numa luta maior que visa preservar a humanidade, a partir do respeito ao direito às diferenças.

REFERÊNCIAS

ABRAMS, D. **The Social Psychology of inclusion and exclusion** https://www.researchgate.net/profile/Dominic_Abrams/publication/226768407_The_Social_Psychology_of_Inclusion_and_Exclusion/link, 2007 Acesso: 02fev.2019

ALLPORT, Gordon. **The Nature of Prejudice**. Indiana University-Purdue University Fort Wayne, retirado de http://pt.wikipedia.org/wiki/Escala_de_Allport. 1954. Acesso: 02fev.2019

Bolivianos e Peruanos são maioria entre imigrantes no mercado de trabalho no Acre <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/bolivianos-e-peruanos-sao-maioria-entre-imigrantes-no-mercado-de-trabalho-no-acre-aponta-levantamento.ghml>. Acesso: 14mai.2019.

CASTELO BRANCO SOBRINHO, José Moreira Brandão. O Juruá Federal. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 1922. Prefácio do Senador Geraldo Mesquita Junior. Brasília/DF: Senado federal, 2005.

Correntes migratórias para o Brasil <https://www.coladaweb.com/geografia/afia-do-brasil/correntes-migratorias-para-o-brasil> Acesso: 06mai.2019

COSTA, João Craveiro. **A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do território do Acre**. Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Junior, 2005.

CRUZ JR. Et al. **Projeto de desenvolvimento sustentável no Acre: Nova Bonal e Porto Carlos**. https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/u26/relatorio_bonal1.pdf Acesso: 13mai.2019

D'AMARAL, Marcio Tavares. **Barão do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Editora Três, 1974

FIFER, Valerie. Investigaciones y Testimonios contemporâneos. El sector Norte: rutas al Atlântico via Amazonas. Relaciones de Bolívia con Brasil y Perú. In: Gumucio, Mariano Baptista (Org.) **Pando y la Amazonía Boliviana: una História de Novela**. La Paz/Bolívia: s.d.

FRANCISCO, J. B. **Brasilerando**: Pedidos de cidadania de imigrantes sírios e libaneses nas primeiras décadas do século XX. <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/108689.s.d>) Acesso: 08mai.2019

HOGG, M. et al. (2004) **The Social Identity Perspective intergroup relations, self-conception and small groups**: a social psychology of intergroup relations and group processes, 2004. [https://www.google.com/search?source=hp&ei=mSziWpSrNcabwgS6u6m4Aw&q=the+social+identity+perspective+intergroup+relations+self-conceptio n+and+small+groups&coq=The+socialidentity+pers&gs_l=psy-ab.1.0.0i19k](https://www.google.com/search?source=hp&ei=mSziWpSrNcabwgS6u6m4Aw&q=the+social+identity+perspective+intergroup+relations+self-conceptio+n+and+small+groups&coq=The+socialidentity+pers&gs_l=psy-ab.1.0.0i19k) Acesso: 02fev.2019.

Haitianos que entram no Brasil pelo Acre. <http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/01/n-de-haitianos-que-entram-no-brasil-pelo-acre-cai-96-em-12-meses> Acesso: 02mai.2019

Imigração haitiana no Brasil. <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/imigracao-haitiana-no-brasil.htm> Acesso: 02mai.2019

Inca Acre reassenta famílias de brasílvianos <http://www.inca.gov.br/incaac-reassenta-11-familias-de-brasivianos-no-pds-porto-carlos> Acesso: 14mai.2019

Migrações. **Nações Unidas.** https://nacoesunidas.org/?post_type=post&s=Migra%C3%A7%C3%B5es Acesso: 06mai.2019

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeane Sawaya. Rev. Técnica de Edgard Assis de Carvalho. 2a. Edição. São Paulo: Cortez. Brasília: Unesco, 2000.

MORIN, Edgar. Dialética e Ação. In: **Em Busca dos Fundamentos Perdidos – Textos sobre o Marxismo**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MORIN, Edgar. **Antropologia da liberdade**. Margem N. 9, p. 13-25. São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais, PUC-SP, 1999.

MOSCOVICI, Serge. **A Representação Social da Psicanálise**. Trad. Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

O Cruzeiro do Sul, Ano IX de 01 de março de 1914, Num.329

PERAZZO, Valdir. **O Governo Francisco Wanderley Dantas libertou os seringueiros** <https://folhadoacre.com.br/opiniao/o-governo-francisco-wanderley-dantas-libertou-os-seringueiros-diz-advogado/>, 2017. Acesso: 09mai.2019

PESSOA, Enock da Silva (2016). Religiosidades na Tríplice Fronteira da Amazônia Sul Ocidental. In: Calegare, M.G.A e Higuchi, M.I.G. **Nos Interiores da Amazônia**: leituras psicossociais. Curitiba, PR:CRV.

PESSOA, Enock da Silva. Preconceito nas relações socioculturais na Tríplice Fronteira da Amazônia Sul-Occidental (Madre de Dios-Peru, Acre-Brasil y Pando-Bolívia). In: **Territórios, Fronteras, Transformación Social**. Retos y desafios para la Psicología Política Iberoamericana. Mexico, DF: UNAM, 2015 p 495-505. [Http://www.journals.unam.mx/index.php/mecedupaz/issue/archive](http://www.journals.unam.mx/index.php/mecedupaz/issue/archive) Acesso: 02fev.2019

PESSÔA, Enock da Silva. Identidade étnica e consciência socioambiental de povos da floresta da Amazônia Sul-occidental. In: Sandoval, S.A.M; Hur, D.U; & Dantas, B.S.A (Orgs.). **Psicología Política, temas atuais de investigación**. Campinas-SP, Editora Alínea, 2014 a.

PESSÔA, Enock da Silva. O programa conexão local interuniversitário na Amazônia Sul Occidental. In: Bresler, R. et al. (Orgs.) **Conexão local interuniversitária: Diálogo de saberes**, São Paulo:Programa de gestão Pública e Cidadania, 2014 b.

PESSÔA, Enock da Silva. (2007) **Trabalhadores da Floresta do Alto Juruá: cultura e cidadania na Amazônia**. 2ª. Edição. Rio Branco: EDUFAC.

Por que haitianos estão escolhendo o Brasil para morar?. <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/por-que-os-haitianos-estao-escolhendo-o-brasil-para-morar/> Acesso: 02mai.2019

QUARESMA, Eliete e PESSOA, Enock da Silva. **O nordestino e o extrativismo da borracha em Rio Branco – Acre na década de 40**. Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 1999 (TCC).

SILVA, Silvio S. O Espaço Agrário Acreano nas Últimas Décadas do Século XX. **REVISTA NERA** - ANO 7, N. 4 – JANEIRO/JULHO DE 2004

TOCANTINS, Leandro. Introdução In: MENDONÇA, Belarmino. **Reconhecimento do Rio Juruá**. B. Horizonte: Ed. Itatiaia, 1989.

TOCANTINS, Leandro. **Formação histórica do Acre**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

VILELA, S.B. **A expansão da Agropecuária no Acre e as políticas públicas de financiamento: breve análise**. Rio Branco-Acre: 2012. (Monografia) http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3933/1/2012_ShirleyBranavilela.pdf Acesso: 06 mai. 2019.

EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS COMPARTIDAS - I

Militza Pérez Velásquez

Si me preguntas hoy quien es Militza, entonces te diría: soy Militza, soy caraqueña, criada, formada laboral y académicamente en Caracas, Venezuela. Mi papá era caraqueño-venezolano, y aunque mi mamá no era de allí, se fue muy joven a Caracas.

Si tengo que hablar un poco de esa Militza urbana, diría que nunca pensó que tendría que trasladarse, y esa es un poco la contradicción, es decir, como cualquier profesor, académico o profesional siempre piensa que mudarse de país va a ser un tema de crecimiento, formación para después volver a Venezuela. Para nosotros los venezolanos ese es el gran dilema, tú sales y difícilmente te proyectas que vas a volver.

Entonces es así, 20 años en una institución del Estado, de ejercicio profesional ahora quedaron en nada. Porque un profesional con estudios, con experiencia no gana más de \$6 al mes, entonces eso hace cambiar tus perspectivas. Sin embargo, yo me resistí mucho salir de Venezuela; yo decía: yo decía yo tengo mi casa, todo lo que trabaje durante 20 años, esperaba que mi hija se seguiría formando en la misma universidad porque su papá trabajo en la misma Universidad donde ambos estudiamos. Y pensábamos que así como su hijo mayor estudió medicina Paola podría estudiar en la universidad, pero todo cambió.

Yo me resistía y la única manera en que yo me veía saliendo de Venezuela era para formarme. Quedé en una primera convocatoria de la OEA para venir a Brasil y no acepté, todavía pensaba que la situación podría mejorar y ser parte de la reconstrucción y cambio para un país mejor, pero pasó un año y no, fue peor. Volvieron a realizar la convocatoria y me volvieron a aceptar y bueno decidí salir a estudiar. Entonces voy a estar en Roraima, porque además yo estudié mis especializaciones Derechos Humanos y Derecho Internacional enfocado en migraciones.

Lo que no contaba, no pensaba era que una visa de estudiante en un pasaporte no podría hacer una diferencia. Cuando intentamos pasar la frontera, que estaba cerrada y nos estaban allá esperando aquí en la universidad, me di cuenta que era ingenuo pensar que un papel cambia un estatus, porque me hicieron sentir muy rápido que era simplemente venezolana. Yo soy venezolana, pero hacértelo sentir desde la perspectiva de otro, es distinto porque para él ser venezolana, es distinto aquí Roraima, entonces fue darme cuenta que soy una venezolana más. Qué

reivindicarme como venezolana personalmente, tiene efectos positivos pero para otros no tanto, porque entonces en nuestros días estamos fluctuando. Entre ser una venezolana, una persona una mujer normal como cualquiera a quien me programa de maestría sin ningún tipo de diferencia y para otros soy una venezolana en otro estatus para no ser rechazada y para otros soy rechazada por ser venezolana, por por hablar con mi acento y por expresar mi cultura, entonces en nuestros días estamos en esa fluctuación con las expectativas de ver con quién coincidimos, con qué tipo de persona podemos coincidir: con el que nos tolera, con el que no nos tolera tanto y para el que es igual o te comprende y en ese sentido vamos entonces con ese reto.

Así tenemos entonces la conciencia de saber que no podemos volver a corto plazo de que dejamos nuestros afectos allá: mi mamá, su esposo el papá de Paola, toda la familia está en todo el mundo y limitarnos a una tecnología para comunicarnos, para expresar los afectos para expresar interés es complicado, es muy complicado.

No sentirse identificado con los venezolanos que están acá es muy difícil. Inclusive molesta un poco pensar que yo puedo desvincularme de un venezolano que está en un semáforo pidiendo. Yo los siento y los veo y te afecta porque somos parte de la misma vulnerabilidad y de la misma cultura. Y yo lo veo como consecuencia de un sistema y de un sistema al que no le importa nada: no le importan ellos, no lo importó yo.

Inclusive para para algunos venezolanos la culpa del rechazo al venezolano que está en un semáforo, al que está pidiendo mendicidad es del venezolano y no del sistema que está obligando a que ellos vengan o del sistema que no le permite una formación, estudiar, o trabajar. Decir que por ser venezolano a mí me ven mal, eso es muy simplista. No es una cuestión de culpa es una cuestión de responsabilidad por ser seres humanos todos, el brasilero y el venezolano.

Entonces es ser simplista pensar que la culpa es del ser humano que está allí, que es una víctima también. Hoy en gran medida podemos ser nosotros, pero ¿será que Brasil no tiene problemas?, o ¿será que las personas que están en el interior -que es una característica de nuestros países latinoamericanos- que están en una pobreza extrema también no son víctimas de un sistema que nos desecha, donde todos somos desechables? entonces reflexionar en esas cosas te hace replantearse muchas otras más, es decir, yo tengo 44 años, la semana que viene cumpla 45, ya debería tener una vida estable 20 años de formación. Estábamos centrados en la formación de Paola, en pareja y con una estabilidad, y viene y resulta que no tienes nada.

Vivir en un espacio fuera, fue un proceso complicado. Tú empiezas a replantearse cosas, ¿Qué es importante? ¿Son importante las paredes de mi casa en

Venezuela? ¿Es importante la comodidad de mi carro y no tener que caminar hasta la universidad y llevar sol o tener comida? ¿O qué será lo más importante? ¿Los afectos, el sentimiento? eso que es material, lo que construiste, lo que recuerdas, lo que sentiste. Empieza un proceso de replantearse sí lo importante es esto, o es el quién y te das cuenta que eso es lo importante. Puede estar muy cómoda en una casa muy grande, pero si yo no estoy con mi hija o con su papá o con mi mamá, eso no tiene sentido. Y esas son las cosas que tú empiezas a valorar. ¡Ajá pero necesito mi comodidad! necesito mi cama, necesito mi almohada. ¿Pero qué mejor que estar con mi hija y que sentir el afecto? entonces tiene más importancia demostrar eso. Entonces, yo siento que nos sensibilizamos. Empezamos a decir más lo que sentimos y expresar más el cariño, a ser más afectuosos y expresar más el agradecimiento.

Había algo que yo siempre le decía Paola cuando veníamos para acá, que teníamos que ser muy abiertas a todo, o sea, es una cultura, un idioma, es una manera de vivir diferente, porque eso va a sumar, a nosotras como personas en nuestra trayectoria de vida. Y resulta que por más amplitud que tú puedas o que nosotras podríamos tener, no necesariamente el feedback es el mismo y ahí empezamos un poco con el tema de la xenofobia. Es realmente cruel enfrentarte a ese rechazo injustificado. Te preguntas, ¿Pero porque yo? ¿Porque Paola? ¿Porque tenemos que ser rechazadas? Y eso comienza a tener otro sentido. Yo me forme estudiando migraciones, y vengo a la universidad. Aquí en principio soy estudiante, al mismo tiempo investigadora y a la vez objeto de estudio. El 80% de mis compañeros están estudiando el caso venezolano e inclusive la situación es una paradoja porque ellos están estudiando casos vinculados a la migración venezolana, pero no necesariamente implica una sensibilización a mi caso- sin generalizar-. Pero se percibe así, un poco indiferente o ¿será que son políticamente correctos entonces? Entonces cuando se conversa en la sala, cuando abordan el abordan el tema de los venezolanos entonces vemos posiciones encontradas.

Para mí la universidad representa entrar en un proceso de comprensión-vivencia de los teóricos, los que yo leía y muchos nuevo más. La teoría tiene todo el sentido del mundo y empiezo a entender, a encontrarme en esa teoría y esta realidad. Lo que decía Sayad, lo que él investigó y vivió. Tiene absolutamente sentido y mucho más aprendizaje con la profesora Marcia y el profesor Joao, estudiosos de las migraciones y todo empieza a tener sentido, se justifica ese sentir, eso que el migrante experimenta e inclusive eso que podríamos estar esperando de la actitud de las personas, la xenofobia. Nosotros la esperábamos, enfrentarla es lo difícil.

Porque me afecta mucho el tema de Paola en el colegio y por estar formada en Derechos Humanos, siempre se procura entender a las víctimas y entender inclusive a los victimarios. Ahora, tú te conviertes en una víctima, tratar de justificarlo y de entender por qué lo hacen, sin embargo no minimiza el efecto en ti: hoy me siento mal, me siento insegura, me siento con miedo de que pueda sufrir Paola en el colegio y miedo al desconocimiento de las personas, a que no entienda que no somos culpables de nada. Y eso es una sensación de duda que tenemos permanente de tener culpa y yo no soy culpable de nada. Yo no soy culpable mi cultura, no tengo que excusarme, yo soy mi cultura.

Lo que la profesora denomina y trae en clase: la aparofobia es evidente. Por eso es que te digo que fluctuamos en los diversos espacios, por ejemplo, en el colegio el tema del dinero puede ser secundario y no priva tanto, en ese espacio escolar son otras las relaciones que ellos establecen. En mi caso, una persona que no sabe cuál es mi condición de estudiante, puedo ser simplemente venezolana por hablar español, o porque tenga un acento en español de venezolana o por cómo me visto, por lo cual se va fluctuando entre espacios de tolerancia.

Para unos no existe diferencia, para otros sí. Para manejarlo, nosotros como adultos es diferente a la escuela, porque el poder del cotidiano se maneja distinto entre los niños y ellos tienen su punto de vista. Por ejemplo para el brasilero, el venezolano tiene privilegios para el brasilero es el venezolano.

En los últimos días, además con lo que pasó en el colegio con Paola, me doy cuenta de lo irresponsable del desarrollo de una línea mediática que directamente exacerba el sentimiento xenofóbico. Los programas que transmiten en la televisión tienen programas de este tipo donde los venezolanos son protagonistas diarios de noticias negativas. Esto en la psique colectiva, o personas que no tienen una formación, genera un ambiente hostil que a mí me genera miedo inverso. En la medida en que sólo se publica noticias amarillistas y descontextualizadas o parcializadas me genera miedo al punto de extremar las medidas de seguridad con Paola sobretodo: como la dejo en el colegio y como planeamos el regreso. Temo a la acción del rechazo, de lo que pasó en el colegio de mi hija y que vuelvan a llegar a la agresión. Ahora sí tengo miedo y de hecho me planteo que voy a hacer, porque lo que me dicen otros becarios que están en movilidad en otros estados, es que “eso es sólo es allá en Roraima”. Y de alguna manera se entiende el efecto de una migración con 40.000 venezolanos acá.

Ahora bien, ¿qué es ser mujer en este contexto? ser mujer en una familia de dos: de adolescente y una mujer adulta se traduce en “empoderarte”. Es que

aunque yo vengo de una relación de pareja, es entender que él está asumiendo las responsabilidades allá y yo estoy asumiendo la maternidad aquí con Paola. No queda otra que asumir ese poder, porque no tenemos otra alternativa, es decir, tenemos cosas que hacer que, si bien es cierto, en pareja y en familia puede ser mucho más fácil, más llevadero, hay que hacerlo y hacerlo con un adolescente es entender que podemos, que a pesar del miedo, la inseguridad y de las incertezas, podemos asumir la convicción de que podemos lograr nuestras metas.

Y entonces un poco es saber y agradecer el apoyo que hemos tenido, de diversas personas que sí se han interesado, sí nos ha comprendido y sí nos han apoyado a enfrentar el día a día y llevarlo de la mejor manera. A pesar del miedo, es no perder la sensibilidad, es no perder esa ese sentido humanitario que debemos tener y de reconocemos en el otro, que es un poco de los choques que tenemos en la actualidad, vernos en los tros. ¿Dónde quedamos como seres humanos? ¿Cómo lo expresamos? qué importante cuando empiezas a reflexionar, cuando te detienes a pensar en ¿cuándo yo pude haber tenido la misma actitud? y entonces empieza a reconocer cosas en ti. O a lo mejor, no necesariamente eras una persona que despreciaba lo otro, pero pudiste haberlo hecho sentir mejor, a veces son unas palabras, a veces es un gesto, entonces tú dices “podría haberlo hecho mejor”, pero ya eso pasó, entonces el punto es que podré hacerlo mejor.

Consigo tener sueños, sí. Aunque como condición para venir al Brasil no era necesario trabajar porque tengo una beca de estudio, podría realizar un plan de establecerme. Y sí, yo siento posibilidades y esas posibilidades te permiten soñar. Te permiten proyectarte que es una de las cosas más fuertes de las que estén enfrentando los venezolanos en el exterior. Tomando en cuenta que en tu país, cuando tú dices tengo una casa, tengo una trayectoria, pero no te sirve de nada. Lo veo por mi mamá. Ella pensaba que después de jubilada ella estaría en sus años dorados. Ahora tiene que trabajar y usar los ahorros que ella pensaba garantizarían su futuro y ese es el gran sentimiento de no tener expectativas de no tener un futuro. En el caso de los niños, tampoco te lo puedes proyectar, la educación está en decadencia y vimos como los profesores uno a uno se iban yendo del país. Del mismo modo mi universidad, como todos los profesores, los que quedaron, están mal pagados de la mayoría se fue. Nuestras familias están desintegradas y no se hace viable ver un futuro y una familia menos. Paola tiene un hermano en Canadá, dos hermanas en Panamá, su papá en Venezuela y nosotras aquí. Entonces ¿cómo visualizamos un futuro en principio familiar y de afecto? tuvimos que reacomodar la gestión familiar.

Significa hoy emplear proyecciones y posibilidades y veremos. No tan ciertas aquí en Roraima. Porque eso de ese sentir de la ciudad que te afecta y ahora con lo del colegio de Paola te hace tener más miedo.

Pero al mismo tiempo está el tema es ser migrante, a dos horas de Venezuela, pudiendo regresar en un día y medio y estar en mi casa y uno no es consciente de eso hasta que te enfrentas a los teóricos. Todo tiene sentido, todo se relaciona, todos pensamos igual, pero surge la pregunta ¿será que Roraima da esa posibilidad de seguir creciendo? Eso es lo que me tengo que plantear, pero tengo que cumplir 2 años, cumplir con la maestría, porque yo vine con una meta y en función de eso estoy centrada. ¿Qué vaya a pasar después? es otra de las cosas que aprendí, a vivir el día a día.

Siento la necesidad de resignificar y concientizar mi cultura, de que soy de dónde vengo. Paola tiene el desafío de incorporar ambas culturas aún más a su cotidianidad, sin olvidar de dónde venimos. Y eso será en las vivencias, el día a día y con lo qué vamos a experimentando. Hoy conformamos un colectivo, los adolescentes, el venezolanos en las calles, en la universidad, con nuestros propios compañeros becarios, porque ellos como latinoamericanos se ven afectados porque los confunden con venezolanos y entonces yo les digo a ellos: ustedes están teniendo que aprender tanto como nosotros porque a pesar de no ser venezolanos al escucharlos hablar español piensan que son venezolanos, y de alguna manera los sensibiliza a lo que estamos pasando y ahora todos entienden de migración y todos entienden de xenofobia y todos han tenido que a pesar de que son de ciencias exactas, agronomía y recursos naturales, disciplinas que no tendrían nada que ver con el tema, pero han tenido que conocer para poder enfrentar, para poder vivir y de alguna manera como colectivo es un aprendizaje para todos para ustedes para nosotros.

Quizás esto pasa mañana, pero va a quedar un aprendizaje para ustedes y para nosotros, más allá de lo que nosotros podamos percibir en este momento, porque el intercambio cultural va a permanecer en ambos lados de la frontera.

EXPERIÊNCIAS MIGRATÓRIAS COMPARTIDAS - II

Paola Valentina Gruber Pérez

Pues en Venezuela todo para mí era normal. Era a lo que yo me había acostumbrado desde que nací, porque yo sí soy 100% de ciudad, porque mi mamá lo es y porque mi papá también lo es. A pesar de que yo viajaba mucho al interior, porque mi familia por parte de mi mamá es del interior, yo siempre me vi como una como una chica citadina.

Yo estudié en buenos colegios desde que nací y mi mamá siempre me inculcó cosas de ella, de los Derechos Humanos cosas que no todo el mundo tiene la oportunidad de ver. Pues allá, yo siento que pasó muy rápido de la nada. Nosotros estábamos acostumbrado a viajar mucho y mi mamá siempre desde muy pequeña, me ayudó a conocer nuevas culturas y nuevas cosas y hubo un momento que eso paró de la nada. Nuestro último viaje fue en 2015 cuando ya la cosa estaba para nosotros muy fuerte, pero ahora es peor, en este momento, pero ahora nada que ver.

Luego yo pasé a un nuevo colegio que es el colegio San Ignacio, que fue mi último colegio en Venezuela donde todo era distinto porque en ese colegio habían familias muy adineradas de Caracas -Venezuela y era ver como ellos veían la situación del país y como nosotros estamos viéndolo desde nuestra perspectiva y para ellos estaba pasando algo, pero no era nada importante porque ellos tienen muchos recursos y era mi familia no es una familia adinerada, pero si estábamos bien y luego fue cuando a mí me dijeron que me tenía que venir a Brasil yo estaba... La primera vez yo decía que yo no me iba a ir de Venezuela porque yo tenía mi familia, mis mascotas y mis amigas, y no. Entonces mi mamá lo rechazó y bueno, yo estaba feliz con eso.

Ella lo vuelve a presentar y yo recuerdo que yo deseaba que por favor no se diera porque yo de verdad no quería salir y yo sabía que si ella salía de ella salía, yo tenía que salir con ella porque somos yo muy unidas, por eso cuando la segunda vez que pasó -asignación de beca para cursar maestría- Bueno yo pensaba, me quedaré con mi papá o con mis abuelos, pero yo no quiero irme de Venezuela, así la cosa este horrible... yo no me quiero ir de Venezuela porque no, o sea, es triste, porque estoy dejando toda mi familia mis costumbres, lo que he conocido por toda mi vida y a mi mejor amiga que estaba regresando de aquí de Brasil, ella vivía en Curitiba, tampoco, menos quería venirme Pero al final bueno dije, es una nueva oportunidad nada más van a ser dos años y yo tenía la esperanza de que todo esto cambiará mientras estuviéramos aquí. Y bueno cuando viene para acá empecé agradecer

muchas cosas que acá no tengo, pero que allá sí tenía, pero no cosas materiales, sino como las personas y no las personas como cualquiera, sino mi familia, mi abuela siempre vivió cerca de mí y yo allá estaba asegurada de que en cualquier momento yo le decía mi abuelo -porque mi abuela siempre vive muy cerca de mí- me puedes pasar buscando e ir a su casa y quedarme el fin de semana con ellos y salíamos, pero acá no, acá estamos muy lejos. Y no todos los días puedo hablar con ellos y ellos la están pasando muy mal, o sea no, no hay nada allá, mis abuelos y mi papá también y mis perritas, mis perritas las extraño muchísimo- están con mi papá y esa es una de las cosas que más extraño, demasiado.

Pues acá no es que ha sido malo, porque no ha sido malo de verdad, porque la mayoría de los brasileros nos han atendido muy bien, hay claro, excepciones, pero la mayoría han sido súper receptivos y no, no sé, no sólo dicen: ¡ella es venezolana! No la voy a tratar, sino que ellos ven más allá de ser venezolana, porque yo siento que tu nacionalidad no es todo lo que tú eres, es un complemento de lo que eres, las cosas que te gustan y así, siento que muchos han visto que nosotras no sólo somos venezolanas.

Bueno mi mamá es una persona que ha estudiado muchas cosas, es muy inteligente, es una persona muy buena y que ven más allá de que es venezolana y no todas las personas lo vean así, pero la mayoría de los que nos hemos topado son muy buenos y siento que sí nos toca volver, a Brasil yo lo voy a recordar por toda mi vida, porque fue un cambio muy drástico lo que he venido viviendo.

¿Sientes miedo aquí? No, a pesar de lo que pasó no siento, episodio xenofóbico, porque siento que fue una persona, no fueron todas y hay más personas que sí están dispuestas a hacer bien el por nosotros y no, no tengo miedo.